

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade Frutal

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA & SOCIABILIDADE

Série Comunicação



Marcela Fernanda da Paz de Souza
Rodrigo Daniel Levoti Portari
Dôuglas Aparecido Ferreira
(Organizadores)

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E SOCIABILIDADES

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

M. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

*Vínculo Institucional (docentes).

Marcela Fernanda da Paz de Souza
Rodrigo Daniel Levoti Portari
Dóuglas Aparecido Ferreira
Organizadores

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E SOCIABILIDADES

SÉRIE COMUNICAÇÃO



Catu, 2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
<https://www.editorabordogrena.com>
bordogrena@editorabordogrena.com
Projeto gráfico: Gislene Alves da Silva

Capa: Dôuglas Aparecido Ferreira
Edição: Editora Bordô-Grená
Revisão: Equipe Bordô-Grená

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

C741

Comunicação, Tecnologia e Sociabilidades: [Recurso eletrônico]: Série Comunicação / Organizadora(s) Marcela Fernanda da Paz de Souza; Rodrigo Daniel Levoti Portari; Dôuglas Aparecido Ferreira – Catu: Bordô-Grená, 2021.

2480kb, 149fls. il:Color

Livro eletrônico

Modo de acesso: Word Wide Web <www.editorabordogrena.com>

Incluem referencias

ISBN: 978-65-87035-30-7 (e-book)

1. Comunicação – Fenômenos comunicacionais. 2. Tecnologia – Práticas tecnológicas. 3. Socioeducação. Título.

CDD 302.2
CDU 621.39

Os conteúdos dos artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

A Série *Comunicações* da UEMG é publicada em conformidade ao *Edital 01/2019*.
<http://www.uemg.br/publicacoes/3515-unidade-divinopolis-chamada-para-submissao-de-capitulos-para-publicacao-serie-comunicacao>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA A PARTIR DA TEMÁTICA DA EDUCOMUNICAÇÃO <i>Ana Maria Teles</i>	13
2. REVOLUÇÕES DOS SUPORTES E DA LEITURA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA: DO CÓDICE AO HIPERTEXTO <i>Levi Henrique Merenciano</i> <i>Carlos Henrique Sabino Caldas</i> <i>Luiz Antonio Feliciano</i> <i>Priscila Florentino de Melo Merenciano</i>	33
3. AS BALBÚRDIAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DO POSICIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL AOS IMAGINÁRIOS COLETIVOS <i>Priscila Kalinke da Silva</i> <i>Karol Natasha Lourenço Castanheira</i>	51
4. CIDADE PARA TODOS: EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO E A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DE ÓDIO NAS MÍDIAS SOCIAIS <i>Alan Tomaz de Andrade</i> <i>Gabriela Silva de Carvalho</i>	70
5. ACONTECIMENTO REPLICANTE: OS SENTIDOS PRODUZIDOS NO TWITTER EM TORNO DAS ÚLTIMAS CRISES DE IMAGEM ENVOLVENDO SAMARCO E VALE <i>Rodrigo Augusto Rodrigues Puhl</i> <i>Douglas Aparecido Ferreira</i>	81
6. O SISTEMA DE PONTUAÇÃO DE CRÉDITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA <i>Michele Pereira Rodrigues</i>	99
7. EFEITOS ESPECIAIS GERADOS EM TEMPO REAL BASEADO NO SISTEMA DE PARTÍCULAS DO MOTOR DE JOGOS UNITY3D, APLICADO A ESTÚDIO VIRTUAL <i>Sérgio Carlos Portari Júnior</i> <i>Rodrigo Daniel Levoti Portari</i> <i>Antônio Carlos Sementille</i>	114

8. INFLEXÕES DO GRUPO DE PESQUISA COMUNICAÇÃO E EQUIDADE: DESIGUALDADES E INTERFACES TECNOLÓGICAS	128
<i>Marcela Fernanda da Paz de Souza</i>	
<i>Eduardo Meireles</i>	
<i>Michele Pereira Rodrigues</i>	
<i>Elizangela Ávila</i>	
<i>Júlio César Rocha Conceição</i>	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES	143
SOBRE OS ORGANIZADORES	147

PREFÁCIO

A complexidade da comunicação se dá não apenas por sua multiplicidade de fenômenos ou por permear nossos cotidianos direta e indiretamente, quer tenhamos consciência disso ou não. Estamos falando de um campo cujos pensamentos e reflexões se diversificam intensamente à medida que percebemos a necessidade de um olhar crítico regional, como nos provocam Erick Torrico e sua perspectiva de “ex-centricidade”. Este livro nos convida a olhar para as experiências, saberes e intersecções que se afastam de uma visão cêntrica e nos convoca a pensar processos comunicativos que ultrapassam técnicas e perspectivas mecânicas.

Afasta-se do “centro” não só por propor olhares para acontecimentos, apropriações e estratégias gestados e manifestados fora dos continentes e países considerados “desenvolvidos”, mas por pensar cotidianos e possibilidades que não se restringem ao eixo considerado como centro econômico brasileiro. A construção de conhecimento a partir de inquietações e experiências em regiões (geográfica ou simbolicamente) consideradas periféricas, diretamente manifestada por alguns capítulos, faz-nos pensar em relações de poder, perspectivas que irrompem junto às tecnologias, potencialidades e silenciamentos em disputa.

Tanto as práticas comunicativas quanto as tecnologias não conseguem passar incólumes às heterogêneas territorialidades e modos de vida, formas de sociabilidade que impactam produções midiáticas, pedagogias, transformações sociais, leituras da realidade e de produtos culturais, configurações urbanas, reverberação de acontecimentos, interações, táticas de monitoramento e controle, virtualização de processos produtivos e (re)produção de desigualdades.

Partindo de reflexões que, a princípio, poderiam não ter forte conexão para olhos mais desatentos, esta obra aborda uma comunicação em tensionamento constante, instiga a pensar em diversas frentes os desafios e a potência de transformação social no Brasil (e nos vários “Brasis” que constituem esse país, unidos e separados por um contexto de mediações tecnológicas mais intensas e pervasivas). Produções acadêmicas abrangentes, diversas e multifacetadas como esta evocam de modo contundente a concepção de comunicação como construção de vínculo social, como nos provocam Muniz

Sodré e Rosane Borges. As situações, para serem de fato comunicativas, exigem-nos uma abertura ao outro nas mais diversas circunstâncias possíveis, seja na relação entre docente e estudantes, jornalistas e públicos; seja entre autoridades governamentais e população, empresas e consumidores.

A abertura ao outro nos remete também à constatação de que toda a diversidade das reflexões aqui trazidas aponta para os afetos, não no sentido restrito a “amorosidade”, mas às afetações que os acontecimentos, sentidos em circulação, problemas sociais, empecilhos pedagógicos nos evocam. Haveria qualquer possibilidade de falarmos de comunicação (e, portanto, de vínculos) sem falar, de alguma maneira, de afetos? As emoções nos transformam e nos permitem transformar o mundo, nos levam à ação, como diz Georges Didi-Huberman. Afetos e comunicação têm muito em comum: ambos são reflexivos, relacionais, performativos.

Jean-Luc Moriceau, a partir de um olhar comunicacional baseado nos afetos, nos convoca a mergulhar nas vivências do outro a ser compreendido, a deixar aflorar uma sensibilidade que nos permita identificar desigualdades, discrepâncias e controvérsias, o que pressupõe um compromisso ético de quem pesquisa esses fenômenos comunicacionais. As desigualdades citadas neste livro, em diferentes discussões, tanto sociais, raciais, regionais, de acesso às tecnologias, quanto educacionais e de acesso à alfabetização de qualidade, são obstáculos comunicativos. Considerando a comunicação como direito humano, algo imprescindível a um mundo contemporâneo que se autorreferencia como “interconectado”, há muitos desafios pela frente, porque ainda existem muitas precariedades que se interpõem às práticas comunicativas e ao acesso à vida digna.

O título “Comunicação, Tecnologia, Sociabilidades” é bastante oportuno, já que há uma relação indissociável entre esses eixos e que atravessa, portanto, todos os problemas de pesquisa e considerações feitas pelos autores reunidos por Marcela de Souza, Rodrigo Portari e Dôuglas Ferreira. Esses três eixos são abordados por Ana Maria Teles, no primeiro capítulo, intitulado *O desenvolvimento regional e a educação tecnológica a partir da temática da educomunicação*, ao articular educomunicação e processo de aprendizagem da educação profissional e tecnológica na disciplina de Robótica, proveniente da perspectiva freireana de educação dialógica e libertadora.

O segundo capítulo, *Revoluções dos suportes e da leitura na sociedade e na escola: do código ao hipertexto*, escrito por Levi Henrique Merenciano, Carlos Henrique Sabino Caldas, Luiz Antonio Feliciano e Priscila Florentino de Melo Merenciano, relaciona hábitos do leitorado e ambiente educacional, conectando as apropriações tecnológicas de estudantes e docentes em um contexto de novos suportes e práticas de leitura. Também dedicado ao contexto educacional, o capítulo seguinte, denominado *As balbúrdias da universidade pública: do posicionamento do governo federal aos imaginários coletivos*, de Priscila Kalinke da Silva e Karol Natasha Lourenço Castanheira, reflete sobre como o discurso pejorativo, proferido pelo atual governo federal, sobre as universidades públicas brasileiras, em circulação nas plataformas de redes sociais, afeta o imaginário e prejudica a reputação das instituições de ensino superior em nome de um projeto político encampado desde o período eleitoral em 2018.

O capítulo *Cidade para todos: existências e resistência no espaço urbano e a influência do discurso de ódio nas mídias sociais*, escrito por Alan Tomaz de Andrade e Gabriela Silva de Carvalho, articula as mídias sociais à configuração violenta e excludente dos espaços urbanos, feitos para poucos e pautados por lógicas subalternizantes. Já o quinto capítulo *Acontecimento replicante: os sentidos produzidos no Twitter em torno das últimas crises de imagem envolvendo Samarco e Vale*, de Rodrigo Augusto Rodrigues Puhl e Dóuglas Aparecido Ferreira, aborda também redes sociais, mas traz, especificamente, como se constroem sentidos, no Twitter, sobre grandes empresas mineradoras após os acontecimentos constituídos pelo rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais, em 2015 e 2018, respectivamente.

Michele Pereira Rodrigues propõe no texto *O sistema de pontuação de crédito no Brasil: uma análise sociológica*, um olhar crítico sobre o sistema de pontuação de crédito no país em um estudo de caso da Serasa Score, problematizando a rastreabilidade e a atuação de empresas, bem como a vulnerabilidade dos consumidores frente à falta de transparência sobre a captura e uso de dados. O sétimo capítulo, intitulado *Efeitos especiais gerados em tempo real baseado no sistema de partículas do motor de jogos Unity3D, aplicado a estúdio virtual*, de Sérgio Carlos Portari Júnior, Rodrigo Daniel Levoti Portari e

Antônio Carlos Sementille, traz uma pesquisa em andamento sobre as inovações e possibilidades da utilização de estúdios virtuais na produção audiovisual jornalística, eliminando problemas de pós-produção com baixo custo e permitindo uma oferta de conteúdos com experiência estética mais imersiva.

O livro se encerra com o texto *Inflexões do grupo de pesquisa Comunicação e Equidade: desigualdades e interfaces tecnológicas*, de Marcela Fernanda da Paz de Souza, Eduardo Meireles, Michele Pereira Rodrigues, Elizangela Ávila e Júlio César Rocha Conceição, que abrange desigualdades presentes na engrenagem social, passando por perspectivas como a interseccionalidade e a necessidade de uma visão emancipatória para que tecnologia e inovação não perpetuem barreiras, algo ainda mais evidente diante do cenário pandêmico e das posturas, nitidamente necropolíticas, adotadas por muitos governos na (falta de) gestão e de políticas efetivas ao combate à Covid-19.

Reproduzo aqui algumas das questões que permeiam esta coletânea em vários de seus capítulos: “Como pode haver inovação sem que os discursos sejam renovados?”; “Sem troca, há possibilidade de educação?”; “Como saber selecionar tanta informação eletrônica que desfila à frente do aluno e do professor?”; “Como proceder perante informações que ‘jorram’ da tela?”; “Sem uma base letrada, o brasileiro fará bom uso das tecnologias?”; “Espaço público para apenas um gênero?”; “Quais dados são utilizados? Quais suas fontes? Como foram conseguidos?”. A ciência é feita de incógnitas e questionamentos. Talvez falte, no contexto brasileiro, aprender mais sobre dúvidas e incertezas do que procurar respostas prontas, e isso nos faz avançar em termos comunicacionais e tecnológicos, leva-nos a compreender melhor os modos de vida e conhecimento que constituem nosso país, nossa cultura e nossas inovações, repertórios, linguagens e formas distintas de ler o mundo e as realidades que nos permeiam. Mais do que respostas, esta obra oferece boas perguntas.

Tamires Ferreira Coêlho (Cuiabá, 2020)

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA A PARTIR DA TEMÁTICA DA EDUCOMUNICAÇÃO

Ana Maria Teles

Este trabalho versa sobre a relação existente entre educação e desenvolvimento regional, discute como a educação contribui diretamente para o desenvolvimento de uma região. Mais precisamente, aborda-se a educação tecnológica dentro de uma temática, a educomunicação, que mescla e interage a educação e a comunicação. A educomunicação pode ser abordada a partir de diversas experiências empíricas no ambiente escolar. Dessa forma, procurou-se compreender uma possível consolidação da educomunicação para o desenvolvimento da educação técnica e, por conseguinte, para o desenvolvimento regional.

Para contextualizar essa relação é, primeiramente, trabalhado o conceito de desenvolvimento regional e a relação intrínseca de tal conceito com o de educação sob o viés da educação tecnológica. Para apresentar a educomunicação é fundamental entender as bases que formam esse conceito: além da educação, a comunicação. A proposta de uma educação libertadora e dialógica pensada por Paulo Freire (1977; 2011) orienta nossa reflexão, assim como os processos comunicacionais, segundo uma concepção complexa – e não mecanicista – do fenômeno, trabalhada por autores como Adriano Duarte Rodrigues (1990) e Vilém Flusser (2007).

A proposta de abordagem acontecerá a partir da disciplina de Robótica dentro do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), *campus* Formiga – cidade de cerca de 70 mil habitantes, localizada no centro-oeste mineiro –, ministrada a turmas com aproximadamente vinte alunos cada uma, do curso técnico concomitante ao Ensino Médio, a qual muito se aproxima daquilo que é propugnado teoricamente pela educomunicação.

O texto, ainda na característica de ensaio teórico, apresenta uma revisão bibliográfica e entrevistas introdutórias, que irão nortear atividades

de campo. Além da revisão, entrevistas e conversas informais com alguns alunos do curso técnico foram realizadas.

Para finalizar, o texto deve responder às seguintes questões: como tudo isso contribui para o desenvolvimento regional? Por que seria bom para o desenvolvimento de uma região abordar o conceito de educomunicação em uma instituição de ensino profissional e tecnológico? Para tentar responder tais questões de maneira especulativa, foram feitas entrevistas com a professora que ministra a disciplina de Robótica no IFMG – *Campus* Formiga, com a finalidade de conhecer seu conteúdo programático, aplicação da ementa, dinâmicas pedagógicas e metodologias de ensino.

A EDUCAÇÃO E O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Souza (2005), desenvolvimento, em termos gerais, pode ser caracterizado como

um *processo de mudança para melhor*, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas – e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas relações se concretizam no espaço. (SOUZA, 2005, p. 100, *Grifos originais*)

Essas relações, às quais se refere o autor, podem acontecer em quaisquer espaços disponíveis. Por outro lado, Souza (2005) atribui qualidade exclusiva ao processo: trata-se de uma mudança para a melhor. Se se considera que é senso comum entre as diversas teorias do desenvolvimento que uma educação “de qualidade” é um dos elementos básicos para essa “mudança para a melhor”, é mister reconhecer o espaço escolar e as relações criadas nesse ambiente, senão o centro, certamente, como um dos elementos centrais no debate sobre a superação nos entraves para o desenvolvimento econômico, social e individual – além disso, é

preciso salientar, para a superação de desigualdades regionais, sejam elas compreendidas em uma relação entre territórios ou no interior de um território, compreendido como um espaço delimitado por tramas simbólicas.

Se vivemos em uma sociedade do conhecimento, se nosso tempo é reconhecido como era do conhecimento, a educação, assim como a ciência e a tecnologia, obrigatoriamente, é vista como a base que garante a cidadania e o avanço tecnológico e científico do mundo e das regiões. Tais avanços são as bases para que a nação se torne cada vez menos dependente econômica e politicamente, para fora e, socialmente, para dentro, como lembra Diniz (2009), o que implica assumir a necessidade de inserção em um estado de competitividade marcada justamente pela produção de conhecimento (CASTELLS, 2007), mas igualmente indica que as potencialidades de indivíduos e grupos podem ser liberadas justamente por meio dos processos criativos, alcançados pelos processos educacionais.

É nessa medida que os autores Rolim e Serra (2009) afirmam que nos últimos decênios, a educação superior vem sendo identificada como principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países – bem como das regiões:

a dimensão regional passa a ter uma importância capital na medida em que o ambiente regional/local é tão importante quanto à situação macroeconômica nacional na determinação da habilidade das empresas em competir numa economia globalizada, ou seja, a disponibilidade dos atributos regionais/locais (conhecimento, habilidades, etc.) será um fator decisivo na decisão locacional das empresas, o que faz das universidades que estão umbilicalmente ligadas às suas regiões, elementos importantes no processo de desenvolvimento regional. (ROLIM; SERRA, 2009, p. 87)

Em um mundo cujo desenho se assemelha a uma imensa teia, a competitividade, raciocinam os autores, deixou de pertencer somente ao mundo empresarial e, atualmente, encontra-se recorrente à realidade regional, o que a torna um elemento estratégico para desenvolvimento endógeno – que, por sua vez, não pode se fechar, sob o risco de perder competitividade em um mundo de interconexões. Governo e empresas

passam a trabalhar em prol de objetivos comuns, pois ambos desejam criar os chamados fatores locais competitivos, desenvolvendo, assim, suas regiões. Porém, a história econômica vigente mostrou que a estratégia de desenvolvimento não poderia continuar baseada somente nos fatores de produção tradicionais (recursos naturais, capital e trabalho). A estratégia de desenvolvimento deveria incorporar e valorizar outros fatores de produção: capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente. Com a valorização desses fatores, o núcleo criativo e criador da sociedade e da economia seriam acionados e seriam experimentadas as inovações e saltos contínuos em suas bases (AMARAL FILHO, 1996).

Na base estruturadora do capital humano estão educação, saúde e segurança alimentar, pois investir nesses setores é o mesmo que investir na força de trabalho do homem, único integrante pensante dentro da linha de produção. Conforme afirma Amaral Filho (1996), investimentos nessas áreas seriam vitais para o resgate da dívida social e da ampliação da cidadania, além dos investimentos em educação terem relação com o produto interno bruto (PIB) do Brasil.

A teoria do desenvolvimento endógeno não considera os fatores de produção econômica de forma isolada. Todos os gastos devem ser considerados como investimentos produtivos. Para Marshall (1982) (*apud* AMARAL FILHO, 1996), não se poderia medir investimentos nessa área, pois seria vantajoso dar às massas maiores oportunidades, e seria por este meio, pela educação, que muitos teriam o impulso necessário para fazer brotar suas aptidões mais latentes.

Esses fatores, incorporados ao processo produtivo, permitem uma melhor utilização do capital físico e aumentam sua produtividade, ao mesmo tempo em que aumentam o retorno econômico e social, e colaboram para o desenvolvimento da região. Tais fatores também permitem a geração de diferenciações competitivas e, principalmente, permitem à região ou à economia local o desenvolvimento endógeno de inovações que impactam direta ou indiretamente no desenvolvimento como um todo.

O desenvolvimento tecnológico, bem como o uso de suas tecnologias, exige conhecimento científico e gestão desse aparato. Esse nível de conhecimento encontra-se nas instituições de ensino e nos centros de pesquisa. Por isso, as empresas necessitam cada vez mais de profissionais com níveis elevados de formação.

Muito embora essas condições fossem apontadas por estudos desenvolvimentistas há mais de 40 anos (cf. CEPAL, 1967, p. 69), ganhou o *status* universal de fator estratégico apenas nos últimos 10 anos. Araújo (2008) cita o Mapa Estratégico da Indústria produzido pela Confederação Nacional das Indústrias (2005) para o período de 2007 a 2015, no qual, no campo da educação, os industriais indicam que o ensino superior brasileiro precisa atender às necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do país. O conteúdo ofertado deveria incluir habilidades e novas competências, como capacidade de comunicação e trabalho em equipe.

Assim, diante de um fator reconhecidamente de grande importância para o desenvolvimento regional, a educação merece destaque entre as reflexões de qualquer teoria do desenvolvimento. Da mesma maneira se, se pensa em desenvolvimento em sua concepção contemporânea, não é possível admitir um conceito de educação mecanicista. É nessa medida que a teoria pedagógica de Paulo Freire (1977), segundo a qual a educação deve ser dialógica para que seja libertadora e possa fazer a diferença nas relações interpessoais e na formação do ser humano, parece a mais adequada a um debate que pretende ir além do mero progresso econômico.

PAULO FREIRE: A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

De início, deve-se chamar a atenção para que o pensamento de Paulo Freire (1977) é central no esforço deste capítulo, de reunir educação, desenvolvimento econômico, social e humano, e estratégias de comunicação, na medida em que o autor afirma que a educação é primordialmente comunicação, na medida em que não é transferência de

saber, mas sim, um encontro de interlocutores que procuram tramar sentidos comuns. A educação tem que ser libertadora, diz, e, assim, será verdadeiramente humanista. Uma de suas preocupações deve ser o aprofundamento da tomada de consciência que se opera nos homens enquanto agem, enquanto trabalham. O ponto de partida do diálogo está na busca do conteúdo programático, que não poderia ser escolhido apenas por um sujeito dos polos dialógicos.

Para Freire (2011), a educação é uma força de mudança e de libertação, desde que desvestida da roupagem de alienação instaurada; trata-se de uma prática para a liberdade, que ofereça ao educando instrumentos para o rompimento com essas raízes. “Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática” (FREIRE, 2011, p. 118). Uma educação que coloque o ser humano em contato com os demais, promovendo o diálogo.

A tarefa do educador em um processo de conscientização não é exclusivamente produzir discursos a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. Ele deve comunicar e comunicar-se. O trabalho do educador é o de problematizar, juntamente aos educandos, o conteúdo que os medeia, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado.

Educação como prática da liberdade não é transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. (...) Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam. (FREIRE, 1977, p. 78)

O autor destaca o permanente ato cognoscitivo em que deve estar o educador, o qual consiste em conhecer e dizer sobre seu conhecimento; assim, a cada aula, a cada pergunta, há uma nova busca do conhecimento, há novamente a realização do esforço cognoscitivo. Freire (1977) é enfático ao dizer que “os professores que não fazem este esforço, porque simplesmente memorizam suas lições, necessariamente rejeitam a educação

como uma situação gnosiológica, e assim, não podem querer o diálogo comunicativo” (FREIRE, 1977, p. 80).

Ele trata esse método de falsa concepção da educação, que se baseia no depósito de informes nos educandos, constituindo um obstáculo à transformação. Também utiliza o termo assistencialismo educativo, em que as relações entre o educador são chamadas de verbalistas, dissertadoras de um “conhecimento” memorizado e não buscado ou trabalhado por seus educandos. Nesse assistencialismo, as palavras ocas seriam como “dádivas”, características das formas assistencialistas no domínio do social.

Freire (1997) chama a atenção para o fato de que enquanto a concepção “assistencialista” da educação “anestesia” os educandos e os deixa acríticos e ingênuos diante do mundo, a concepção da educação que se reconhece como uma situação gnosiológica os desafia a pensar e não a memorizar. A educação enquanto prática libertadora visa à formação de sujeitos mais críticos e isso passa pelo respeito pelo outro, pela valorização do homem como sujeito de suas ações e não como objeto.

A educação, como fenômeno, instiga o aprendizado e o aprimoramento dos métodos de ensino-aprendizagem que devem se aproximar do contexto social e das relações de trabalho. Não só na educação profissional, mas principalmente nesta, a articulação entre a teoria e a prática deve ser uma constante no ensino do saber técnico profissional. Nessa área, os métodos não são simples derivados do conhecimento, fazem parte de um conjunto de ações que devem levar os educandos à resolução dos problemas relacionados à tecnologia e dentro de sua formação técnica.

Por isso, desde o seu surgimento, a educação profissional e tecnológica aponta para a cultura do aprender fazendo ou do fazer para aprender. Aplicando os conceitos na prática, o estudante não ficaria alheio ao mundo e não somente aprenderia técnicas de memorização, aprenderia a pensar para saber como fazer.

APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional no Brasil, nos anos 1990, estava dividida nos níveis básico, técnico e tecnológico. Os cursos ofertados no nível básico eram abertos a qualquer interessado, já os cursos de nível técnico eram oferecidos juntamente com o Ensino Médio ou depois de sua conclusão e os cursos tecnológicos eram de nível superior. Em 2004, por meio de um decreto presidencial, retomou-se a possibilidade da integração do Ensino Médio regular com o Ensino Técnico, sem interferência nos demais níveis da educação profissional.

A despeito da incipiência, no caso brasileiro, de ações e políticas públicas voltadas para a compreensão da indissociabilidade entre desenvolvimento e educação, já se pode identificar um esforço nesse sentido, inclusive ao tomar o Ensino Médio profissionalizante como central. É o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), que nas palavras oficiais, busca promover melhorias na qualidade de ensino, conseqüentemente, uma redução nas desigualdades sociais e regionais, além de uma democratização da gestão da educação pública. O PNE, criado em 2011 e relacionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), denota a assunção de que uma educação de qualidade é essencial ao desenvolvimento de mão de obra qualificada, mediante aos desafios tecnológicos e organizacionais recentes (WINCKLER; SANTAGADA, 2012). Os empresários brasileiros também se mostram consoantes a esse, que parece ser, um novo tempo nascente: o Mapa da Indústria produzido pela Confederação Nacional da Indústria (2005) elaborado para o período de 2007 a 2015, que a educação profissional e tecnológica constitui um suporte estratégico para a competitividade e a sustentabilidade da indústria brasileira, por isso, um dos objetivos estratégicos deveria ser o seu fortalecimento.

É nesse cenário, aparentemente alentador – ao menos àqueles que buscam enxergar além do mecanicismo e que não separam desenvolvimento econômico do social, tampouco o social do individual – que surge o desafio de compreender e forjar processos educativos, tais quais concebidos por Paulo Freire (1977; 2011). Isso implica, desse modo, uma era que é

reconhecida como sendo a era do conhecimento, em razão de que a proliferação dos processos e tecnologias da comunicação aprofundam a compreensão de comunicação para além do mecanicismo.

Rodrigues (1990) chama de instrumentalidade performativa a designação de uma modalidade de legitimação do saber inversa, na mesma forma em que os conhecimentos proporcionam em ordem à transformação do mundo, projetos de intervenção em uma determinada área da experiência. Essa modalidade performativa atinge, hoje, os domínios da linguagem e da comunicação, converte-se em técnicas da informação, intervém na esfera econômica, condiciona produção e consumo, comandando e orientando os mercados.

Se há, como concebido por Paulo Freire (1977), comunicação no processo educativo, pode-se conceber com Rodrigues (1990) o inverso: na era da comunicação, a educação aprimora os processos comunicacionais. Há, no desenrolar do processo de intercompreensão, um trabalho metacomunicacional que consiste numa espécie de processo de modelagem dos enunciados com as marcas da enunciação. Mais do que articular educação e comunicação, portanto, trata-se de compreendê-los como metafenômenos indiscretos, o que coloca em jogo a necessidade de uma definição de comunicação suficiente ao esforço deste texto.

COMUNICAÇÃO, ALÉM DOS DUALISMOS

Nunca se disse tanto sobre comunicação como no atual momento da sociedade, uma sociedade que parece ter desaprendido a comunicar sobre si própria, em que os símbolos utilizados não conseguem transmitir uma única mensagem; algo bem diferente de tempos antigos, como na formação da *polis*, em Atenas.

Nas palavras de Vilém Flusser (2007), a comunicação tal como a concebemos nasceu como uma empresa desesperada, em meio à falência das figuras simbólicas e dos princípios criados pelos gregos, pois as antigas teologias fundadoras dessas grandes figuras, como a nação, a liberdade ou a igualdade, estavam desaparecendo enquanto meios de unificação, a

compreensão estava cada vez menor entre os seres humanos. Assim, surge a comunicação como campo do conhecimento humano, reunindo análises especializadas como uma nova teologia, a teologia dos tempos modernos, nascendo, então, a fase da comunicação tecnicista.

A comunicação é um ato e, ao mesmo tempo, um fenômeno ético humano e como desdobramento desse fenômeno, para os diversos campos da experiência humana, observa-se a ampliação do campo de estudos, que foi ampliado em função da complexidade dos mecanismos das técnicas de comunicar. A partir desse momento, “a comunicação torna-se a voz única, a única coisa que pode unificar um universo que perdeu qualquer outro referente ao longo do caminho” (SFEZ, 1991, p. 9). Para comunicar, seria necessário fazê-lo por intermédio dos instrumentos que enfraqueceram a própria comunicação – eis aí um paradoxo. Está em jogo, portanto, na sociedade da comunicação, um discurso reinante que impede o diálogo: na era da comunicação, os instrumentos de comunicar impedem que se criem novos caminhos, além daqueles definidos pelos instrumentos que permitem que a comunicação se dê.

Há uma diferença importante entre as duas formas e que depende do ponto da observação. Cada discurso é considerado parte de um diálogo e cada diálogo pode ser considerado uma série de discursos orientada para a troca. Participar de um discurso não quer dizer participar de um diálogo.

O que as pessoas pensam certamente não é que sofram de falta de comunicação. Nunca antes na história a comunicação foi tão boa e funcionou de forma tão extensiva e tão intensiva como hoje. O que as pessoas pensam é na dificuldade de produzir diálogos efetivos, isto é, de trocar informações com o objetivo de adquirir novas informações. E essa dificuldade deve ser conduzida diretamente ao funcionamento hoje em dia tão perfeito da comunicação, a saber, deve ser dirigida para a onipresença dos discursos predominantes, que tornam todo diálogo impossível e ao mesmo tempo desnecessário. (FLUSSER, 2007, p. 98)

Flusser (2007) vai além ao afirmar que, atualmente, na história da humanidade, predomina-se o discurso, mas os homens se sentem solitários, apesar do envolvimento com as chamadas “fontes de informação”. Contudo, quando a predominância é inversa, como acontecia antes da revolução

comunicativa, os homens também se sentiam sozinhos, porque se sentiam desenraizados da história, mas o mundo não existiria como tal se não fosse pela comunicabilidade, que favorece o conhecimento humano. Eis o paradoxo realizado: há uma espécie de comunicação sem comunicação, de diálogo dualista. O problema se coloca justamente quando se articulam conceitos como educação, comunicação, desenvolvimento e sociedade do conhecimento: como é possível juntar todos, numa necessária unidade, sem que haja diálogo? É inegável que todo ato comunicativo implica o compartilhamento de material simbólico disponível. Porém, se esses atos comunicativos se realizam como reforço de discursos mecanicistas, como haverá renovação desse discurso? E como pode haver inovação sem que os discursos sejam renovados? E então: sem inovação há possibilidade de desenvolvimento em uma sociedade da inovação? Sem troca, há possibilidade de educação? Dessa forma, o ciclo se fecha: a educação é necessária para que haja desenvolvimento?

Recorramos novamente a Paulo Freire (1977), para quem o sujeito jamais pensa sozinho: não há um “penso”, mas sim, um “pensamos”. O sujeito não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Freire (1977) afirma, ainda, que não há pensamentos isolados na medida em que não existem homens isolados, assim, o “ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos” (FREIRE, 1977, p. 66).

Da mesma maneira, Adriano Rodrigues (1990) destaca que no processo comunicacional, existe uma troca de experiência entre os protagonistas. Ele é categórico ao dizer que somente existe esse processo se cada um dos envolvidos tiver sua experiência pessoal transformada pelo confronto com a experiência do outro protagonista.

A relação entre os protagonistas da comunicação é, por conseguinte, coextensiva a todo o processo de troca de mensagens ou de ações e, ao contrário daquilo que alguns autores pretendem, partindo de preconceitos estruturalistas, não lhes é exterior. (RODRIGUES, 1990, p. 72).

Pensar, então, na articulação entre educação e comunicação pode ser considerado um pleonasma – mas em um tempo que se chama “da comunicação” e que, todavia, pouco faz para renovar os códigos que indivíduos compartilham, essa articulação é mais do que necessária: é imprescindível. Questionar os limites e os resultados dessa combinação é o papel de uma disciplina nascente: a educomunicação.

EDUCOMUNICAÇÃO: O DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO

O conceito de educomunicação surgiu na década de 1970, por meio de pessoas que passaram a utilizar os recursos da informação na defesa de determinados interesses, a partir da perspectiva de Paulo Freire, da comunicação dialógica. Esse conceito aponta para uma junção da educação e da comunicação e se firma como um novo campo de intervenção em que se busca ressignificar os movimentos comunicativos no âmbito da educação (FORTUNA, p. 12).

A prática da educomunicação auxilia no sentido de que os alunos podem expressar sua voz e realizar atividades criativas dentro da escola, proporcionando um resgate da experiência e a manifestação de diversas vozes em um diálogo entre professor e aluno.

O professor Ismar de Oliveira Soares, um dos precursores do tema no Brasil, diz que para o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, a educomunicação se define como um

conjunto de ações destinadas a integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (...); criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos (...); melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. (SOARES, [s/d], p. 1).

Alguns procedimentos devem ser observados para que haja educomunicação, dentre os quais Soares (*ibid.*) aponta: a necessidade do planejar e prever o “conjunto de ações” no contexto do plano pedagógico das escolas e não em ações isoladas, pois, nessa segunda situação, não haveria modificações em relações marcadas por práticas autoritárias de

comunicação; o planejamento deve ser participativo; as relações de comunicação devem ser sempre francas e abertas para socializar e criar consensos; o grande objetivo é o crescimento da autoestima e da capacidade de expressão das pessoas, enquanto indivíduos e grupo.

Soares (s/d) comenta a obra da professora Geneviève Jacquinot (s/d), para quem a escola é uma instituição ao mesmo tempo educativa, social e política. A escola é encarregada de transmitir a cultura do saber, já pelos meios de comunicação são transmitidas mais informações do que o saber. O privilégio é dado ao rápido, à “encenação da informação”, mais do que o conteúdo. Os meios irão tratar de tudo, mas sem controle sobre a forma como trabalham. Para Jacquinot (s/d), “saber midiático” e “saber escolar” travam uma disputa, sobretudo, porque os alunos que chegam à sala de aula estão impregnados de “cultura midiática”. Diante desse quadro, cabe aos professores ignorarem o novo quadro cognitivo-pedagógico e manterem a tradição da escola, ou introduzirem os meios na escola e utilizarem-se deles para atingirem seus objetivos pedagógicos, criando grupos especializados de educação para os meios. Como salienta a autora, a educomunicação, a figura do educador que aproxima a escola da comunicação, ao não fechar os olhos para o que acontece com o mundo, compreende a educação a partir de uma perspectiva cidadã.

O educador tem dupla função teórica em todo esse processo, pois ele irá trabalhar na convergência entre as ciências da Educação e da Comunicação. Esse profissional aceita que os alunos podem ensinar ao mestre, que podem ensinar uns aos outros, que outros universos e outras modalidades de apropriação da realidade podem adentrar a escola.

A EDUCOMUNICAÇÃO E A POSSÍVEL EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE ROBÓTICA

É importante salientar que o relato – e as reflexões a partir do objeto empírico – aqui apresentados são bastante incipientes, por se tratar de uma perspectiva teórica. Contudo, isso não invalida as pistas importantes que se mostraram nas observações realizadas.

Na disciplina de Robótica, ministrada aos alunos dos cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio, no Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Formiga, no primeiro ano do curso, a ementa consta como conteúdos básicos a serem abordados: os princípios básicos da robótica; elementos de montagem, sensores e motores; *software* para manipulação de robôs e projeto de robôs. É no contexto desse processo de aprendizagem que o programa de educomunicação pode ser inserido. Trataremos disso mais à frente.

As atividades desenvolvidas no decorrer da disciplina associam aulas teóricas e práticas, com a finalidade de mostrar aos alunos as bases que fundamentam o conteúdo e como se dá a aplicação destes. Para demonstrar os elementos de montagem dos robôs, o professor trabalha com ações que envolvem a organização e estrutura dos elementos que compõem os *kits* a serem utilizados para os trabalhos.

Após a exposição teórica de conteúdos introdutórios como circuitos elétricos, elementos de montagem, utilização de sensores, reconhecimento das peças e apresentação dos *softwares* de manipulação de robôs, os alunos são instruídos a realizarem a montagem e a programação de um simples robô, em sala de aula, atividade que é repetida em diversos dias para estimular o aprendizado prático. Outra ação estimulada é uma pesquisa sobre como a robótica tem auxiliado a vida das pessoas.

Com conhecimentos aprimorados, o trabalho em grupo orientado aos alunos é o desenvolvimento de um projeto de robô. Nessa atividade, os estudantes devem escolher uma montagem no software e destiná-la a um determinado objetivo. São avaliados a organização, estrutura e estratégias do grupo para a disputa com os demais robôs produzidos pela turma. Esse trabalho é desenvolvido tanto no primeiro quanto no segundo semestre, quando é possível perceber uma notável evolução na qualidade dos trabalhos apresentados. Em ambos os semestres, os robôs produzidos devem ter uma finalidade útil à sociedade. É nesse ponto que a educomunicação é especialmente importante.

A educomunicação, inserida nesse processo, pode contribuir para promover uma consciência mais crítica nos estudantes e estimulá-los na busca por novas tecnologias que provoquem mudanças sociais positivas,

bem como estimulem o desenvolvimento social e individual, ao estimular o imaginário criativo e a cultura da inovação. Busca apropriar-se dos meios de comunicação como instrumentos de expressão cidadã e, assim, promove ações que fortalecem a comunicação em espaços educativos, que podem ser formais ou informais. As ações dessa área pretendem integrar práticas educativas aos sistemas de comunicação e, com isso, melhorar a capacidade de expressão e comunicação dos estudantes. A proposta envolve a criação de ambientes abertos, que possibilitarão a participação, o diálogo e a criatividade. O professor pode estimular tanto análises críticas do noticiário quanto a criação de produtos próprios de mídia.

A gestão comunicativa, como já abordado anteriormente, envolve articular, planejar e executar ações, bem como criar avaliações de ecossistemas comunicativos no ambiente escolar, ou seja, no espaço educativo. Esse papel é desempenhado pelo professor, que pode receber o auxílio de outros profissionais, sejam eles da educação ou da comunicação.

Na educação para os meios, as atividades são voltadas à compreensão do fenômeno da comunicação, qual é o lugar dos meios na sociedade e o impacto que produzem. Em se tratando de questões epistemológicas, o foco está na sistematização de experiências e nas pesquisas teóricas e práticas referentes ao fenômeno constituído pela relação intrínseca entre educação e comunicação.

Em um ambiente onde os alunos já estão em contato com a tecnologia, em virtude da natureza da disciplina, desenvolver produtos comunicacionais pode ser uma tarefa prazerosa e estimulante. Embora lidem com *softwares* de programação, eles devem estar atentos ao que acontece ao seu redor para programarem robôs que solucionem problemas.

A pesquisa realizada para o desenvolvimento dessa atividade pode ser convertida em um vídeo, um jornal, uma reportagem, um *podcast*. Isso seria a mediação tecnológica na educação, ou seja, usar as tecnologias para ampliar as formas de expressão dos alunos, que também pode ser feita através das artes.

Um dos principais objetivos da educomunicação é alterar a realidade em que se vive com a clareza necessária sobre o tema, pois as ações são pautadas pela intencionalidade. Conforme afirma Soares (s/d),

Se entendermos por método os caminhos escolhidos pelo sujeito em suas tensas e contínuas relações com o objeto na busca do conhecimento e na construção dos saberes, a metodologia adotada na Educomunicação caracteriza-se não pelo interesse em respostas supostamente definitivas para os problemas que diuturnamente se nos apresentam, mas pelo aguçamento das contradições. (SOARES, [s/d], p. 01)

Essa transformação efetiva da realidade só é possível porque o homem é embutido de força, que pode modificar a relação entre as formas e conteúdos, algo que direta ou indiretamente acontece por meio da educação e da metodologia, das ferramentas da educomunicação, que se apoia em um método, em um caminho para revelar o mundo e a vivência da vida.

A proposta na disciplina de Robótica é que todas essas vertentes possam ser empregadas. A associação do conhecimento com a cidadania, que já está presente no conteúdo programático, pode alcançar a mídia, tomando-se o cuidado de que os estudantes realizem produções condizentes com a verdade e coerentes com os anseios do ser cidadão, pois isto consiste na prática educacional, promover a educação, a reflexão e o pensamento humanista e ser uma alavanca para educar e construir uma sociedade mais humana.

O grande desafio em se realizar um programa de educomunicação nessa disciplina é a ausência de formação especializada do professor e dos alunos com produção de produtos midiáticos. Pensando nisso, a proposta envolve realizar parcerias com profissionais da comunicação que possam suprir essa lacuna.

A disciplina de Robótica se mostra um locus especial para o desenvolvimento de um programa de educomunicação, como exposto acima, pensada como ferramenta para o desenvolvimento. Como indica Lima ([s/d]), segundo a educomunicação, os jovens são formados para utilizar a comunicação como uma ferramenta para a transformação de sonhos em realidade, contribuindo para o crescimento autônomo e com capacidade transformadora. Assim, eles poderiam interferir diretamente na realidade em que vivem. Tal construção da autonomia é muito evidente na disciplina de Robótica, o que reforça que, caso haja uma política de

educomunicação como prática pedagógica, as potencialidades da disciplina podem se ampliar, em razão da sistematização das práticas voltadas ao diálogo, à valorização dos conhecimentos dos atores envolvidos e à construção do conhecimento voltado para a solução prática de problemas da vida. A concepção de comunicação – e de cultura da comunicação – em práticas pedagógicas está muito além de apenas utilizar meios ou veículos comunicativos. A educação e a comunicação juntas propõem uma troca de saberes, uma interação, uma verdadeira comunicação entre os seres humanos.

A perspectiva da educomunicação, devido à sua dimensão, vem ganhando espaço e foi tema de chamada pública do Ministério da Educação (MEC) para a implementação de políticas públicas com bases de tecnologias educacionais no eixo defendido pela educomunicação, uma colaboração com o processo de ampliação da jornada escolar dos ensinos Fundamental e Médio, com integração entre escola e comunidade.

Esse edital, na opinião de Messias (2013), demonstra uma mudança no discurso formal do MEC e aponta para a interação entre os sujeitos professor/aluno, a integração escola/comunidade, deixando à margem a visão tecnicista do uso de ferramentas eletrônicas em sala de aula.

Diferente do que compreendiam os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados na segunda metade da década de 1990, discurso formal do MEC ressignifica, no edital, aquilo que é concebido como tecnologia educacional, deixando a visão tecnicista do uso de instrumentos eletrônicos em sala de aula e avançando para a consideração fática da interação entre os sujeitos professor/aluno e a tecnologia presente em um espaço que vai da territorialidade da sala de aula ao porte individual de quem educa e quem aprende. (MESSIAS, 2013, p. 01)

Por meio de observações do autor e das entrevistas realizadas, observou-se que, na disciplina de Robótica, os adolescentes lidam diretamente com tecnologias e, principalmente, são estimulados a desenvolver novas tecnologias através dos robôs. É um grande desafio das instituições de ensino na atualidade lidar com uma vasta quantidade de tecnologias de forma que possam ser eficientes na realidade e na rotina

escolar. Para que haja uma relação proveitosa e que proporcione frutos para a sociedade, aluno e professor precisam dialogar, e, assim, conhecerem e problematizarem a mesma realidade, construindo uma educação a partir da troca de conhecimento. Seria, portanto, uma relação horizontal, uma interação entre estes sujeitos, como afirma Freire, que também afirma ser fundamental o diálogo para a construção de um processo de aprendizagem e, conseqüentemente uma relação que irá produzir um desenvolvimento que tenha o humano como finalidade, que estejam muito além de um discurso que não promova diálogo, de uma comunicação que não comunica, de uma educação que tão somente adestra – o que implica dizer: que compreenda como pólos inextrincáveis o indivíduo e a sociedade, o local e o global, a natureza e a cultura.

Tal como se observa em relação ao Plano Nacional de Educação e seu vínculo com o PAC, a mudança de interpretação por parte do MEC vem ao encontro das propostas da educomunicação, que aponta uma superação do uso das tecnologias de forma apenas instrumental – o que também indica que estamos vendo nascer um novo tempo de oportunidades para um novo desenvolvimento.

Portanto, abordar educomunicação em uma instituição de ensino profissional e tecnológico é capacitar os estudantes para além da visão mecanicista da educação e contribuir para que haja um desenvolvimento regional proporcionado por profissionais engajados na sociedade desde o início da sua formação. Resta saber se teremos virtú para aproveitar essa fortuna.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alberto Borges de. Educação tecnológica para a indústria brasileira. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: v. 1, n. 1, p. 69 – 82, jun. 2008.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte: n. 19, Maio-Ago. 2009.

FLUSSER, Vilém. Raquel Abi-S,mará (trad.). Rafael Cardoso (org). *O mundo codificado*. Cosac Naify, 2007.

- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 189 p.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.
- JACQUINOT, Geneviève. *O que é um Educomunicador?* Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2013.
- LESSA, Júnia França; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7º edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- LIMA, Grácia Lopes. *Educomunicação na escola*. Disponível em: Acesso em 06 jun. 2013.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 apud AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. [s/l] n.14, p. 35 -74, dez.1996.
- MESSIAS, Cláudio. *MEC contempla preceitos educacionais para jornada ampliada nos ensinos fundamental e médio*. 2013. Disponível em: Acesso em: 04 jul. 2013.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Editorial Presença: Lisboa, 1990. 223 p.
- ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. *Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo*. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. p. 85-106, jun. 2009. P. 32
- SFEZ, Lucien. *A Comunicação. Coleção Epistemologia e Sociedade*. Presses Universitaires de France: 1991. 156 p.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Entenda a educomunicação*. Entrevista à Revista Geografia. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2013.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Mas, afinal, o que é educomunicação?* Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. São Paulo: NCE, [s./d.]. Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O que devemos entender por desenvolvimento urbano? 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 93 -102 p. SOUZA, Marcelo Lopes de. In: *ABC do desenvolvimento urbano*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Educomunicação. [Curitiba]: UFPR, [s./d.]. Disponível em:
http://www.ciencias.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/cartilhaeducunicacao.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA Salvatore. *A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?* Indic. Econ. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012.

REVOLUÇÕES DOS SUPORTES E DA LEITURA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA: DO CÓDICE AO HIPERTEXTO

Levi Henrique Merenciano

Carlos Henrique Sabino Caldas

Luiz Antonio Feliciano

Priscila Florentino de Melo Merenciano

Quando imaginamos um ato de leitura comum, logo vem à mente a imagem do leitor, na sua casa, segurando um livro confortavelmente enquanto passeia pelos “bosques da ficção”, como nos diz Eco (1994), e, por conseguinte, pelos bosques do conhecimento. As propagandas de incentivo à leitura no Brasil, até o início do século XXI, enfatizam o ato individual da relação com o texto impresso, além de transmitir a noção de texto como uma unidade de significado calcada apenas na linguagem verbal escrita, sobretudo, nos livros escolares. É preciso, no entanto, pensar a leitura e a relação com os textos de forma diferente.

Do ponto de vista linguístico, um texto é um todo de sentido que abarca também outras formas de linguagem, outras semioses. Além da linguagem verbal (oral e escrita), há também as não verbais, como as placas de trânsito e *outdoors*, a linguagem de sinais e a gestual, a dança, a música, as imagens em movimento (filmes, apresentação de slides). Por isso, trataremos texto como uma forma de manifestação de sentido, presente nesses tipos de linguagem mais utilizadas na sociedade ocidental, visto que a contemporaneidade leva – ou obriga – o leitor, por conta dos aparatos tecnológicos (o microcomputador, por exemplo), a dever entender, pelo menos um pouco, a interdependência dessas diferentes linguagens.

Para descrever, primeiramente, um rápido panorama dos aspectos sócio-históricos da leitura, será preciso explicar a relação do leitor com o livro na constituição da sua história no Ocidente. De acordo com Chartier (1996; 1998), o processo sócio-histórico da leitura passou basicamente por três grandes mudanças na sociedade ocidental: da leitura em voz alta para a

leitura silenciosa; da leitura intensiva para a extensiva; e da página (códice) para a tela do microcomputador (hipertexto).

A leitura em voz alta (oralizada), realizada em igrejas, mosteiros e nos lares de diferentes famílias, com intuito sagrado, deu lugar a um tipo de leitura silenciosa, sendo, pois, concretizada na Idade Média nos séculos XIV e XV, como prática comum das aristocracias leigas e dos letrados. Esse tipo de leitura, íntima e individual, proveio dos escribas monásticos e se estabeleceu no meio universitário da época, além de ficar acessível também à população em função do alcance das instituições, sobretudo as bibliotecas, da alfabetização laica e do advento da imprensa.

Posteriormente, observou-se outra mudança: a da leitura extensiva. A partir desse momento, a leitura é praticada com intuito de entretenimento (relação mais íntima com o livro), concretizada ou pela dona de casa nos romances ditos efêmeros, ou pelo pai que lia para o restante da família, uma vez que a forma predominante de leitura, anteriormente, era a intensiva, mais direcionada, portanto, à memorização de um corpus fechado de informações que eram passadas de geração a geração, com intuito sagrado.

A terceira mudança, no âmbito da relação leitor-livro, passou a ocorrer nas últimas décadas do século XX, por conta do microcomputador. Nesse caso, a identificação e o manejo do livro são completamente transformados. O percurso do livro para a tela do computador representa uma mudança significativa nas práticas de leitura. Por conta da (r)evolução eletrônica, é dada agora ao leitor, por meio da utilização de editores de texto e, sobretudo, da internet, a permissão de alterar o conteúdo de uma publicação, formatá-la ou enviá-la para outro computador, para qualquer parte do planeta. Assim, torna-se possível uma maior interação com o texto, uma vez que o leitor não se vê mais tão distante do objeto livro.

Se observarmos, por outro lado, a leitura de um ponto da constituição do mercado de livros e de um público-leitor brasileiros, pode-se constatar que, desde a chegada dos portugueses, de 1500 até o final do século XVIII (antes, portanto, da vinda da corte portuguesa para o Brasil), as condições eram muito precárias. Uma das principais causas dessa precariedade da difusão do livro no Brasil Colônia era a proibição da imprensa no território brasileiro. Tudo que deveria ser publicado na colônia

(leis, documentos e textos literários) deveria ser impresso na corte e depois, trazido para o Brasil. O ano de 1808, marcado pela chegada da família real no Brasil – que trazia em sua bagagem a biblioteca real portuguesa e a imprensa – representa um marco na história da leitura do país. Somente a partir dessa época é possível falar em mercado livreiro e no possível início e estabelecimento – muito dificultoso – de uma cultura letrada no Brasil.

Por isso, é necessário refletir sobre duas coisas: as formas de acessar e selecionar boa informação, sobretudo, por meio do computador; e sobre os novos suportes e novas práticas de leitura (o computador, o hipertexto, o CD, o mp3, a poesia digital) em meio aos antigos suportes e antigas práticas (o livro, o impresso, o vinil, o cassete, a poesia impressa). A partir disso, refletiremos sobre essas práticas de leitura e sobre o acesso, por vezes excessivo, a informações que desfilam à frente desse leitor-usuário – estudantes e professores – do século XXI.

TANGENCIANDO ALGUNS PARADIGMAS ATUAIS SOBRE LEITURA E CONHECIMENTO

Juntamente com o termo “era pós-industrial”, vêm à mente conceitos como o de globalização, tecnologias de informação e comunicação, internet, multimídia, era da informação, sociedade do conhecimento. Também há pensadores que estudam os novos fenômenos da sociedade atual, como Peter Drucker (1997). De forma geral, observamos que em plena era pós-industrial, as formas de manipulação da informação foram sendo profundamente alteradas a partir de meados dos anos de 1990, quando a mídia noticiou que nos Estados Unidos, o número de e-mails (cartas eletrônicas) superou o número de cartas convencionais. Divisão que possibilitou, pelo menos, o início de um período recente de novos paradigmas que podemos chamar, *grosso modo*, era da informação ou sociedade do conhecimento. Nesse sentido, as informações e os meios de sua distribuição foram profundamente alterados no que se refere ao quesito tempo e espaço (velocidade e distribuição do conhecimento no espaço), na medida em que passou a ocorrer uma heterogeneidade de formas e

contextos os mais variados possíveis para se manipular a informação. Todo esse quadro revela uma heterogeneidade de formas de comunicação que perpetuam o conhecimento de forma rápida, por meio de conexões eletrônicas que fazem desfilar informações frente ao usuário – termo designado para quem se utiliza da internet.

Assim, no âmbito da educação, observa-se que professores e alunos não podem ficar passivos frente a um terminal conectado à rede mundial de computadores. Aliás, um aluno despreparado que, em frente ao computador, não encontra a informação desejada, pode dar a busca por encerrada. Ou seja, se para o estudante a informação não existe na internet, ele pode achar que essa informação realmente não existe em outro lugar. Imaginemos um professor despreparado.

Ao contemplarmos o famoso filme do diretor Stanley Kubrick, *2001: Uma Odisseia no Espaço* (1968), adaptação do livro homônimo, de Arthur C. Clarke, podemos deduzir, mais especificamente na cena antológica do filme na qual um símio lança um pedaço de osso ao ar, o início das evoluções tecnológicas.

Figura 1: Imagem antológica de 2001: uma odisseia no espaço.



Fonte: (KUBRICK, 1968)

Isso se explica pelo fato de o osso (que poderia ser representado naquele contexto também por um objeto de madeira ou de pedra) configurar-se como uma forma de extensão dos membros humanos. Dessa forma, esse objeto de origem orgânica poderia ser utilizado como uma

ferramenta que servisse ao símio como extensão dos seus braços (valor imediato, de execução de um trabalho) ou mesmo para ameaçar membros de outras comunidades; no caso do filme, o osso adquire um valor simbólico de poder e opressão. McLuhan (1964) explica que, a partir da capacidade de manipular informação, os seres humanos passaram a dominar o uso de instrumentos juntamente com o desenvolvimento das mãos e do cérebro. Houve, de forma geral, uma progressão de estágios culturais, cujo início inclui a extensão dos membros (lanças de pau, a roda até os mísseis e satélites), dos sentidos (rádio, telescópio) e do próprio cérebro humano (unidades de processamento de texto e imagem, oriundas dos microcomputadores e dos supercomputadores).

Com relação às novas e antigas ferramentas para a constituição da memória social e do conhecimento (da pedra lascada, passando pelo impresso até o texto eletrônico), a educação vive uma mudança de paradigmas nessa sociedade do conhecimento. Como se lia? Como se lê hoje? Como são usados os suportes que permitem a projeção de diferentes linguagens? Como saber selecionar tanta informação eletrônica que desfila à frente do aluno e do professor? Essas são algumas perguntas que fazemos neste nascente século XXI. É por esse caminho que propomos um estudo com a pretensão de refletir sobre a relação do leitor com os textos, sobretudo, em formato livro e hipertexto (texto eletrônico), e os meios, materiais ou virtuais, pelos quais esses produtos do conhecimento puderam e podem circular nessa sociedade da informação, mantendo atualizada a memória e o aprendizado social. Esse fato não deixa de configurar uma tentativa, realizada por meio da repetição de gestos da vida em comunidade, destinada a garantir a continuidade dos saberes, de interesse individual e coletivo.

No que se refere ao hipertexto – que, para Chartier (2001), é uma “representação eletrônica do texto” –, são inegáveis as facilidades adquiridas a partir das novas tecnologias da informação provindas do avanço da eletrônica, tecnologias essas que difundem textos por meio de mecanismos que processam e transmitem formas de comunicação instantânea ou digital, diferentemente do que acontece via correio, por meio de jornal ou panfletos,

materiais que tampouco deixam – e nunca deixaram – de desempenhar muito bem o trabalho de transmitir o conhecimento e a própria memória.

Nessa direção, Chartier acredita que a mudança do suporte altera a forma de apreensão da leitura e, por conseguinte, do conhecimento. Em todo esse paradigma de mudança de hábitos de leitura, que inclui a interpretação também de textos não-verbais (como leitura de imagens e som), ainda sobrevivem formas de leitura e produção de textos calcadas em práticas recentemente tidas como antiquadas (ou lembradas pelos saudosistas), como o uso da máquina de escrever, de cartas comuns, dos discos de vinil. As práticas de leitura feitas dessa forma parecem estar sendo alteradas muito rapidamente. Levando isso em conta, propomos por motivos meramente didáticos, uma dicotomia que achamos interessante para contrapormos antigas práticas (meios não eletrônicos) com as novas práticas (meios eletrônicos) e discutirmos as vantagens para cada uma nos seus determinados usos. Por isso, é necessário comparar o que é um sinal analógico frente a um sinal ou conversão digital¹.

Aquele é um tipo de sinal contínuo que varia em função do tempo, por exemplo: um velocímetro analógico de ponteiros, a agulha do disco de vinil, um termômetro de mercúrio, uma balança analógica de molas; todos são sinais lidos de forma direta sem passar por qualquer decodificação complexa, pois as variáveis são observadas diretamente. Para entender o termo analógico, é útil contrastá-lo com o termo digital. Na eletrônica digital, a informação foi convertida para bits, enquanto na eletrônica analógica a informação é tratada sem essa conversão.

Exemplo prático de procedimento analógico é a própria leitura (cujos olhos decodificam diretamente as letras da página, enquanto outro suporte ou as próprias mãos seguram o objeto de leitura) ou a leitura do disco de vinil, cujo resultado, o som, provém de um contato direto da agulha com os flancos do vinil, “arranhando” continuamente o disco. No

¹ https://www.conhecimentogeral.inf.br/sinal_analogico/

que se refere a um procedimento digital, por outro lado, ocorre uma decodificação mais complexa, cuja relação física entre o suporte e a leitura é completamente alterada por conta de dispositivos mais complexos de leitura, como o *compact disc*. No CD, não há contato da agulha, a não ser pelo intermédio do laser, que decodifica uma outra linguagem (a binária, de zeros e uns) gravada na superfície do CD.

Então, deduzimos que um suporte de conversão analógico obrigatoriamente sofre um constante desgaste com o uso, não havendo, pois, uma relação intermediada por outro mecanismo (como o de conversão eletrônica) na relação da leitura com o suporte. No que se refere ao uso, pensamos que, para determinados contextos, utilizam-se suportes específicos, e se certos contextos refletem o uso de um suporte, podemos propor algumas perguntas ao longo deste trabalho para lançarmos reflexões (suscitarmos inúmeros questionamentos) que deem conta desse universo de infinitas apropriações e reproduções dos saberes, organizadas de acordo com a história desse aprendizado social, feito, sobretudo, pelos atos de leitura de textos impressos e eletrônicos.

Atualmente, as tecnologias da informação alcançaram o ambiente educacional. Nesse caso, não só o aluno-leitor, mas o papel do professor (um profissional que deve saber selecionar informação) pode estar sendo testado neste século. Por isso, estando teoricamente mais preparado para saber lidar com as diferentes formas atuais de manifestação dos textos e, especialmente, com a seleção de um repertório de informações que desfilam à frente de todos, é necessário para o profissional da educação separar o joio do trigo e saber que tipo de informação (sobretudo, a eletrônica) é boa ou apenas lixo virtual.

Desse modo, tentamos refletir, no decorrer deste trabalho, a respeito de uma série de problemas relativos a essa convivência de livros em meio ao fenômeno do texto eletrônico, para verificar se o brasileiro tem condições de manejar corretamente informações, em especial, quando se fala em internet, uma vez que, na história, a própria cultura leitora ou letrada no Brasil foi se constituindo a partir de muitos déficits. A questão, portanto, do constante desenvolvimento tecnológico e do discurso de endeusamento da ciência nos leva a pensar se as novas formas de conservação da memória (que, para

Chartier [1998], representam eletronicamente a memória) são parceiras da humanidade ou inimigas dela. De fato, indaga-se se o advento das diferentes formas de representação eletrônica dos textos fará sucumbir as antigas práticas analógicas de leitura e obtenção de informação. O texto impresso ainda faz parte da maioria das práticas textuais e, por isso, serve de fonte para os acervos disponibilizados eletronicamente.

O HIPERTEXTO VS. O LIVRO (CÓDICE)

Podemos destacar, primeiramente, uma diferença que nos parece primordial para se entender a relação entre código (formato livro) e hipertexto. Propomos, assim, uma contraposição, sugestivamente por motivos didáticos, entre meios analógicos e meios digitais. Havíamos chamado a atenção para o fato de o manuseio direto com o livro revelar uma codificação analógica, cujas mãos e olhos do leitor fazem a leitura direta das letras impressas na página do livro.

Podemos dizer, então, que em um procedimento analógico de leitura, ocorre, obrigatoriamente, um contato físico mais direto ocasionando maior atrito e desgaste. O antigo “bolachão” (vinil) – já ocorre aqui uma nostalgia – perde a qualidade sonora conforme o uso, uma vez que a agulha percorre diretamente os flancos do disco de vinil. As fitas VHS e cassete, também em contato com um leitor, o cabeçote, vão aos poucos perdendo a qualidade por conta da magnetização do leitor e do desgaste da fita magnética. Não é preciso dizer também que o livro e a imagem impressos se desgastam com o uso, senão não haveria emprego para os recuperados de livros e fotos. E, no que se refere aos meios digitais, não há desgaste dos textos em si – repita-se: texto representa qualquer forma de expressão que veicule sentido (som ou imagem). Pode, sim, desgastarem-se as partes responsáveis pela decodificação complexa, como os circuitos que convertem uma linguagem (a binária) em imagem e/ou som, como o laser do CD e do DVD. Significa dizer, pois, que em um procedimento digital, envolve-se já de início alguma ferramenta responsável por fazer a intermediação pelo usuário. Ou seja, um suporte como a televisão digital ou o computador

transmite imagem e som por meio de uma decodificação mais complexa (feita por comandos e mecanismos eletrônicos específicos), cujo sinal é decodificado por meio de cálculos binários, desse modo, sendo transmitido via cabos ou ondas eletromagnéticas a um terminal (tela) a fim de ser visto e/ou ouvido. Para explicarmos melhor essas diferenças, propomos algumas dicotomias entre esses meios de conversão analógica e meios de conversão digital, observando que a contraposição abaixo é meramente didática:

<i>CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS ANALÓGICOS</i>	<i>CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS DIGITAIS</i>
Suportes físicos: códice, etc.	Suportes multimídia: computador, etc.
Maior desgaste: manuseio e leitura diretos.	Menor desgaste: manuseio e leitura indiretos.
Atividade físico-intelectual intensa: ler livro, fazer anotações, esforçar a mente (abstração).	Atividade físico-intelectual relativa: assistir tevê, ouvir música, formatação e envio fáceis.
Leitura prazerosa: acomodação.	Leitura difícil: luminosidade do monitor.
Percepção linear: um sentido por vez.	Percepção simultânea: mais de um sentido.
Textos visuais e/ou pictóricos.	Textos audiovisuais (multimídia).
Formatação relativa (rabiscos, anotações).	Formatação livre (fontes, cópia, envio).
Tecnologia mais rústica.	Necessidade de constante inovação.

<i>DISPOSITIVOS DE CONVERSÃO ANALÓGICA</i>	<i>DISPOSITIVOS DE CONVERSÃO DIGITAL</i>
Livro.	E-book, acervos digitalizados.
Carta comum.	E-mail (carta eletrônica).
Relógio analógico (ponteiros).	Relógio digital (visor de quartzo).
Máquina de escrever.	Editor de texto (Word, Word Pad, Excel).
Vinil, VHS, fita cassete.	CD, DVD, gravador digital.
Tevê com recepção analógica.	Tevê com recepção digital.
Câmara fotográfica.	Smartphones, máquina fotográfica digital.

Fonte: Elaborado pelos autores

Por meio dessas dicotomias, podemos refletir sobre como os meios analógicos sofrem um desgaste maior e, por outro lado, sugerem uma atividade mais intensa, ativa, participativa, por parte do leitor. Por sua vez, um meio digital supõe uma relação intermediada por um aparato eletrônico, fato que torna cômoda e maleável a relação com os significados vinculados por diferentes tipos de texto. Mesmo assim, o uso de mecanismo eletrônico pode não suscitar uma leitura prazerosa, nem mesmo uma interação tão pacífica entre leitor e leitura, uma vez que um sistema digital exige mais cuidado na utilização, além de pedir maior cuidado no manuseio por conta dos inúmeros circuitos eletrônicos. A tela luminosa (monitor), por exemplo, ao mostrar texto ou imagem, não possibilita uma boa leitura por conta da radiação da luz, além de não poder ser molhada, nem magnetizada. Quando se assimilam imagens, o texto pictórico em movimento (videoclipe, filme, entre outros) já “vem pronto”, ou seja, não há necessidade de um esforço mental para abstrair histórias, como faz o impresso. Por isso, uma crítica pode ser direcionada ao excesso de comodidade dos meios digitais, que, em determinados contextos, não obrigam o leitor a um maior esforço físico-mental. Porém, há contextos cuja tecnologia faz poupar esforços desnecessários, como enviar um *Sedex* urgente pelo correio, passar corretivo em um texto datilografado, esperar por muito tempo a revelação de fotos analógicas (rolos de filme de 24 e 36 poses, por exemplo). O primeiro caso seria resolvido por e-mail; o segundo, por um editor de texto eletrônico; e o terceiro, por meio de uma câmera digital. De fato, essas tecnologias sugerem mais comodidade, economia de tempo e diminuição na distância das comunicações. Obviamente, nunca a informação chegou tão longe em tão pouco tempo. Mas, para quem é mais conservador – que prefere, de vez em quando e não radicalmente, afastar-se das tecnologias – há contextos para ouvir música em *long play*, tirar fotos em câmera fotográfica analógica ou até mesmo escrever uma carta – fato que parece estar ficando obsoleto por conta do e-mail – bastando não ter pressa.

NAVEGANDO EM INFORMAÇÕES: DOCENTES E ESTUDANTES NA ERA DO CONHECIMENTO

A partir daqui, procuraremos relacionar essas novas práticas de leitura ao ambiente educacional, tentando refletir sobre o uso dos suportes e das tecnologias no contexto de estudantes e docentes. Marinho (2001) procura desenvolver criticamente em *Ler e Navegar: espaços e Percursos da Leitura*, as práticas de letramento dentro dos diversos grupos sociais, bem como o surgimento das novas tecnologias, que vêm transformando os suportes de leitura e as formas de ler. “O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor” é o artigo de Magda Soares, do livro organizado por Marinho, que discute a concepção do autor dos manuais escolares quanto ao professor como leitor dos livros didáticos de português. Segundo ela, a concepção mais atual que os manuais didáticos têm do professor é a de um profissional muito atarefado e do aluno como proveniente de estrato social desprestigiado:

[...] da Antologia Nacional ao Estudo Dirigido de Português há uma evidente mudança na concepção do papel do professor, [...] como leitor e como formador de leitores: nas primeiras décadas do século, uma concepção de professor a quem bastava que o manual didático oferecesse os textos, numa antologia austera, um professor que, considerado bom leitor e conhecedor de língua e literatura, seria capaz de, autonomamente, definir uma metodologia de trabalho com textos, na sala de aula; progressivamente, e sobretudo a partir dos anos 70, uma concepção de professor a quem o livro didático deve oferecer não só os textos, mas também a orientação metodológica para a sua leitura e interpretação, as atividades didáticas a serem realizadas e até mesmo as respostas às questões de compreensão e interpretação dos textos, um professor talvez não considerado propriamente um mau leitor, ou incapaz de definir por si mesmo uma metodologia de estudo de textos na sala de aula, mas reconhecido sem formação e sem tempo suficientes para a preparação das aulas. (MARINHO, 2001, p. 72-3)

Em *Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura* (MARINHO, 2001), Márcia Abreu procura alertar o leitor brasileiro acerca de uma tradição no país que, infelizmente, diz respeito à própria falta da prática de

leitura. As condições precárias para aquisição de um hábito cultural de leitura remontam já desde o início da colonização (não sendo amenizadas nem por conta da chegada da família real, em 1808). A autora explica a forma como os antigos viajantes europeus testemunharam o país. Para eles, a cultura europeia servia de parâmetro para avaliar o Brasil, notadamente no que se refere à abundância de livros espalhados pelas bibliotecas e residências europeias. Esse tipo de interesse particular pelo livro podia manter os leitores em sintonia com avanços científicos e tecnológicos. Com as palavras de Márcia Abreu podemos abordar a sua opinião no que se refere à questão social da leitura no Brasil:

Uma concepção elitista de cultura torna invisíveis as práticas de leitura comuns. A delimitação implícita de um certo conjunto de textos e de determinados modos de ler como válidos, e o desprezo aos demais, estão na base dos discursos que proclamam a inexistência ou a precariedade da leitura no Brasil. É leitor apenas aquele que lê os livros certos, os livros positivamente avaliados pela escola, pela universidade, pelos grandes jornais, por uma certa tradição de crítica literária, ainda que os critérios de avaliação, poucas vezes explicitados, estejam vinculados a noções particulares de valor estético, de cidadania, de conhecimento [...]. O campo da leitura – com destaque para a literatura erudita – é dos mais dogmáticos e, por isso mesmo, aquele que oferece maior resistência a questionamentos e modificações. O que a intervenções pedagógicas e governamentais têm conseguido fazer com maior sucesso, em favor da leitura, é disseminar socialmente a ideia de que leitura é algo para poucos e bons. Os livros lidos por muitos não servem; bons são aqueles que poucos leem, menos entendem e menos ainda gostam. O trabalho escolar tem difundido o discurso da não leitura muito mais do que contribuído para a reflexão sobre as práticas de leitura. Pessoas comuns, depois de alguns anos de escola, dizem frequentemente que não gostam de ler, enquanto leem jornais, gibis e romances. (MARINHO, 2001, p. 154-5)

A autora conclui o artigo defendendo que não há leituras melhores ou piores, mas leituras diferentes. Para ela, os discursos convencionais acerca da leitura estigmatizam grupos sociais e muitas outras práticas culturais. Sugere, portanto, uma nova orientação que vai além das formas de ler, já tão disseminadas pela sociedade, como as obras consagradas por

grandes escritores e pensadores. Se, aliada ao fator socioeconômico, a leitura, por vezes, tende a não se tornar um fato prazeroso, uma vez que a maioria da população brasileira ainda carece de alfabetização (analfabetos completos e analfabetos funcionais) e de condições de vida suficientemente adequadas para atingir um grau satisfatório de fruição da leitura:

Se queremos uma sociedade democrática e justa, inclusive do ponto de vista cultural, é fundamental que se alfabetize a população, que existam escolas e bibliotecas públicas de qualidade. É preciso que não haja fome e que as doenças sejam tratadas. Um desempregado, um faminto, não pode se interessar pela “viagem” proporcionada pelos livros, pelo conhecimento de si e do mundo proporcionada pela alta literatura. É preciso que as pessoas tenham condições materiais para ser leitores. (MARINHO, 2001, p. 156-7)

Como complementação à questão do professor no papel de leitor, Raquel Goulart Barreto, em “As novas tecnologias e implicações na formação do leitor-professor” (MARINHO, 2001), destaca que o docente do novo milênio deve estar preparado para lidar com as novas tecnologias da leitura e saber interpretá-las mediante aos novos materiais de ensino e aos novos suportes de leitura.

A autora critica os cursos de capacitação docente que servem para complementar a formação do profissional, sem, todavia, levar em conta que a sua formação inicial já deveria ser suficientemente adequada para trabalhar no ensino; e, aliada a essa formação, *grosso modo* insuficiente, ocorreu ao mesmo tempo o desenvolvimento de materiais didáticos digitais autoexplicativos. Tais materiais tentam dar conta do complexo trabalho do professor que, por sua vez, deve pedir uma relação mais direta e concreta com o aluno. Por isso, ainda não se sabe se os novos meios didáticos, que interagem com os meios digitais, podem constituir-se realmente como novos meios de leitura e de ensino-aprendizagem. Raquel Barreto ainda observa um esvaziamento nos vínculos entre as novas tecnologias de ensino e o professor-leitor. Desse modo, ela interpreta que as novas tecnologias seriam insuficientes para atender as necessidades concretas de formação educacional sem, no entanto, tocar no assunto de uma formação mais objetiva dos professores, tratados como coadjuvantes frente aos novos meios

didáticos digitais – o assujeitamento da máquina em lugar do professor. Aliás, em toda essa revolução tecnológica, o papel do professor-leitor torna-se múltiplo na medida em que necessita saber, ainda, articular formas de linguagem verbal e não verbal (as diversas linguagens do computador), adequando-as ao ensino:

Desse modo, é fundamental a presença dos leitores-professores. Os novos textos têm texturas complexas e produzem efeitos específicos de sentidos na/pela articulação de diferentes linguagens. Variam os suportes, os materiais e as relações dos sujeitos com eles. Não há como supor sentidos únicos captáveis pelos mesmos procedimentos lingüísticos. Outros textos implicam outras leituras, através de novas práticas para medir as negociações dos sentidos possíveis. (MARINHO, 2001, p. 209)

Sônia Queiroz, no artigo *Poesia em imagens, sons & páginas virtuais* (MARINHO, 2001), discute a importância de formas de ler que não somente aquelas praticadas no letramento da escola primária. Destaca, por isso, a leitura de textos não verbais – a importância da articulação de linguagens – que participam da constituição da pintura, dos desenhos, da escultura, da fotografia, da música, do teatro, entre outras formas de manifestações intersemióticas, auxiliadas por meio das novas tecnologias digitais. Na sociedade da informação, o leitor passa do papel de simples leitor para o de navegador. Por esse viés, o sentido da leitura extrapola o espaço do suporte impresso. Por meio das páginas virtuais, de elo em elo – uma possível tradução do termo *link* –, de um ícone para outro, desenvolvemos o papel metafórico de navegador em meio a um mar de informações. Esses novos ambientes multimídia acabam por ampliar a percepção das formas de expressão poética no momento da fruição da leitura.

Assim, é importante a ampliação das habilidades de leitura, que torna possível a circulação de diferentes formas de pensamento. Por esse viés, é positivo o resultado do investimento nas tecnologias da informação e da interação cada vez maior do homem com a máquina, como afirma Sônia Queiroz. Dessa maneira, as constantes transições de um meio semiótico a outro – esse ambiente de articulações entre linguagens diversas – revelam

uma convivência entre formas de linguagens com as quais devemos nos acostumar:

Várias linguagens convivem num único (mas múltiplo) objeto de leitura (...). Os recursos da tecnologia multimídia possibilitam a convivência de uma série de procedimentos de tradução intersemiótica, ou seja, a passagem de uma linguagem para outra em um só ambiente, do desenho para a animação e para o cinema, da fotografia para o vídeo, da literatura escrita para o desenho, a fotografia, a animação e o cinema. (MARINHO, 2001, p. 183)

De forma geral, podemos remeter ao bosque metafórico, mencionado por Umberto Eco, em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (ECO, 1994), para afirmarmos a pequenez de nosso papel de navegador (ou se preferir o neologismo internauta) em todo universo multimídia, em que os infinitos hipertextos equivalem aos caminhos do bosque ficcional do conhecimento pelo qual percorremos ao ler e, necessariamente, nos perdemos para tentarmos nos encontrar logo ao final.

Em se tratando de evolução da leitura, desde a tradição oral/escrita até a era digital (com o fenômeno do hipertexto), se bem utilizada, proporciona um bom aproveitamento das diversas possibilidades de constituição e disseminação dos diversos sentidos relativos aos novos conhecimentos. Ao ser indagado sobre como encontrar sítios de qualidade pela internet, em resposta à Revista Veja, Eco utiliza a metáfora de uma floresta na qual podemos deixar de encontrar um tesouro simplesmente por escolhermos apenas um caminho dentre muitos: “Existem sites interessantes, mas há muito lixo. Como podemos garantir que um jovem consiga distinguir entre a informação verdadeira e a falsa?². Por conta desse questionamento, podemos apenas indicar o caminho, portanto, de que há uma série de ferramentas disponíveis na internet a fim de que o internauta, ao se utilizar de buscadores virtuais (ou motores de busca), consiga otimizar

² VEJA. 35 anos – edição comemorativa de aniversário. São Paulo, set. 2003, p. 77.

os resultados, bastando ter em mãos os procedimentos necessários para realizar um determinado tipo de busca, o famoso *search* ou *find*, em inglês.

De fato, era mais complexo “garimpar” informações antes do advento da rede mundial de computadores. Dentre as inúmeras opções, recorriamos à compra do jornalzinho na banca mais próxima, ao bate-papo com amigos e vizinhos, ou à garimpada em uma biblioteca pública. Mesmo assim, horas seriam necessárias para se conseguir determinada informação relevante. Ao lado ainda dessas formas “mecânicas” (mais trabalhosas) para o alcance da informação, existem as ferramentas de busca da internet – nesse caso a extensão de nossos braços vai além. Também chamados motores de busca, hoje, essas ferramentas de acesso à memória, depositada eletronicamente, são uma realidade. O problema é a fé nelas depositada. Se, ao utilizarmos o Google e o resultado da busca não aparecer na telinha do monitor, um aluno ou professor despreparados pode dar a busca por encerrada, pode achar que a informação não existe e isso é preocupante. Parece-nos paradoxal o fato de os internautas terem tanta informação à mão e não irem além dos primeiros resultados. Estatística publicada pela Revista Superinteressante³ revela que 60% dos internautas fazem pesquisa por meio dessas ferramentas de busca com apenas uma palavra-chave e 67% não vão além do terceiro resultado. Se quisessem, por exemplo, informações sobre “borracha escolar”, a maioria digitaria simplesmente “borracha” no campo de busca. Como resultado, teremos centenas de páginas falando da “borracha da Amazônia”. Então, como proceder perante informações que “jorram” da tela? Um meio seria o uso de mais de uma palavra. No caso, a construção sintática “‘borracha’ – Amazônia” seria suficiente para eliminar as páginas indesejáveis, que falam da borracha dos seringais.

³ KENSKI, Rafael. O mundo Google. *Revista Superinteressante*. São Paulo, n. 201, jun. 2004, p. 54-63.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dicotomia “meios analógicos” e “meios digitais”, sugerida para fins práticos, mostrou o quanto certos dispositivos ainda são importantes, por conta de ainda haver um valor simbólico em relação a eles. Há ocasiões em que a superficialidade de um e-mail nunca poderá substituir a profundidade, o trabalho quase artesanal de escrever uma carta comum, dobrar, colar e enviar pelo correio, aguardando com ansiedade a chegada ao destinatário. É um pouco nostálgico esse ato, por isso, ainda há quem cultive meios mais rústicos, no fundo, para não os deixar cair no esquecimento. Por outro lado, também é função da memória fazer evoluir os suportes a fim de propor formas variadas de guardar o conhecimento.

No que se refere ao Brasil, a discussão aqui adquire um aspecto mais crítico. Mesmo que o brasileiro tenha condições materiais para ler, como diz Márcia Abreu, o vilão da leitura no país é a própria cultura. A colonização realmente não cooperou para que a nação adquirisse um hábito cultural pela leitura, como fora permitido ao europeu. Difundiu-se, além do mais, formas de ler que mais afastaram do que aproximaram o leitor do livro. O sistema educacional também pouco cooperou para popularizar o hábito de ler.

Outra preocupação tão séria quanto essas é a inserção das novas tecnologias no cotidiano do brasileiro. Primeiro, há algumas décadas, a televisão tornou-se o meio oficial de entretenimento e pseudoerudição do povo brasileiro. O uso feito do entretenimento passivo – sobretudo exagerado – frente à tevê “podou” as chances do brasileiro – em especial, o leitor comum – de adquirir o hábito pela leitura. Não se pretende fazer, simplesmente, uma crítica às novelas da Rede Globo ou aos programas dominicais. Deve-se cogitar que o brasileiro, talvez, tenha perdido a possibilidade de melhorar os hábitos de leitura – haja vista as críticas à literatura de autoajuda e esoterismo – justamente em um momento em que a informação está mais acessível e, na medida do possível, democratizada. Em segundo lugar, fala-se muito em inclusão digital sem, no entanto, o país estar plena e culturalmente letrado.

Assim, é preciso dar valor primeiramente à cultura do código antes de pensar no universo da cultura digital que aponta neste século.

Poderíamos citar neste capítulo tantas coisas mais acerca das tecnologias e dos meios de disseminação de informação. Porém, enquanto lemos este texto, a evolução caminha, tomara, em direção à repetição incessante de armazenar conhecimento e formas de aprendizado. E quando se fala em inclusão digital, pensa-se em internet e em hipertexto. Ora, o texto na tela do microcomputador, estando na escola ou em casa, representa uma leitura menos fluida, menos prazerosa, de momento ou de simples consulta. Um hábito de leitura enraizado na cultura pede o contato, primeiramente, com o livro. Sem uma base letrada, o brasileiro fará bom uso das tecnologias?

REFERÊNCIAS

- 2001: uma odisseia no espaço*. Direção: Stanley Kubrick. Estados Unidos: MGM/Polaris, 1968. 1 *digital vídeo disc* (149 min.), sonorizado, colorido.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre (RS): Artmed editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MARINHO, M. (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas (SP): Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2001.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

AS BALBÚRDIAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DO POSICIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL AOS IMAGINÁRIOS COLETIVOS

Priscila Kalinke da Silva

Karol Natasha Lourenço Castanheira

A cultura é ordinária, diz Williams (1989), ao enfatizar que o conceito de cultura também deve ser entendido pelo significado do modo de vida global, pela arte e pelo aprendizado. Destarte, é um processo social que fornece e apreende “sentidos comuns”, fazendo com que a sociedade encontre direções e significados convergentes. Os processos ordinários são resultados dos métodos de experimentações, descobertas, aperfeiçoamentos que dada sociedade testa e implementa, e que, aos poucos, levam a significações imaginárias coletivas. O imaginário está relacionado ao fluxo constante de construção e criação de sentidos: “as culturas são construídas pelo imaginário social que, por sua vez, é tensionado e ressignificado pelas próprias culturas gerando novas criações, significações imaginárias – ‘movimento perpétuo’” (CUNHA, 2011, p. 40).

O processo de assimilação de novos modos de pensar coletivos não é instantâneo e estanque, sobretudo, porque a aprendizagem de significados, propósitos e formas exige certo amadurecimento daqueles sujeitos inseridos na coletividade. De todo modo, arriscamos afirmar que as possibilidades de comunicação mais democráticas (Cf. CASTELLS, 1999, 2013) através da internet colaboram para fornecer a esses sujeitos mais informações sobre novas ideias e aceleram a construção dessas significações imaginárias.

O uso de mídias sociais para registrar posicionamentos individuais (Cf. SIBILIA, 2008)¹ e coletivos vem crescendo entre os usuários de internet. Práticas cotidianas essas que eclodiram na descontinuidade da informação enquanto produto de uma instância profissional de atuação presente nos veículos e meios de comunicação tradicionais, para novos tipos de (re)produção e agenciamentos provenientes dos próprios sujeitos sociais com acesso tecnológico. Em 2019, Jair Bolsonaro assume a presidência do Brasil mediante uma campanha eleitoral concentrada maciçamente nas redes sociais, o que se tornou uma prática também durante seu governo, caracterizada por pautas de extrema-direita, como a destituição do sujeito mulher e a eliminação simbólica do diferente, estereotipado na figura comunista em termos de sujeitos e ações. Com esse recurso, o presidente e alguns de seus ministros se envolvem em polêmicas, com declarações controversas sobre diversos assuntos, inclusive a respeito da universidade pública. Insere-se nesses espaços de enunciabilidades, uma reflexividade entre política e cultura na composição do imaginário coletivo, na qual é possível pensar em uma condição de aparição que resguarda o presidente e os ministros de retaliações sociais mais severas e/ou “abafa” as críticas devido a permissão social da reverberação de discursos anticiência, antifuncionalismo público e antiuniversidade.

A partir desta breve introdução, essa pesquisa tem por finalidade pensar esses processos de comunicação como elemento de mediação entre cultura e imaginário, em especial refletir o papel dos meios como força de composição na construção do imaginário social sobre o papel da universidade a partir do discurso do governo de Jair Bolsonaro. Explica-se que, por partir de uma ideia culturalista do imaginário coletivo, reconhece-se que o discurso antiuniversidade do governo se projeta a partir de um

¹ Sibilía (2008) trata da escrita de si e das dimensões íntimas e confessionais como construções dirigidas para se reafirmar as formas de ser e estar no mundo social. Faz-se importante aos estudos sobre coletividade por reconhecer a intencionalidade de negociação das experiências íntimas a partir de diversas dimensões, dentre elas, as identidades coletivas.

acolhimento social, sendo assim, os enunciados políticos refletem os sentidos que circulam e ajudam a reforçar e posicionar elementos importantes na política, que matizam o imaginário social.

De modo mais detalhado, o objetivo é examinar a relação entre comunicação e a construção do imaginário, buscando a compreensão dos processos de produção, circulação e consumo de bens simbólicos – a cultura, com ênfase no lugar dos meios de comunicação social como mediadores culturais e elementos componentes da construção do imaginário social. Para analisar essa construção, neste capítulo vamos nos prender à compreensão do imaginário acerca do papel da universidade pública na contemporaneidade no país, a partir dos discursos do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro e do ministro da Educação, Abraham Weintraub², publicados, via Twitter, em 2019.

CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO E POLÍTICA

Para iniciar a reflexão entre essa interface, faz-se necessário discutir os aspectos históricos e conceituais de imaginário. Baczo (1985) explica que historicamente, nas sociedades primitivas, quando ainda não existia um poder estatal organizado, o imaginário social, enquanto técnica de seu uso, era produzido de forma orgânica, quase naturalmente, confundindo-se com os mitos e rituais. Havia um simbolismo em relação à ordem social, ou seja, sobre os processos de dominação e subordinação de hierarquias e privilégios. Esses símbolos eram manejados pelos guardiões do sagrado sob o pilar dos rituais e mitos e, por essa razão, as pessoas agiam espontaneamente.

Claramente, esse sistema de manobra de símbolos e, concomitante, de imaginários, era útil para a organização e formação de sistemas de distribuição de poder e privilégios naquelas sociedades. A desritualização

² Abraham Weintraub foi ministro entre 8 de abril de 2019 e 18 de junho de 2020.

das técnicas de administração do imaginário acontece com a instalação do poder estatal centralizado e a doravante ascensão do domínio político. Esse processo de mudança levou à sofisticação e especialização de novas técnicas de manipulação através do reforço da propaganda, ao mesmo tempo em que as instituições se tornam mais fortes e hegemônicas (BACZO, 1985). Essa autoridade de manejo tem grande utilidade para aqueles que estão no poder, sobretudo, para facilitar mudanças na opinião pública e direcionar políticas desejadas pelo grupo vigente.

Durand (2012, p. 22) faz uma forte crítica ao pensamento ocidental pela tradição de desvalorizar a imagem e a função da imaginação como “fomentadora de erros e falsidades”. Ao explicar o termo imaginação, o autor inicia a discussão incluindo a ideia de que os símbolos emergem a partir de um arquétipo, o que significa dizer que estes vêm de uma única estrutura. Os principais fatores que levam a essa multiplicação decorrem das influências externas que os indivíduos sofrem, ou seja, os arquétipos são estruturas vazias à espera de seu preenchimento por diversos símbolos construídos historicamente. Os símbolos aparecem através da interação dos arquétipos com seu ambiente, mobilizando a imaginação.

Em termos de definição, Morais (1994, p. 38) conceitua imaginário social como composto por um conjunto de “relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano”. Mafesolli (2001) relaciona o imaginário à aura, proposta por Walter Benjamin, isto é, algo que não é possível ver, mas sentir. Para o autor, o conceito de imaginário só se pode dar na coletividade, tendo em vista que é um estado de espírito de um grupo: “O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual” (MAFESOLLI, 2001, p. 76). É possível que essa aura possa ser interpretada como a magma das significações imaginárias sociais, teorizada por Castoriadis (2008 p. 239), cuja ideia é que há uma:

Unidade da instituição total da sociedade; observando-a mais de perto, descobrimos que essa unidade é, em última instância, a

unidade e coesão interna do tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e de todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem.

Castoriadis (2008) chama a atenção para o termo “imaginário social”, porque sua formação se dá por uma criação não necessariamente com bases racionais e sempre é construído de forma coletiva. Segundo o autor, há significações imaginárias sociais sobre espíritos, Deus, nação, tabu, pecado, homem, mulher, criança etc. Por exemplo, a noção do papel da mulher em contextos diferentes pode ter significados distantes. Essas significações imaginárias, para Baczo (1985, p. 320), também podem servir de trampolim para projetar medos, ódios e esperanças através de um inimigo “fantomático”: “Os fantasmas combinam-se num jogo complexo com outros imaginários sociais e designam, no fim de contas, o adversário real, transferindo para ele medos e esperanças difusos”.

Em nosso contexto, por exemplo, esses fantasmas, que Baczo (1985) pontuou, muitas vezes vêm se personificando na figura do “comunista”, que leva a uma ideia coletiva de medo e justificativa para ações de barbáries militares. Condição essa que retorna ao cenário atual, mas que percorre o imaginário social e é reavivada em diversos contextos de crise e governos, como de Getúlio Vargas, a Ditadura Militar e, mais recentemente, por Jair Bolsonaro.

Cornelius Castoriadis (1987 e 1996) e Baczo (1985) contribuem, portanto, para pensar a questão do imaginário no contexto político. Ao deparar com o desencanto existente em relação à política, o próprio Castoriadis responsabiliza a classe política como a principal promotora do desinteresse e pelo péssimo estado em que se encontra a representação e a participação cidadã que se reverbera em um sentimento coletivo de desgaste e mudança, acentuado, no caso brasileiro, pela formação da crise econômica durante o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Desde a ótica de Castoriadis, reverter tal processo implica um dos desafios mais candentes que afligem as sociedades supostamente reconhecidas como democráticas. Seguir seu raciocínio representa ver as

alternativas oferecidas por ele para superar tal impasse. A participação política que defende esse pensador é exigência básica para que o indivíduo supere as barreiras impostas pela globalização e consiga desenvolver ações de cidadania dentro da própria sociedade global. Nesse sentido, é necessário encurtar o distanciamento entre as formas institucionais existentes, sejam jurídicas ou políticas, e a real possibilidade de reconhecer nas leis, nas instituições, as suas próprias leis e o seu próprio poder.

Assim sendo, Jair Bolsonaro se apropria dessa condição de desconfiança e descontentamento, ainda mais proeminente a partir dos movimentos de junho de 2013, para estabelecer estratégias de aproximação com os cidadãos, ainda enquanto candidato, e, formalmente enquanto presidente. Apesar da sua linguagem simplista e de fácil entendimento, se apropria dos instrumentos democráticos para promover ações e discursos similares ao fascismo. Bolsonaro aciona questões que estão presentes no imaginário coletivo brasileiro e que os partidos de esquerda, por exemplo, não conseguiram responder de forma satisfatória, como é o caso da segurança pública. A partir da deslegitimação do outro, entendido aqui como a esquerda, os meios de comunicação, o funcionalismo público, o investimento em universidades e pesquisa, as políticas de cotas, Bolsonaro refuta as ações passadas para se projetar um futuro ideal mais ambicionado e desejado por parte da população, que acolhe de forma majoritária os valores culturais acionados em seu discurso.

Se empreendermos, nesse contexto, o termo hegemonia sob o ponto de vista de Gramsci³ ao imaginário social, podemos dizer que o processo mais eficaz para o controle de um grupo ocorre através da revolução cultural, isto é, não é a força física, nem a coerção que induzem ao consentimento da dominação dos grupos influentes da sociedade, mas a cultura e a força intelectual. No bolsonarismo, as forças intelectuais são

³ Gramsci, embora marxista, também faz oposição à ideia estritamente economicista dessa corrente. Assim, buscava analisar aspectos culturais da sociedade, considerada superestrutura para Marx.

encarceradas de forma simbólica, para que os processos de negociações sejam limitantes, e ideias, mesmo que aparentemente absurdas como os movimentos antivacinas, terraplanistas, professores de notório saber e desmantelamento das universidades, passam a ganhar condição discursiva no espaço público. O que Gramsci iria propor acerca de que não existe uma imposição, mas um jogo de forças sociais complexas, cujo resultado será uma negociação entre as partes e que essa negociação pode ser o embate entre posições contrárias, frutificando ideias antes “petrificadas” em ações, passa por uma tentativa de sufocamento. O que não refuta, pelo contrário, o “imaginário ativo”, expressão que Sodré (2009, p. 27) desenvolveu para mostrar que há mobilizações entre grupos minoritários que se apropriam de imagens para ser resistência aos dominantes: “É assim que o imaginário social, não raro concebido como um estoque de representações congeladas, se transforma em imaginário ativo, coletivo e estratégico”.

Ao estabelecer um imaginário social, a coletividade elege seus líderes e heróis, distribui papéis sociais e difunde ideias: “O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção de discursos” (BACZO, 1985, p. 311). Esses discursos reúnem símbolos, que tem por função “introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando possibilidades de êxito dos seus empreendimentos” (BACZO, 1985, p. 311). A difusão dessa mentalidade tem maior eficácia quando o controle dos meios também está sob domínio dos líderes nesse sistema de governo: “é assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão de discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre seus sistemas de difusão” (op. cit. 313).

Com o Estado empoderando os sistemas de comunicação de valores e ideias, esse também se porta como o emissor dos discursos desejados, instrumentalizando o controle das mentalidades. Nesse sentido, o domínio da informação é fundamental para essa construção do imaginário coletivo. Concordando com essa observação, o imaginário, diz Mafesolli (2001, p. 80), “enquanto comunhão, é sempre comunicação. Internet é uma tecnologia da interatividade que alimenta e é alimentada por imaginários”. Podemos, nesse ponto, começar a articular a proposta deste capítulo,

quando observamos o uso das mídias sociais para alimentar imaginários sobre o papel da universidade pública no Brasil, a partir da divulgação na internet de posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro e ministro da Educação, Abraham Weintraub. Na seção mais analítica deste texto, vamos mencionar e refletir sobre esse caso.

Sob outra perspectiva, Mafesolli (2003) ressalta a importância da comunicação pela sua função comunitária – ao contrário de muitos pesquisadores que carimbam o selo antissocial dos MCM, pois os meios são capazes de suscitar emoções partilhadas entre grupos com interesses e pensamentos em comum. Em outras palavras, a comunicação midiática ajuda a organizar uma série de imagens dispersas no “grande mosaico mundial” através das emoções e imagens partilhadas por tribos de diversas culturas.

Os jornais, as emissoras de rádio, a televisão, internet, todos fornecem torrentes de material, mas cada um absorve algo, um fragmento que faz sonhar, estabelecendo-se uma comunidade espiritual, um grupo virtual de afinidades. Certas cenas tocam o coração, atingem o estômago, provocam reação. Essa vibração, mais uma vez, cria comunidade. (MAFESOLLI, 2003, p. 17)

Tomando como partida que a mídia também se comporta como um *hub* de integração de imaginários coletivos, Mafesolli (2003) complementa que a comunicação midiática se constrói a partir de negociações atribuindo um peso sobre as emoções e sentimentos investidos nos grupos, que ora se beneficiam do conteúdo e ora se opõem. Se há negociações nesse processo, no campo da pesquisa e reflexão não podemos reduzir a mídia apenas à condição de manipuladora. É um processo de retroalimentação: a comunicação midiática fortalece os imaginários, bem como a apresentação de imaginários robustece a mídia. É fato, portanto, que os processos midiáticos “fazem parte desta dinâmica social e contribuem na construção imaginativa e imaginária social. Ou seja, são parte do ‘movimento perpétuo’, do processo de criação social incessante” (CUNHA, 2011, p. 46, *grifo da autora*).

O uso das plataformas digitais, sobretudo, o Twitter, é um dos principais recursos utilizado pelo governo de Jair Bolsonaro para dialogar

com seu público. Com a possibilidade de horizontalização na comunicação, o presidente se apropria do discurso que deslegitima a mídia tradicional com a justificativa de que os meios de comunicação distorcem sua fala e, então, clama aos cidadãos para segui-lo nas mídias sociais. Por meio de *lives*⁴ e publicação via Twitter, o governo faz suas principais declarações. Na análise, trataremos de algumas postagens no Twitter do presidente e do ministro da Educação sobre universidade pública no Brasil e, na sequência, como a recepção das mensagens por parte de seu público contribui para a formação de imaginários coletivos sobre essas instituições de ensino.

GOVERNO BOLSONARO X UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

Para fins de contextualização, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, assumiu o governo em 1º de janeiro de 2019 e o ministro da Educação Abraham Weintraub foi nomeado no dia 09 de abril de 2019. As mensagens do Twitter analisadas foram publicadas em 2019 e, portanto, no período de gestão do governo. A análise descritiva foi realizada pela ordem cronológica dos acontecimentos.

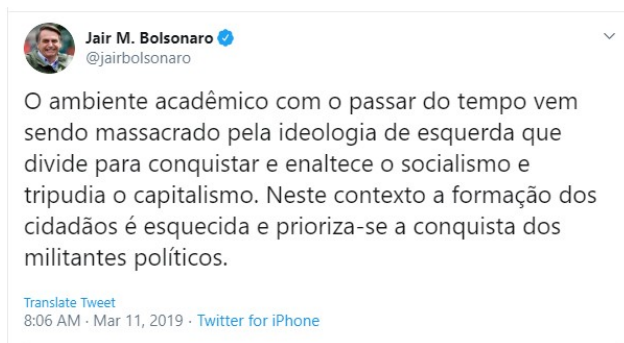
No dia 11 de março, Jair Bolsonaro escreveu em sua conta oficial que “o ambiente acadêmico com o passar do tempo vem sendo massacrado pela ideologia de esquerda que divide para conquistar e enaltece o socialismo e tripudia o capitalismo”. Para ele, as universidades, ao invés de formar cidadãos, vêm formando militantes políticos. Antes dessa declaração, o governo já tinha enfrentado outras polêmicas com o ex-ministro da Educação, Ricardo Velez, quando este afirmou em entrevista ao Valor Econômico⁵ que não existe a ideia de “universidade para todos”, pois “as universidades devem ficar reservadas a uma elite intelectual”. Além disso, sobre a avaliação que possibilita o ingresso à universidade, o Enem, em

⁴ Transmissão ao vivo pelas redes sociais.

⁵ Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2020.

fevereiro do mesmo ano, o presidente questionou os “itens ideológicos” da prova.

Imagem 1: Tuíte de Jair Bolsonaro sobre a relação universidade e ideologia de esquerda.

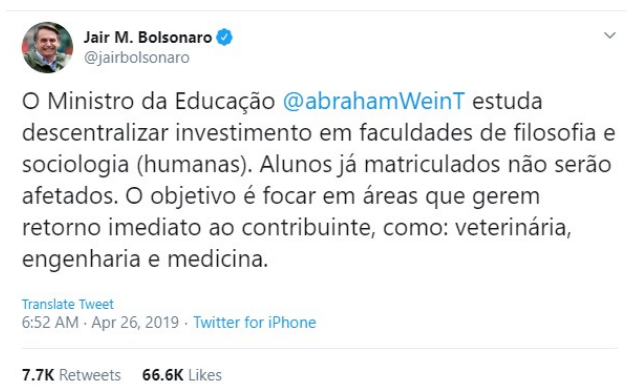


Fonte: Twitter (2019)

Dias após a nomeação de Abraham Weintraub, Bolsonaro o cita em referência a sugestão de descentralização do investimento em faculdades de filosofia e sociologia sob o argumento de que outras áreas seriam mais necessárias e relevantes para o retorno ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina. Em seguida, ainda em resposta a essa mesma postagem, ele afirmou que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, “ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”⁶.

⁶ Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713997156425729>. Acesso em 26 fev. 2020.

Imagem 2: Tuíte de Jair Bolsonaro sobre a descentralização de investimento em faculdades de filosofia e sociologia.



Fonte: Twitter (2019)

Em continuidade a essa preocupação com a “ideologia de esquerda” nas universidades públicas federais, e um dia após anunciar um corte significativo de verba discricionária a essas instituições de ensino superior (IES)⁷, sob a justificativa de que elas promovem balbúrdia, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em seu Twitter oficial, critica o posicionamento dos “reitores (ditos) de esquerda”, classificando-os como intolerantes.

⁷ Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apos-cortar-verbas-de-universidades-ministro-da-educacao-critica-reitores-no-twitter-23634605>. Acesso em: 26 fev. 2020.

Imagem 3: Tuite de Abraham Weintraub sobre a intolerância dos reitores.

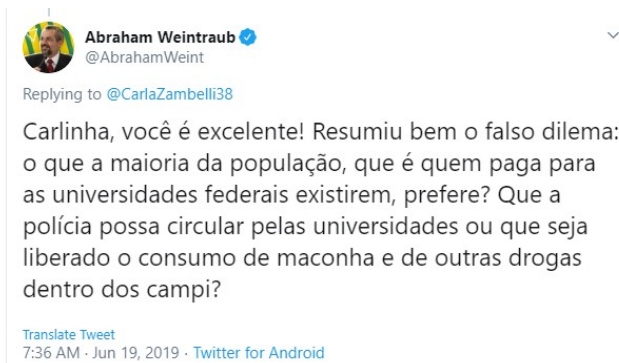


Fonte: Twitter (2019)

Após o tuíte de Carla Zambelli (PSL-SP), o qual tratava da contratação do AGU pela comissão da educação da Câmara para defender a liberação da atividade da polícia nas universidades⁸, o ministro da Educação parabenizou a deputada pela atuação na pauta e reforçou a importância do policiamento nas IES para conter o consumo de drogas nesses ambientes. Novamente, o governo foca na valorização do dinheiro do contribuinte, que, segundo Weintraub, é quem paga para o funcionamento das universidades federais.

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1141293666385965056>. Acesso em: 26 fev. 2020.

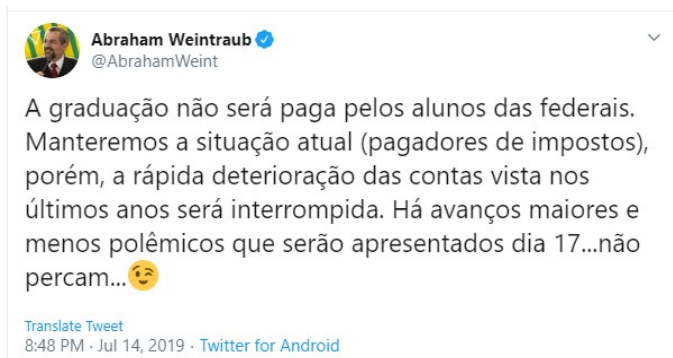
Imagem 4: Tuíte de Abraham Weintraub sobre policiamento nas universidades.



Fonte: Twitter (2019)

Em meio a rumores de que o governo estivesse preparando um projeto para que as universidades federais cobrassem mensalidade, no dia 14 de julho o ministro utilizou o Twitter para informar que isso não ocorreria, mas que três dias depois seria anunciado um plano que reformularia a rotina nas IES. A proposta doravante divulgada era o Future-se, que foi amplamente criticada por reitores, professores e oposição. A ideia era flexibilizar as formas de captação de recursos nas universidades federais e a criação de novas formas de financiamento.

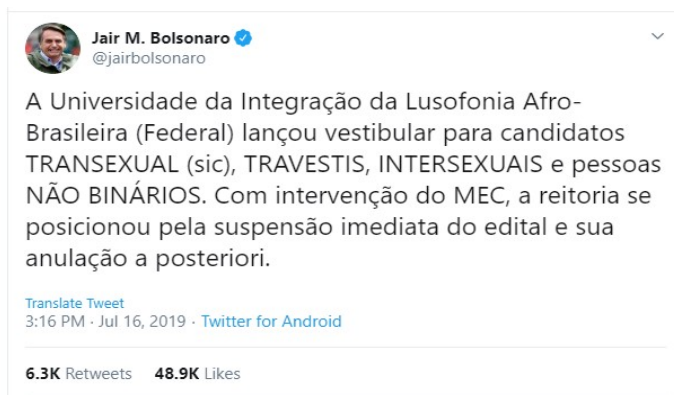
Imagem 5: Tuíte de Abraham Weintraub sobre futuro anúncio do Future-se.



Fonte: Twitter (2019)

Dois dias após o tuíte do Abraham Weintraub, o presidente iniciou nova polêmica envolvendo as universidades, através da comunicação de que o MEC havia interferido no lançamento do edital de vestibular da Universidade da Integração Internacional Luso Afro-Brasileira - Unilab, cujo concurso era direcionado a candidatos transgêneros e intersexuais. O argumento utilizado pelo MEC foi que esse público-alvo, citado no edital, não estava previsto pela Lei de Cotas. Muitos movimentos e organizações vinculadas aos direitos da população LGBTQI+ criticaram a posição do governo e o acusaram de perseguição.

Imagem 6: Tuíte de Jair Bolsonaro sobre edital de vestibular da Unilab.



Fonte: Twitter (2019)

Ao compartilhar vídeo com integrantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) apanhando da polícia em frente ao MEC, o ministro da Educação chancela atos de violência a estudantes com ironia e sarcasmo. A ocasião apresentada no vídeo era uma tentativa dos estudantes entregarem uma carta aos reitores contra a proposta Future-se, elaborada pela UNE e pela ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos). Esse não foi o primeiro embate com entidades estudantis por parte de Weintraub. No mês de maio, durante uma reunião com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o ministro se recusou a dialogar com representantes da UNE e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Imagem 7: Tuíte de Abraham Weintraub sobre violência contra estudantes da UNE.



Fonte: Twitter (2019)

O ministro voltou a criticar as universidades federais, mencionando em entrevista exclusiva à “TV Jornal da Cidade Online”, que havia plantações extensivas de maconha dentro das IES permitidas pela “autonomia das universidades” transfigurada em “soberania”. Esse posicionamento foi selado com o compartilhamento de um tuíte da “UNB Livre” sobre a “veracidade” das informações acerca da plantação de maconha nas universidades federais, e com uma crítica a jornalistas que teriam colocado em xeque a sua afirmação. Essa declaração foi amplamente criticada pelos reitores, através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), que exigiram na Justiça uma

⁹ Disponível em <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/17453/plantacoes-de-pes-de-maconha-nas-universidades-weintraub-tem-razao-veja-o-video>. Acesso em: 26 fev. 2020.

retratação do ministro sobre as acusações dirigidas às universidades federais. Essa mesma associação também publicou uma nota pública criticando as declarações de Weintraub, na qual sustenta que ele faz “tais acusações para destratar e ofender as universidades federais perante a opinião pública, mimetizando-as com organizações criminosas, ele ultrapassa todos os limites da ética pública, indo, aliás, muito além até de limites que já não respeitava” (UNIFES, 2019, *online*). Ademais, em dezembro, Weintraub foi convocado na Comissão de Educação da Câmara dos deputados a prestar esclarecimentos acerca das afirmações.

Imagem 8: Tuíte de Abraham Weintraub sobre plantações de maconha em IES federais.



Fonte: Twitter (2019)

Essas publicações via Twitter demarcam o posicionamento do governo de Jair Bolsonaro em relação às universidades públicas e, em certa medida, colaboram para a formação de um imaginário coletivo que coopera para um pensamento contrário à ciência, à intelectualidade, ao pensamento crítico e reflexivo¹⁰. Os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica¹¹,

¹⁰ É importante lembrar do apoio de Jair Bolsonaro em retirar de Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira.

realizada em 2019, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal, mostram alguns reflexos desse processo de construção de imaginários. Ao entrevistar mulheres eleitoras do Bolsonaro, foi unânime a visão próxima ao governo, isto é, que as IES doutrinam os alunos com a “ideologia de esquerda”. Aquelas que concluíram a universidade disseram que durante o período da graduação se esforçaram para não serem influenciadas política e ideologicamente. As entrevistadas também afirmaram que seguem o perfil de Jair Bolsonaro nas redes sociais, porque a mídia tradicional distorce as declarações do presidente. Assim, tendem a acreditar mais nas postagens do gestor do que no jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema imaginário social é profícuo para pesquisas em comunicação, em especial no contexto em que as mídias sociais ampliaram as possibilidades de emissão e recepção de conteúdos entre interlocutores e colaboram para a construção de novos significados. Os processos de comunicação funcionam, portanto, como mediadores entre a cultura e o imaginário, fazendo parte do “movimento perpétuo” de criação e reconstrução de novos sentidos. Através desta análise, foi possível observar como a divulgação pelo Twitter, do posicionamento do presidente da República e do ministro da Educação sobre as universidades públicas podem interferir no fluxo de formação de compreensões coletivas dessas instituições.

Cabe salientar o peso das publicações dessas autoridades para os brasileiros, sobretudo, para seus seguidores, em virtude da responsabilidade do cargo que ocupam. Em contrapartida, há um descrédito na imprensa,

¹¹ Projeto intitulado *Um olhar sobre as mediações culturais da recepção nas eleições presidenciais de 2018*, realizado por Gabriela Ribeiro Amorin e orientado pela professora Dra. Priscila Kalinke da Silva. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

sobretudo, quando divulgam outras versões daquelas apresentadas pelo governo. Essa falta de credibilidade das pessoas em relação à imprensa também faz parte de um imaginário coletivo construído durante toda a campanha eleitoral do presidencial, que desmentia qualquer informação emitida pelo jornalismo que não fosse do seu interesse.

REFERÊNCIAS

- Baczko, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Enciclopédia Einaudi*, vol 1, Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1 *A sociedade em rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. II. Domínios do Homem. Rio de Janeiro, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto 3: o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.
- CUNHA, Magali do Nascimento. “Da imagem, à imaginação e ao imaginário: elementos-chave para os estudos de comunicação e cultura”. In: BARROS, Laan Mendes de. *Discursos Midiáticos: representações e apropriações culturais*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2011, p. 33-48.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- JORNAL da Cidade Online*. Plantação de pés de maconha nas universidades: Weintraub tem razão (veja o vídeo). 23 nov. 2019. Disponível em <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/17453/plantacoes-de-pes-de-maconha-nas-universidades-weintraub-tem-razao-veja-o-video>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Revista *FAMECOS*, Porto Alegre, 15, ago 2001. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/285/217>

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *FAMECOS*, Porto Alegre, 20, abr 2003, p. 13-20. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3198/2463>

MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado*. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

O GLOBO. Após cortar verbas, ministro da Educação critica reitores no Twitter. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apos-cortar-verbas-de-universidades-ministro-da-educacao-critica-reitores-no-twitter-23634605>. Acesso em 26 fev. 2020.

PASSARELLI, Hugo. “Ideia de Universidade para todos não existe”, diz ministro da Educação. *Valor Econômico*. 28 jan. 2019. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 26 fev. 2020.

SIBILIA, Paula. *O show do eu*: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SODRE, Muniz. Um imaginário ativo na cultura nacional. *Famecos*. Porto Alegre, n. 40, dez. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6313/4588>

UNIFES. Nota Pública. 22 nov. 2019. Disponível em <http://www.andifes.org.br/declaracoes-do-ministro-da-educacao-sobre-as/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

WILLIAMS, R. *Culture is Ordinary*. In: Williams, R. Resources of hope: Culture, Democracy, Socialism. London: Verso, 1989.

CIDADE PARA TODOS: EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO E A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DE ÓDIO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Alan Tomaz de Andrade

Gabriela Silva de Carvalho

As narrativas de violência presenciadas hoje no contexto urbano são reflexos da desigualdade social causada pelo sistema capitalista monopolista, que prevê a concentração de capital financeiro, cultural e intelectual para aqueles que detêm os meios de produção e a concentração de renda, criando, em contrapartida, um cenário de violência para os subalternos, ou seja, grupos sociais que não detêm o controle dos capitais e que possuem características distintas das hegemônicas.

Para o filósofo e cientista político Achille Mbembe (2003), aquele que detém o poder dos capitais e da máquina do Estado, é quem decide quem pode viver e quem deve morrer. Ou seja, justifica-se a morte e a violência de negros, mulheres, LGBTQIAP+ e periféricos na busca de uma realidade ideal em que só predomine a cultura do opressor.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar de que forma essas violências se intensificam nas cidades, trazendo, também, os prejuízos desses atos para a democracia e o pleno desenvolvimento do país, buscando evidenciar que a mídia também possui influência nesse cenário, uma vez que fortalece o discurso de ódio contra os grupos subalternos.

O estudo se dá pautado em três discussões complementares, em que se busca, em um primeiro momento, compreender o que vem a ser a cidade e quem tem o direito de habitá-la; em um segundo momento, estudar de que forma essas violências atingem o conjunto dos oprimidos (negros, LGBTQIAP+, mulheres e periféricos); e, logo em seguida, buscar abranger de que forma a mídia pode contribuir nesse cenário de violência por meio de seus discursos.

ENTENDENDO A CIDADE

A cidade é caracterizada como um espaço geográfico onde se dão as relações sociais básicas, como interação social, conjuntos habitacionais, relações de trabalho, lazer, estudo e violência. Uma das discussões elementares, quando se pensa nas narrativas presentes dentro de uma cidade, é o avanço arquitetônico e tecnológico e a ausência de políticas públicas para proteção e garantia da diversidade, principalmente quando o direcionamento de pesquisa se refere ao cenário brasileiro.

As narrativas arquitetônicas das cidades foram alteradas para se adaptar a uma nova lógica de mundo, pregada pelo capital e a criação da necessidade do avanço tecnológico. Essas alterações se dão principalmente pelo fluxo de criação de tecnologias, sejam elas sociais, de comunicação, informação e de aparatos tecnológicos, que hora vem para auxiliar o dia a dia do cidadão e outra para atender necessidades de mercado.

Discutir tecnologia e arquitetura das cidades, sem pautar seus impactos no contexto social, é desconsiderar que existem grupos subalternos, ou seja, marginalizados, que além de sofrer com a exclusão do acesso e da educação para o uso e entendimento dessas tecnologias, lidam com a violência dos setores mais privilegiados e, também, das forças pertencentes ao Estado, que para o negro, se manifesta por meio do racismo estrutural, para as mulheres, do machismo, para os LGBTQIAP+ da LGBTQIAPfobia, para os pobres moradores da periferia da miséria e da violência policial, sendo que todos compartilham uma violência em comum, que é o conceito discutido por Achille Mbembe: a necropolítica.

A problematização que se faz presente nesta pesquisa é a forma com que a diversidade é tratada dentro das cidades, uma vez que a desigualdade social é cada vez mais latente, fazendo com que alguns grupos sociais estejam cada vez mais segregados dentro do cenário urbano, sendo vítimas de violências que caminham da exclusão do acesso aos direitos básicos, até a violência física. Nesse sentido, é necessário que se crie, além de novos aparatos tecnológicos, arranjos preocupados com a manutenção e segurança da diversidade encontrada nas cidades.

O NEGRO E AS CIDADES

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. ¹

Antes de discorrer sobre a questão do negro no ambiente urbano, é necessário refletir sobre alguns elementos essenciais acerca da discussão racial contemporânea. Como, por exemplo: o que justifica a violência contra a comunidade negra dentro das cidades; como é viver tendo como principal inimigo as forças de segurança pública; o que significa ser um jovem negro dentro das universidades brasileiras.

O racismo brasileiro acontece de forma estrutural, ou seja, tem sido desenvolvido desde a colonização das terras brasileiras e a cada período histórico é caracterizado de uma forma, sendo que sempre teve a função de trazer o imobilismo social e encaminhar o ideal genocida e epistemicida.

O negro, quando sai das senzalas para habitar as cidades, encontra-se imerso em um mundo que não é o seu. Desempregado, sem habitação e alimentação, é obrigado a se amontoar em moradias improvisadas e viver de subtrabalhos ou partir para a criminalidade.

Muitos historiadores costumam apontar que nesse período, o negro estava fora do mercado de trabalho, pois se recusava voltar para sua antiga condição de escravizado, uma vez que havia sido liberto. Teoria que é descartada por Jessé Souza, que nos atenta para o fato de que o grande fluxo de mão de obra imigrante italiana, que possuía mais experiência no trato da terra e, além de tudo, era branca, abriu um cenário de competitividade cruel contra os negros, que não conseguiam trabalhar nem em suas antigas funções. A partir daí, iniciou-se o ideal do negro “vagabundo”, “malandro” e que precisava ser criminalizado por seu “ócio”.

¹ Racionais MC's, *Capítulo 4, versículo 3* (1997)

O fator do desemprego, associado com o medo branco da revolta popular dos negros, justificou a necessidade de intervenções mais brutais das forças armadas em nome do sossego branco nas cidades. É nesse período que se inicia os ataques e as intervenções das forças armadas nas periferias e favelas, bem como a criminalização das manifestações culturais dos negros, como, por exemplo, a prática da capoeira e dos cultos religiosos, tais quais o candomblé e a umbanda.

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos. (SOUZA, 2017, p. 50)

Hoje, no ambiente urbano, a situação não é diferente. Contudo, a forma de extermínio da população negra encena uma das suas faces mais cruéis, por meio do genocídio da juventude negra, fator que traz como estatística de que no Brasil, a cada 23 minutos, um jovem negro é morto de forma violenta. Ilustrações desse cenário podem ser constatadas ao lembrar o caso João Vitor, garoto negro morto por um segurança de um estabelecimento alimentício em São Paulo.

O relatório do atlas da violência 2019 revela que no espaço de tempo de uma década (de 2007 a 2017) a taxa de negros mortos pela violência cresceu 33%, enquanto a de não negros se estabilizou em 3,3%. Esse relatório revela também a desigualdade e o racismo, uma vez que, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

A QUESTÃO LGBTQIAP+ NAS CIDADES

A segregação dos espaços de convivência e os discursos midiáticos não se dão exclusivamente aos negros, mulheres e periféricos. Esses fenômenos também recaem nas questões de gênero e sexualidade. A construção do cidadão ideal, trazida ainda na colonização das terras brasileiras, pautada pela cultura europeia, além de desconsiderar a existência do negro como cidadão, trouxe a mulher como o outro do outro (conceito discutido por Simone Beauvoir) e os LGBTQIAP+² como subcategorias e transgressores da moral e dos bons costumes.

O Brasil é considerado um dos países mais violentos para as pessoas LGBTQIAP+ e entre os motivos desse cenário tão perverso, encontra-se a ausência de iniciativas de assistência para proteção e garantias dos direitos da comunidade, além de pesquisas e levantamento de dados para superação do problema.

Até mesmo o atlas da violência tem uma retratação superficial dos ataques sofridos pelos LGBTQIAP+ brasileiros, uma vez que não existia até junho deste ano, a criminalização da LGBTQIAPfobia, sendo assim, é praticamente impossível mensurar os dados sobre a questão.

A única iniciativa disruptiva que tem contribuído para o encaminhamento da pauta no Brasil, são os relatórios emitidos pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), uma organização composta por pesquisadores, que fazem levantamentos das mortes de LGBTQIAP+ por meio de notícias publicadas na imprensa, internet e de relatos pessoais.

É através dessa ação que constatamos o quanto a cidade é cada vez mais perigosa para os LGBTQIAP+ e como a restrição dos espaços funcionam para essas pessoas, uma vez que as vias públicas e determinados estabelecimentos podem colocar em risco a segurança dos indivíduos LGBTQIAP+.

² Abreviação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e Pansexuais.

Segundo o relatório apresentado pelo Grupo Gay da Bahia, no ano de 2018, das 420 mortes causadas pela LGBTQIAfobia, 179 casos (49,9%) ocorreram em vias públicas, 155 (42,8%) em residências e 28 (7,7%) em estabelecimentos privados.

Destaca-se, também, o fato de que o estado de São Paulo é o que mais detém números da violência contra LGBTQIAP+ do Brasil. O relatório do Grupo Gay da Bahia aponta que das 420 mortes resultado da LGBTQIAfobia, 58 casos foram no estado de São Paulo.

Além de ser uma questão sobre o preconceito com o que é diferente no espaço urbano, a orientação sexual somada à questão de gênero mostra um cenário mais intenso ainda. Segundo o Dossiê de Violência contra Mulheres Lésbicas e Bissexuais, essas pessoas são mais violentadas pela existência do que se chama “estupro corretivo”. A prática se baseia na violenta ideia de que, assim que elas tenham uma experiência sexual com um homem, mudarão sua orientação sexual.

ESPAÇO PÚBLICO PARA APENAS UM GÊNERO?

A ideia de superioridade do gênero masculino, que parte do conceito de uma sociedade binária, incorpora um parâmetro dos espaços pertencentes ou não para as mulheres. Dessa forma, há a propagação de uma suposta hierarquia sobre o pertencimento do espaço público.

O fato de a mulher ser subjugada à figura masculina desde a construção dos papéis sociais traz consequências, também, para a formação da ideia de urbanização. Para Raquel Rolnik (2015), as cidades foram construídas para atender a perspectiva de globalização sustentada pelo mercado, sendo assim, o espaço urbano tem um objetivo e um determinado alvo que possui, classe, cor e gênero.

Tal conceito pode ser facilmente confirmado pela propagação do ponto de vista de que existe um horário aceitável para a mulher ocupar as ruas da cidade. Em casos de violência contra a mulher no espaço urbano, existe uma grande tolerância e quantidade de justificativas para o fato ter acontecido.

O não reconhecimento da gravidade da violência contra as mulheres e de suas raízes discriminatórias concorre não só para que as agressões aconteçam, mas também auxiliam a manter a situação de violência até o extremo do assassinato. Age também como um obstáculo para que muitas mulheres não busquem ajuda para sair da situação de violência e, ainda, para que, quando buscarem, não sejam devidamente acolhidas.³

A tolerância social a respeito do tema, por si só, mostra como o pertencimento do espaço público nas cidades são destinados ao gênero masculino. Violências como agressões e abusos sexuais de mulheres são justificados pela roupa ou horário em que a mulher se fez presente nas ruas.

PESSOAS PERIFÉRICAS

Assim como as mulheres são excluídas dessa linha de pertencimento, as periferias também estão à deriva desse poder de usufruir do contexto urbano pós-globalização. Nesse aspecto, não é o gênero que fala mais forte, mas o poder aquisitivo que se espera do ambiente periférico.

Para Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2004), essa falta de estrutura social, urbana e cultural abrange as pessoas menos favorecidas e com menores condições financeiras. Alguns dados sobre a realidade brasileira nos dão uma ideia da marginalização urbana.

Cerca de 9% da população metropolitana mora em setores onde prevalece forte ou extrema precariedade em termos de serviços de saneamento básico. São 6 milhões de pessoas vivendo à margem dos padrões mínimos de acesso a água, esgoto e coleta de lixo. (RIBEIRO, 2004)

Dessa forma, compreendemos que a injustiça urbana começa com uma questão geográfica. As regiões periféricas não têm o suporte que há nas regiões centrais. Assim, essa questão habitacional dificulta diferentes formas

³ Dossiê de Violência contra as mulheres, do Instituto Patrícia Galvão.

de acesso. Segundo Ribeiro (2004), “a segregação e a exclusão habitacional produzem espaços nos quais se verifica a acumulação de desvantagens sociais”. Diante disso, podemos identificar como a postura política do Estado afeta essa realidade.

Dentro desse quesito, também se agravam as questões de gênero e cor. A marginalização de pessoas negras e o não pertencimento da mulher no espaço urbano intensificam as vivências dessa população que está à margem dos centros urbanos, nas periferias das cidades.

A MÍDIA E A HERMENÊUTICA

Dentro da temática do pertencimento do espaço público, o que antes era pautado apenas no físico, agora com as tecnologias, pode ter um aspecto, também, no ciberespaço.

Quando se trata das violências sofridas por grupos subalternos no espaço público, podemos ver o efeito desses conceitos sociais nas mídias digitais. O discurso de ódio, já existente em diversos contextos, se faz ainda mais presente nas redes sociais e acabam reforçando preconceitos e crenças sobre o que é certo para as cidades.

Dentro desse embate, a hermenêutica pode trazer diferentes pontos para tal discussão. Muito se fala sobre a democratização dos espaços e dos conteúdos informativos. Entretanto, a possibilidade de disseminação de qualquer ideia também pode colaborar para a propagação e até mesmo a validação do discurso de ódio a esses grupos excluídos.

Não é difícil encontrar frases, comentários e produções de vídeos ou textos que dialoguem com um pensamento pautado no preconceito quanto à cor, classe e gênero. Em alguns casos, existe até mesmo a facilidade de formação de grupos com o objetivo de propagar violências a esses grupos.

Há teóricos que sustentam o argumento de que, longe de se tornarem uma expressão da democracia, essas redes de cidadãos baseadas na internet conduzem a uma ruína democrática em escala global; pelo fato de permitirem que muitos interesses diferentes ou, até mesmo contraditórios, sejam discutidos em nível internacional sem nunca se alcançar nenhuma meta - mas causando um enorme

“engarramento” de ideias, posições e visões de mundo – nem sempre positivas”. (REGITANO, p. 2)

Sendo assim, as diferentes formas de se utilizar as mídias digitais proporcionam pontos sobre o real benefício dessa ferramenta para essa demanda social. A fácil difusão de conteúdo pode, também, auxiliar em relação à mobilização de ONG’s e coletivos a favor de tais lutas sociais.

Edson Alves de França traz esse ponto em suas teorias em relação às mídias. Assim como a propagação do discurso de ódio se faz presente, também há a possibilidade de união através das redes.

A luta pela ocupação de territórios de visibilidade talvez seja uma das maiores características da sociedade contemporaneamente. Mostrar-se, ocupar lugar no mercado das imagens e das vozes, parece ser a tônica do comportamento de indivíduos, comunidades localizadas e instituições. (FRANÇA, p. 8)

Com isso, a partir da hermenêutica, podemos compreender diferentes pontos a respeito de como a mídia tem, de fato, trazido consequências para o aspecto social o pertencimento à cidade. Da mesma forma que se vê mais casos de violências, também há propagação de mais discursos que ofendam a integridade de grupos sociais. Entretanto, as mídias podem abrir portas para um quesito combativo em relação à situação.

Para além dessas questões, é possível ser dito que a internet se constitui uma ferramenta imprescindível para as lutas sociais contemporâneas, já que facilita as atividades, pode unir e mobilizar pessoas e entidades de diferentes localidades em prol de uma causa local ou transnacional, bem como quebrar o monopólio da emissão e divulgar informações “alternativas” sobre qualquer assunto. (REGITANO, p. 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de formação das cidades traz um efeito excludente quando se trata de grupos subalternos, como o caso de mulheres, negros, pessoas periféricas e integrantes do grupo LGTQIAP+. O modelo de

urbanização baseado na ideia de globalização abrange o conceito de que a cidade não pertence ao que é tido como diferente dentro do estabelecido.

A mídia pode ser, a partir da hermenêutica, interpretada de diferentes formas. Embora proporcione uma ampla forma de interação e acesso a espaços e conteúdos informativos, o ciberespaço pode proporcionar a propagação de violência. Ao mesmo tempo em que o espaço midiático pode unir e integrar, ele também pode agir reafirmando agressões ao conjunto de oprimidos que já não são pertencentes ao espaço urbano.

Assim como os avanços tecnológicos são de grande importância para o desenvolvimento sustentável das nações, também surge a necessidade de compreender como fiscalizar os espaços midiáticos para que não exista, também por meio da internet, a afirmação de que a cidade não é um espaço de pertencimento para pessoas que fazem parte do conjunto de oprimidos.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum de Segurança Pública, 2019. Atlas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

FRANÇA, Edson Alves de. *Território e visibilidade: educação e novas tecnologias como incrementos de ação e intervenção política*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/franca-edson-2018-territorios-visibilidade.pdf?fbclid=IwAR39iYP_gnIZgLP-c063qLMHi5IPPRaHCEZsLeXAond8swlnDvnP-98Joy0>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GALVÃO, Instituto Patrícia. *O dossiê sobre as violências contra as mulheres*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. *Pessoas LGBT mortas no Brasil: relatório 2017*. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2017.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018*. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/dj91>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LOPPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em Comunicação*. 12. ed. São Paulo: Edições Layola, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. Public Culture (Duke), v. 15-1, p. 11-40, 2003

PAIVA, Cláudio Cardoso de. *De olho nos traficantes, malandros e celebridades: um estudo de mídia e violência urbana*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-midia-violencia-urbana.html?fbclid=IwAR3YUyYzBBk2hH9Q1PLRfq1QqXTv0dFE93mdC1A8IIqAUAhbe-gVmOzo>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. *Muito Além do Jardim do Bem e do Mal: um ensaio sobre o medo, a mídia e a cidade*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-medo-midia-cidade.pdf?fbclid=IwAR1ZH68oc-nlv81SxY5VGtis52x4EZkzzCFbMBqT_T9VIXrOF6myk5qc2v4>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RACIONAIS MC's. *Capítulo 4, versículo 3*. In: Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa nostra, 1997.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social*. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252004000200020>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. *Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf?fbclid=IwAR18deKUFNfVXNYP160YKZw8KCQhzHfocHAVg0sKHX-ahntwnZwn8NFmAck>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro. Leya, 2017.

ACONTECIMENTO REPLICANTE: OS SENTIDOS PRODUZIDOS NO TWITTER EM TORNO DAS ÚLTIMAS CRISES DE IMAGEM ENVOLVENDO SAMARCO E VALE

Rodrigo Augusto Rodrigues Puhl

Dóuglas Aparecido Ferreira

O acontecimento tem se tornado um conceito amplamente discutido no meio acadêmico. Esse fato se deve, principalmente, porque ele incita sentidos e conexões entre diversos fatores na sociedade, sempre dependendo do contexto em que está inserido. Em um cenário contemporâneo marcado pelos avanços tecnológicos, a informação circula em diferentes plataformas ao mesmo tempo (PEREIRA, 2014), por isso, torna-se relevante a análise do que está sendo construído e (re)significado nessas novas formas de conexão a partir dos acontecimentos que afetam a vida social.

Este trabalho procura analisar os sentidos voltados aos crimes socioambientais¹ ocorridos nas cidades de Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais, causados pelo transbordo de barragens, respectivamente, das mineradoras Samarco e Vale. Foi analisada a correlação feita pelo público, no Twitter, entre os dois acontecimentos citados.

Para tanto, foi construída uma reflexão teórica sustentada em três conceitos que se inter-relacionam: acontecimento, produção de sentidos e crise de imagem. O percurso metodológico foi construído a partir dos procedimentos da análise de conteúdo segundo Bardin (1977), de modo que os tuítes coletados foram categorizados por semelhança semântica e, logo após, analisados os sentidos que deles emergem.

¹ Por entendermos que os acontecimentos são de responsabilidade das organizações envolvidas nele, utilizaremos o termo “crime socioambiental” ao invés de outros encontrados para tratar o fato como: destrate ou acidente.

Nas considerações serão apresentadas as impressões que os autores tiveram sobre as relações de sentido associativas entre os dois acontecimentos, apontando para a complexidade em lidar com crises de imagem passadas as quais são retomadas por novos episódios.

OS ACONTECIMENTOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM CASOS DE CRISES DE IMAGEM ORGANIZACIONAL

A partir dos diversos olhares sobre o conceito de acontecimento, percebe-se que as diferentes faculdades do saber produzem sua própria ideia sobre o tema. No campo da história, como explica França (2012), só se caracteriza um acontecimento quando ele é extremamente marcante, como a vinda da família real para o país, por exemplo. Já no âmbito do jornalismo, o termo se refere a algo noticiável devido à sua importância para o interesse público.

Louis Quéré (2005) busca ampliar o conceito ao olhar, também, para os fluxos comunicacionais que surgem a partir dele. Para o sociólogo francês, o acontecimento consiste em um rompimento da normalidade, tanto inesperadamente quanto provocado por alguém e que, por consequência, produz sentidos. Apoiados nas reflexões de Quéré, França e Almeida (2008) defendem que o acontecimento se trata de um fenômeno de sentido que instaura descontinuidades e afeta aqueles que o experimentam. Os autores concordam que “o acontecimento é desorganizador; ele abala pontos de vista estabilizados e suscita novos arranjos”. A partir dessa proposição, pode-se considerar a ocorrência de dois fenômenos derivados do acontecimento: o primeiro é a própria repercussão dele e o segundo, uma necessidade, quase que instantânea, dos sujeitos de produzir um sentido, construir uma opinião para o que está acontecendo no momento. “O acontecimento suscita sentidos, faz pensar, incita à busca de respostas e alternativas. Ele alarga o leque do possível” (FRANÇA, 2012, p. 13).

Os sentidos suscitados nas pessoas, geralmente, são reflexos daqueles ofertados pela mídia, uma vez que é ela uma das responsáveis por legitimar

os acontecimentos. Todavia, isso não impede que os sentidos midiáticos sejam reconfigurados pelos públicos que, ao consumirem os conteúdos de mídia, por exemplo, manifestam suas opiniões em outras instâncias, como em seus perfis pessoais nas redes sociais digitais. Sobre isso, Patrick Charaudeau (2013) reforça que:

O acontecimento, no que tange à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, e é essa leitura que o constrói. O acontecimento midiático, no caso, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-teleespectador que a recebe e interpreta. (CHARAUDEAU, 2013, p. 243)

A partir das palavras do autor, pode-se inferir que o público tece uma leitura da leitura do acontecimento, isto é, os públicos recebem a informação dos portais de notícias, *blogs* e outros usuários das redes e constroem sentidos por meio dessas construções simbólicas já feitas. Essa perspectiva de público dialoga com a de Daniel Cefai (2017). Para o pesquisador, o público se caracteriza pela construção de uma rede de pessoas que foram “atingidas” pela dúvida e inquietação, pela procura de respostas em relação a um acontecimento. Este último, por consequência, gera um público próprio, ou seja, pessoas que partilham do mesmo interesse.

Cabe ainda destacar que a produção dos sentidos é um fenômeno individualmente influenciado por aspectos relacionados à trajetória e às interações construídas ao longo da vida dos sujeitos. Desse modo, “podem emergir diversos ‘sentidos’, conforme a vivência de cada leitor” (FAGUNDES, 2013, p. 06). Entretanto, não se pode perder de vista a ocorrência das intersubjetividades imbricadas nesse processo. Dito de outra forma, embora seja possível ter perspectivas particulares sobre um mesmo acontecimento, os sentidos ainda se inter cruzam pelas trocas sociais entre as pessoas, no cotidiano de suas vidas, construindo coletivamente um mundo de sentidos partilhados e acordados entre elas.

A partir dessa perspectiva relacional dos sentidos, acredita-se que, quando esses são construídos em relação a um determinado acontecimento,

podem se mesclar com sentidos produzidos por situações do passado, correlacionando-os e atualizando-os. A esse fato, Babo-Lança (2012) chama de acontecimentos “replicantes”, aqueles que são retomados em diferentes contextos, modificam-se em outros e atuam em diferentes quadros de sentido. Partindo do pressuposto que um determinado acontecimento inevitavelmente possui certa ligação com outros, e que esses podem ser de mesma natureza ou completamente diferentes, podemos inferir que certos episódios, quando retomados em outro contexto, podem sofrer mudanças de sentido, reforçar as impressões já consolidadas ou produzir novas percepções.

Os acontecimentos replicantes atualizam as chaves interpretativas, provocando novos contornos para as dimensões temporais e contextuais dos fatos. “O acontecimento convoca passado e futuro. Faz-nos olhar para trás, olhar diferentemente para trás, e indagar: onde ele estava anunciado e não foi percebido? De onde ele vem, e que causas vieram a provocá-lo?”. (QUÉRÉ, 2005, p. 62-63). No caso desta pesquisa, entende-se que o acontecimento mais recente convoca a lembrança de um ocorrido no passado, geralmente, pela semelhança de suas características, trazendo à tona uma nova crise de imagem, isto é, o que aconteceu anteriormente ganha uma nova roupagem ancorada nas associações feitas pelo público no presente.

A partir disso, nota-se uma potente relação interpretativa entre os conceitos: acontecimentos e crise de imagem. Segundo o Manual de Gestão de Crise e Imagem, “o bem mais valioso que uma empresa possui é sua imagem, resultado da percepção dos públicos com os quais se relaciona” (ABRAP, 2015). Assim, o entendimento e gerenciamento dos sentidos em volta de um determinado acontecimento são relevantes aos interesses estratégicos organizacionais, visto que as empresas buscam a preservação de uma imagem que lhes sejam favoráveis.

Pela ótica de Lemos (2017), a crise possui três ângulos: o evento, a percepção e a construção da credibilidade. Para o autor, a crise é vista como um evento inesperado que causa uma grande incerteza por parte do público, provocando uma intensa procura por respostas relacionadas à sua causa, efeitos e consequências. Essa procura dialoga com as ideias de Cefai (2017),

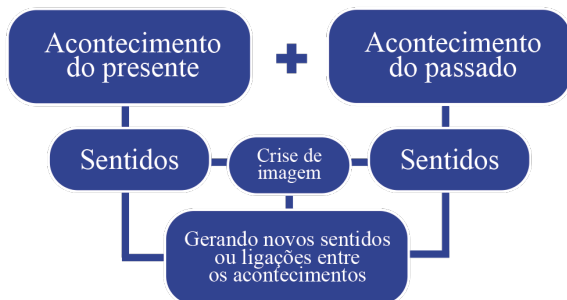
uma vez que o autor também concorda que o público é um grupo de pessoas em relação a um determinado acontecimento construído pela busca de respostas. Já o segundo ângulo, a percepção, Lemos (2017) diz que a crise pode levar esse nome a partir da quebra de expectativas idealizadas pelo público em relação a alguma organização. Ou seja, a crise ganha forma quando o público a caracteriza assim em suas percepções. Por fim, o terceiro ângulo leva em conta o abalo que uma crise causa, podendo reverberar na percepção da credibilidade de uma organização.

José Forni (2002) sintetiza as ideias até aqui apresentadas ao defender que, no mercado, admite-se como crise, do ponto de vista da comunicação, os acontecimentos que, pelo seu potencial intenso ou inesperado, têm o poder de desestabilizar organizações e suscitar pautas negativas para as diretorias dessas instituições.

A partir do que foi apresentado, percebe-se que o significado de crise de imagem se assemelha ao de acontecimentos, pois ambos são uma ruptura da normalidade. Porém, na crise de imagem, essa ruptura acontece por meio dos sentidos vistos como negativos do ponto de vista empresarial. Isto é, as ocorrências que possuem potencial de gerar sentidos indesejáveis à imagem de uma empresa se adequa ao significado de “crise de imagem”. Desse modo, pode-se inferir que toda crise de imagem parte de um acontecimento concreto e se torna, ela também, outro acontecimento, porém no campo do simbólico.

A partir das perspectivas teóricas apresentadas, propõe-se o diagrama a seguir para representar a dinâmica de mútua afetação entre dois acontecimentos de temporalidades diferentes, com destaque para aqueles de crise de imagem organizacional e sua possibilidade de reforçar ou modificar os sentidos em torno de eventos anteriores.

Figura 01: Diagrama da representação de um acontecimento replicante e a gênese da crise de imagem.



Fonte: Elaborado pelos autores

O esquema representa visualmente três aspectos centrais que se inter-relacionam neste capítulo. O acontecimento do passado, representado pelo elemento superior direito, se caracteriza por ser uma replicação, em outro contexto, ocasionada pela emergência de um fato mais recente. A partir dessa dinâmica, é gerado o segundo aspecto, os sentidos, que surgem tanto pelos veículos de mídia, quanto pelo público. Ambos, mídia e público, acabam por produzir uma crise de imagem ou retomar uma crise antiga, o terceiro aspecto. Ou seja, a crise, e os sentidos produzidos em torno dela, afeta o acontecimento mais recente e, por conseguinte, pode agravar ainda mais as leituras negativas já feitas em relação ao acontecimento do passado, demonstrando como os sentidos fazem novas ligações e podem retomar impressões consideradas pelas organizações como já superadas.

OS ACONTECIMENTOS SAMARCO E VALE

A Samarco é uma organização brasileira atuante desde 1977 no segmento de mineração. Ela está presente nos municípios de Mariana (MG), Ouro Preto (MG) e Anchieta (ES). Atualmente, a Samarco é controlada por uma aliança comercial entre a Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton, cada uma possui metade das ações da empresa (SAMARCO, 2019).

O acontecimento envolvendo a empresa se deu na cidade de Mariana, em 05 de novembro de 2015, quando adveio o rompimento da

barragem de rejeitos de minério de ferro. O crime ambiental ocorreu pela extrapolação do limite de armazenagem, causando um vazamento e, logo depois, o rompimento no subdistrito de Bento Rodrigues. Os rejeitos se alastraram por 1.469 hectares, destruindo o então subdistrito mencionado, vitimando dezenove pessoas e poluindo a bacia do rio Doce (IBAMA, 2019).

O segundo acontecimento envolve, mais diretamente, a multinacional brasileira Vale que, de acordo com informações de seu próprio site, é uma das líderes em mineração no país. A empresa começou suas atividades em 1942, atuando na produção de minério de ferro, se tornando a maior exportadora desse produto no mundo. Suas atividades se concentram no Brasil e se estendem para mais trinta países. Hoje, a Vale também atua em outros ramos como logística, energia e siderurgia (VALE, 2019).

O acontecimento envolvendo a Vale é mais recente, de 25 de janeiro de 2019, ocorreu em Brumadinho e se caracterizou pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão. Especula-se que tenha sido causada pelo mesmo fator ocorrido em Mariana, extrapolação do limite da barragem. As consequências de tal evento foram: a destruição de 269,84 hectares de terra, poluição da bacia hidrográfica do rio Paraopeba e a morte de 242 pessoas. Desse modo, o acontecimento se apresenta como o maior crime socioambiental com vítimas fatais da história do país (IBAMA, 2019).

Foram e ainda estão sendo feitas ações de comunicação por parte das duas empresas em relação aos acontecimentos. De acordo com Perez (2016), no caso de Mariana, a mineradora um dia após o rompimento da barragem publicou notas de esclarecimentos em TV aberta e no próprio site da empresa, que é atualizado frequentemente com novas informações sobre o caso. Ainda, três meses depois, foi efetuada a campanha intitulada “É sempre bom olhar para todos os lados”, em que a mineradora mostra funcionários e voluntários trabalhando em prol da reparação da tragédia. Contudo, segundo a autora, a iniciativa teve destaques negativos por parte dos internautas, pelo fato do discurso na campanha mostrar uma visão exclusivamente da mineradora em relação ao acontecimento. A situação se agravou quando se constatou que a mineradora excluía comentários negativos em sua *fanpage*, no Facebook. Já em Brumadinho, também foram

feitas notas de esclarecimentos um dia após o crime, publicadas no site da empresa, em uma área específica para dados e atualizações relacionadas ao rompimento da barragem. Porém, até o momento, não foi feita uma campanha direcionada para conter a crise de imagem ocasionada pelo crime ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos neste capítulo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com procedimentos quantitativos de coleta de dados, visando mapear os sentidos produzidos no Twitter a partir da conexão feita pelos seus usuários entre os dois acontecimentos: Vale e Samarco. E, a partir desse mapeamento, construir uma análise em torno dos sentidos correlacionados entre as duas crises de imagem.

A escolha do Twitter como local de coleta se justifica por ser uma rede social digital em que as opiniões sobre um determinado assunto são rapidamente agrupadas por interesses em comum, em um recurso chamado *Trending Topics*, o que configura um movimento de constituição de um público por meio de acontecimentos que afetam os usuários. É por essa característica que o Twitter se torna uma fonte potente para entendimento dos sentidos produzidos sobre determinado assunto. Além disso, a coleta de dados nessa rede é facilitada pela utilização de palavras-chaves em suas ferramentas de busca, permitindo a exibição de qualquer perfil de usuário público que apresente menções ao que foi pesquisado. Em outras plataformas, como o Facebook, por exemplo, essa coleta é limitada apenas a *fanpages*² ou grupos abertos, impedindo a extração de informações nos perfis dos usuários.

Como forma de organizar e analisar os sentidos dos tuítes, foi escolhido o procedimento de análise do conteúdo que, conforme Bardin

² página específica de marcas, empresas, *blogs* ou outros.

(1977), é um método realizado em três fases: a pré-análise, a exploração de material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Os procedimentos adotados na presente pesquisa partiram dessas premissas da autora. Sobre a pré-análise, buscou-se, de forma geral, mais informações sobre os crimes de Samarco e Vale e sua repercussão no Twitter. Após isso, uma primeira investigação foi realizada na ferramenta de busca avançada do Twitter. Para atender aos objetivos deste trabalho, utilizou-se a busca por mensagens que apresentassem em seu conteúdo pelo menos uma das duas combinações: Brumadinho e Mariana ou Vale e Samarco. Como recorte temporal, foi escolhido o período entre 26 de janeiro a 26 de fevereiro de 2019. A data inicial se caracteriza por ser um dia após o rompimento da barragem administrada pela Samarco, isto é, o episódio mais recente entre os acontecimentos replicantes. Com a coleta em mãos, teve-se ainda o cuidado de se utilizar somente comentários de perfis pessoais, excluindo contas de portais, jornais, *blogs* e outros veículos de notícias. Embora saiba-se que a mídia tenha um papel fundamental nos sentidos produzidos em torno de um acontecimento, o foco desta pesquisa está nas falas das pessoas que constituem a rede, consideradas outro vetor importante para se entender o impacto semântico na sociedade.

Após realizado o filtro de coleta da pesquisa, iniciou-se a segunda fase da análise de conteúdo, a exploração de material. Conforme Bardin (1997), nesse ponto, inicia-se o recorte de categorias, grupos ou elementos. Nessa pesquisa, a classificação foi orientada pela recorrência semântica identificada nos tuítes. Os conteúdos extraídos do Twitter foram copiados e colados em uma planilha, de forma que ficassem organizados por cores diferentes de acordo com suas semelhanças de sentido. Preocupou-se em não se ter categorias, a priori, para que o próprio objeto revelasse os agrupamentos de sentido de forma mais orgânica, deixando o objeto falar por si.

Seguindo esses preceitos, foram identificadas sete categorias de sentidos: cobrança, crime, defesa, impunidade, política, incerteza e descrença. A tabela a seguir apresenta os critérios de categorização:

Quadro 01: Tabela de proporção da coleta.

<i>SENTIDOS CONSTRUÍDOS</i>	<i>CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS</i>
Cobrança	Classificada pela presença na narrativa de um interesse por respostas a fatos específicos sobre os acontecimentos.
Crime	Classificada pela presença de palavras e <i>hashtags</i> como: assassina, crime, #naofoiacidente, que apontam a ocorrência de um crime por parte das mineradoras.
Defesa	Classificada pela narrativa que traz argumentos a favor da imagem das mineradoras.
Impunidade	Classificada pela presença de palavras e <i>hashtags</i> como: impune, #bumadinhohegadeimpunidade, em que os usuários apontam fatos sobre as mineradoras que acreditam ser uma impunidade.
Política	Classificada pela presença na narrativa de menções e ligações de partidos políticos e figuras políticas aos acontecimentos. Apresentando palavras como: Bolsonaro, esquerda, #presidente.
Incerteza	Classificada pela presença de uma narrativa que apresenta questões como: quantas tragédias mais teremos? Qual será a próxima tragédia? Em que o usuário passa a ideia de uma incerteza em relação ao futuro.
Descrença	Classificada pela narrativa em que o usuário evidencia sua descrença em algo específico em relação aos acontecimentos.

Fonte: Elaborado pelos autores

IMPUNIDADE

O conteúdo dos tuítes categorizados nessa temática faz menções à falta de punição entre o acontecimento do passado (Samarco) e o mais recente (Vale). “É o que sempre falei... Multas que nunca são pagas. Essas multas são verdadeiras farsas. #Brumadinho #Mariana #Ibama #Brasil #MinasGerais #Vale #Samarco #Impunidade” (29/01/19). Pode-se observar

a inserção de um dado, o não pagamento das multas, como o aspecto que gerou a impunidade; e, logo depois, são citadas nas *hashtags*, as duas empresas envolvidas no acontecimento e a palavra impunidade referida a elas.

Ao analisar os tuítes dessa categoria, também foi observado que a impunidade não foi somente relacionada ao não pagamento de multas, mas também ao não sentenciamento das empresas em relação ao crime socioambiental. “Será que vai ficar por isso mesmo novamente? Esse grupo tem licença para matar? Espero que os culpados sejam punidos de verdade, pois já vimos que não aprendem com seus erros. #ValeAssassina #Vale #Brumadinho #BrumadinhoMG” (26/01/19). Pode-se ver pelas *hashtags* que é atribuído o adjetivo de assassina para a multinacional Vale. É percebido, com isso, uma personificação da empresa, uma atribuição de culpa mais pessoal a ela.

O sentido de impunidade é construído também pelo fato de os acontecimentos terem naturezas semelhantes. “Parece que a gente vive um descaso sem fim. Até hoje, as pessoas afetadas em #Mariana, em 2015, não tiveram o devido respaldo da mineradora. Nosso país carrega as sequelas daquele fatídico lamentável episódio. Agora, 2019 novo acidente. #brumadinho #vale #samarco #CrimeAmbiental” (28/01/19). Embora Babo-Lança (2012) esclareça que, para serem replicantes os acontecimentos não precisam ser necessariamente parecidos, entendemos que nos casos analisados a similaridade é um motivo significativo para as associações. Soma-se a isso o fato de a empresa Vale estar, de algum modo, envolvida nos dois crimes.

COBRANÇA

Esse grupo traz narrativas que abordavam indenizações, mais fiscalização, punições e respostas das mineradoras. “INDENIZEM AS VÍTIMAS DE #MARIANA, antes de terem a cara de pau de aparecerem na TV dando desculpas esdrúxulas sobre #BRUMADINHO, seus putos de merda! @valenobrasil” (29/01/19). Como é visto no exemplo, parte

significativa dos tuítes dessa categoria é marcada por discursos acalorados, incluindo a utilização de palavras de baixo calão. Esse fato aponta para o nível de indignação do público.

Outro fator cobrado foi a punição da mineradora e de seu presidente, assim atribuindo a responsabilidade a uma só pessoa, como pode ser visto no tuíte: “#Vale já foi importante para o Brasil. Hoje em dia deveria ser esartejada em praça pública com prisão do seu presidente e toda sua diretoria pelo assassinato em massa de 320 pessoas em #Brumadinho mesmo após 19 mortes em #Mariana mas somos uma sociedade conivente com à violência.” (26/01/19). Pode-se observar que os números apresentados pelo usuário em relação ao acontecimento Brumadinho são equivocados, pois, com apenas um dia após o rompimento das barragens, era impossível ter certeza da quantidade de mortos; havia apenas uma especulação em relação aos desaparecidos. Com isso, percebe-se o surgimento de discursos equivocados, quando existe pressa em comentar ou expor uma opinião em relação a algum assunto que está em voga no momento.

Outro ponto detectado foi a cobrança feita à mineradora através de uma comparação com outros acontecimentos, como um “modelo” a ser seguido. “EUA: Explosão em petroleira matou 11 trabalhadores. Indenizações entre 8 e 9 milhões de dólares. Brasil: #Vale planeja “doar” 27 mil dólares para famílias impactadas em #Brumadinho, que até agora são de 65 mortos (até agora) e 279 desaparecidos. Pessoal de Mariana ainda está no 0” (28/01/19).

Por fim, foi observado a cobrança de respostas e ações não só à mineradora, mas também aos órgãos públicos. “Vale? Samarco? Quero saber é o porquê do poder público não ter agido depois em Mariana! #SOSBrumadinho #Brumadinho” (25/01/19). A mesma preocupação é expressa por outro usuário, com foco na dúvida e na cobrança de respostas relacionadas ao uso do dinheiro público nas ações de revitalização das áreas atingidas. “Sobre #Mariana e #Brumadinho pergunto: Quem vai limpar a lama? É meu imposto??? #QuemSujaLimpa #SujouLimpou #Samarco #Vale” (05/02/19).

POLÍTICA

Uma das características que apareceram em alguns tuítes é a menção de políticos, partidos e outros espectros da área, em algum nível de relação com os dois acontecimentos. Como, por exemplo, menções feitas a presidentes e ex-presidentes em tom de cobrança ou culpa pelas tragédias: “O MUNDO QUER SABER: O gov #Bolsonaro já determinou a suspensão imediata de todas as atividades da #Vale no #Brasil e já colocaram tornozela eletrônica no CEO da empresa? #Brumadinho #GovernoFrouxo #Mariana #BolsonaroAmarelou” (28/01/19). “Graças à Esquerda representada por Dilma, a Samarco, Vale e demais até hoje não responderam pelo crime de Mariana. E corre o risco de acontecer o mesmo em #Brumadinho, sua anta. #BrumadinhoPedeSocorro” (26/01/19). “#Vale (multinacional anglo-australiana #BHPBilliton #BHP é sócia na mineradora #Samarco) acionistas fundos de pensão/#BNDES; investidores #FGTS; golden shares #TesouroNacional. A conclusão pode ser a de que o #PT tem imensa influência na Vale há décadas. #Mariana #Brumadinho” (09/02/19)”. É observado que esses conteúdos evidenciam e refletem o contexto de polarização político-partidário do país. Nessa categoria, encontramos tuítes que culpam os rompimentos a partidos ou gestões diferentes, demonstrando que, embora façam parte de um mesmo público, os diversos sentidos emergem a partir das vivências particulares de cada leitor (FAGUNDES, 2013).

INCERTEZA E DESCRENÇA

Os sentidos contidos nessas duas categorias apresentam um sentimento de incerteza em relação a um possível rompimento de outras barragens. Os tuítes dessas categorias são geralmente apresentados em forma de questionamentos. “O #Brasil tem 723 #barragens classificadas como de risco e dano potencial. Delas, 45 estão em situação preocupante, segundo a Ag. Nac. de Águas #ANA. Quantas tragédias mais teremos, além de #Mariana (da #Samarco e #BHP) e agora #Brumadinho (da #Vale) ?”. Percebe-se a preocupação com o futuro por parte dos usuários, mais

especificamente com o próximo acontecimento que poderá se suceder, como é visto a seguir: “A #Vale acabou com #Mariana, acabou com #Brumadinho, qual será a próxima cidade??? #Fantástico” (27/01/19). Também é observado, na última *hashtag*, o que se acredita ser uma menção ao programa Fantástico, da rede Globo de Televisão. Observa-se com esse fato a influência da mídia sobre os sentidos, como discutido por Charaudeau (2013).

Alguns tuítes trazem a reflexão em relação à recorrência dos acontecimentos, questionando a sociedade brasileira sobre sua história de tragédias e a descrença com o futuro: “Brasil não aprendeu com: Escravidão, Ditadura Militar, Vazamento de óleo, Acidente com Césio, Infinitos incêndios em prédios, Rompimento de barragem de Mariana. Não vai aprender com: Incêndio no Museu Nacional, Mais uma barragem se rompendo. #Brumadinho #Vale” (27/01/19). “Brasília: desabamento parte do Eixo Monumental (2018); S.Paulo: desabamento viaduto marginal (2018), incêndio e desabamento prédio (2018); MG: rompimento barragem Mariana #BHP (2015) e Brumadinho #Vale (2019). A falta de estrutura de fiscalização faz o país desabar e nada evolui” (30/01/19). Nesse caso, fatos de diversas naturezas são convocados como uma forma de generalização de acontecimentos replicantes.

CRIME

Os tuítes que destacam o caráter criminal denunciam os acontecimentos não como um desastre, e sim como um crime ambiental ou socioambiental, levantando-se as *hashtags*, #nãofoiacidente, #foicrime e #crimeambiental. “Uma tragédia sim, mas um acidente não! O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho pode deixar mais de 350 mortos, além da destruição ambiental. #brumadinho #vale #NaoFoiAcidente #AValeÉResponsável (25/02/19). Ao denunciar o crime, alguns usuários ligavam as mineradoras a um tipo específico, o assassinato, dando uma certa personificação às empresas. “Brumadinho assim como Mariana já no esquecimento e os assassinos numa boa ... ações #Vale só sobe vai entender ...” (25/02/19). Para enfatizar o crime, alguns usuários apresentaram

aspectos que qualificam os acontecimentos com tal. “Não é mero acidente, é crime #Mariana e #Brumadinho Por falta de inspeção, autorizações não técnicas, lobby corporativo #Vale, descaso, ganância. Enquanto isso, é o #SUS, público, sempre tão atacado, que segue salvando vidas. Necessário rever essa história de setor privado herói” (28/01/19). Nota-se como fatos do passado são citados para se configurar o ocorrido, em um movimento de conexão de temporalidades para se encontrar causas do acontecimento, como colocado por Quéré (2005). Há também, como previsto pelo autor, a referência ao futuro, com exemplos de medidas para se evitar novos acidentes. “A tragédia em Brumadinho é um crime ambiental que poderia ter sido evitado caso as medidas necessárias para exploração do solo de forma segura e sustentável, e as recomendações preventivas feitas após o desastre em Mariana tivessem sido adotadas. #Vale” (01/02/19).

DEFESA

Essa categoria se difere de todas as outras por apresentar um conteúdo que defende a Vale em relação aos acontecimentos. O tuíte em questão traz uma preocupação com a destruição da imagem da mineradora. “Os acidentes foram lamentáveis, muita gente morreu. Mas, muita calma nessa hora, não precisamos e nem podemos matar a Vale. #vale #brumadinho #mariana” (21/02/19). Acredita-se que esse conteúdo se refere a uma crise financeira que a cidade de Mariana passou após as atividades da mineradora Samarco terem sido suspensas. Na ocasião, parte dos moradores da cidade ficaram preocupados pela perda de receita e empregos na cidade, como foi dito na época pelo prefeito de Mariana, Duarte Júnior (PPS).³

³ Informações disponíveis em: BBC. Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41798753>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa em questão procurou evidenciar os sentidos gerados pelas ligações semânticas feitas por usuários do Twitter mencionando os crimes socioambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho. Apoiando-se no conceito de acontecimento replicante de Babo-Lança (2012) para se entender as possíveis afetações entre eles.

A partir da análise feita, destaca-se alguns pontos em relação ao conceito e a própria pesquisa. Um deles foi a constatação de que as representações no Twitter do fato ocorrido em Mariana se caracterizam como um acontecimento replicante em relação ao rompimento da barragem em Brumadinho. Ou seja, o caso de cinco anos atrás veio à tona, por parte da mídia e dos usuários, trazendo, dessa vez, leituras em um contexto diferente.

De modo geral, nota-se que, para os usuários, as semelhanças entre os acontecimentos são um ponto significativo para que fossem entendidos como um só em vários âmbitos: número de vítimas, extensões dos estragos e indenizações não pagas. Mesmo sabendo que, inicialmente, essas ligações possam ter sido feitas pelas semelhanças na natureza dos fatos, é preciso destacar que os crimes possuem suas particularidades: o nível de destruição, o número de mortos, o impacto ambiental e as próprias circunstâncias em que cada um ocorreu. No entanto, uma vez que a Vale é uma empresa com maior visibilidade midiática, e está envolvida nos dois episódios, notamos que a replicação do acontecimento gerou um agravamento ainda maior na crise de imagem da ocorrência de Mariana, o que ocorreu primeiro e que, aparentemente, já havia sido superado.

Portanto, apesar das diferenças entre os acontecimentos, observou-se que os usuários no Twitter construíram os sentidos a partir de ligações baseadas nas similaridades entre eles. Isso, de certa forma, constrói generalizações que podem levar a equívocos, como pôde ser notado nos tuítes que culpavam somente a mineradora Vale pelo ocorrido em Mariana, apesar de outra empresa também ser responsável pela marca, a anglo-australiana BHP Billiton. Outro equívoco ocasionado pela replicação é a generalização das indenizações e sentenças, uma vez que os episódios

tiveram proporções diferentes, as consequências judiciais também devem ser distintas.

Essas replicações nos levam a pensar em uma nova situação para as equipes de comunicação das organizações em momentos de crise, isto é, além das especificidades do que precisam administrar, os profissionais precisam também ficar atentos aos outros acontecimentos associados. Embora, como visto, a replicação contribui para o acirramento da crise, ela também pode servir de fonte de dados para o entendimento dos sentidos associativos que os públicos convocam. Portanto, olhar para os acontecimentos replicantes pode dizer muito sobre como as pessoas interpretam uma crise e apontar valores sociais que para elas são importantes.

Nesse sentido, este capítulo também reflete sobre a revisão das estratégias organizacionais para além das crises, observando-se, também, os acontecimentos replicantes como forma de entender o público. Este trabalho é uma breve contribuição para outras pesquisas que também se interessam em entender o fenômeno da replicação que parece ser comum nas redes sociais digitais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona, 1977.

BABO-LANÇA, I. *Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional*. In: FRANÇA, V.R.V.; CORRÊA, L. G. (Org.). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 13-27.

ABRAP. *Manual de gestão de crise e imagem*. ABRAP, 2015. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/GuiasManuais/manual_gestao_criseeimagem.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CEFAI, D. Públicos, problemas Públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2017, vol.36, n.2, p.187213.

CHARAUDEAU, P. *Discursos das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

IBAMA. *Rompimento da Barragem de Fundão*: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Disponível em:

<<https://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=117>>. Acesso em: 8 de jul. 2019.

IBAMA. *Rompimento de barragem da Vale em Brumadinho (MG) destruiu 269,84 hectares*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/noticias/730-2019/1881-rompimentode-barragem-da-vale-em-brumadinho-mg-destruiu-269-84-hectares>>. Acesso em: 8 de jul. 2019.

FAGUNDES, J. *Leitura e construção de sentidos*: Uma proposta de sujeito leitor. Dia a dia educação, 2013. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2_013_ufpr_port_artigo_janinha_fagundes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FORNI, J. J. *Comunicação em tempo de crise*. In: DUARTE, Jorge (org.) Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria técnica. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002. p. 363-388.

FRANÇA, V; ALMEIDA, R. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. Vol. 6, nº 2. Contemporânea, 2008. 24 p. FRANÇA, V. *O acontecimento e a mídia*. Galáxia (São Paulo, online), n.24, p. 10-21, dez. 2012.

LEMONS, F. *Gestão comunicacional de crises e imagem corporativa*: uma relação de interferências na realidade da organização adventista. Congresso Adventista Latino-Americano de Pesquisadores da Comunicação (Adventcom): São Paulo, 2017.

PEREZ, K. *Para qual lado estamos olhando? Reflexões sobre o discurso da Samarco na web*. Revista da USP: Organicom, São Paulo, v. 25, p. 26- 36, 2º semestre. 2016.

PEREIRA, F. J. X. *A produção de sentidos nas redes sociais efêmeras e anônimas: o Achan e a sua lógica de funcionamento*. Juiz de Fora, 2014. 121 p. Dissertação (Mestrado em Estética, Redes e Tecnocultura) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

QUÉRÉ, L. *Entre facto e sentido*: a dualidade do acontecimento. Organicom, Lisboa, n. 6, p.59-74, 2005.

SAMARCO. *Samarco*, 2019. Sobre a Samarco. Disponível em: <<https://www.samarco.com/a-samarco/>>. Acesso em: 7 de jul. de 2019.

VALE. *Vale*, 2019. Sobre a Vale. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 7 de jul. de 2019.

O SISTEMA DE PONTUAÇÃO DE CRÉDITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Michele Pereira Rodrigues

A expansão mundial do setor de comunicações já é considerada dada. A mais recente pesquisa da União Internacional de Telecomunicações (UIT) apontou que 95% da população global já vive em áreas cobertas com rede celular (2G ou mais) e a penetração de banda larga móvel passa de 75% da população na Europa e nas Américas¹.

Logo, boa parte da parcela humana que interessa ao mercado financeiro, visto que tem acesso a certa variedade de bens de consumo e movimenta a maior parte do capital mundial, já tem acesso aos mais variados meios de comunicação, como internet e smartphones. Observando essa tendência, já há algum tempo o sentido do avanço na área de comunicações se alterou. De acordo com José Carlos Rodrigues (2006), hoje esse avanço se dá sentido ao mínimo, ao exato. Trata-se, portanto, da permeabilidade das tecnologias nas vidas dos sujeitos.

Numa sociedade mundialmente interconectada e com possibilidades grandes de acumulação de informações, ainda são recentes as discussões sobre a privacidade dos dados pessoais e o uso desses dados carece de regulações em todo o mundo. Grandes empresas notaram essa brecha e hoje adotam como ferramenta de trabalho a análise do perfil e do histórico dos consumidores ao oferecer seus produtos e serviços. Nesse contexto, avança sobre os sujeitos uma vastidão de indicações obtidas através do lastro de suas interações no ambiente digital. Pululam indicações de filmes, de eventos, de restaurantes e de amigos². Também é com base na leitura

¹ Informações disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>. Acesso em: 15 out. 2019.

² Nas redes sociais digitais, por exemplo, as indicações de conexão com possíveis amigos geram um fenômeno conhecido como “bolha”, em que o indivíduo se aproxima de pessoas

automatizada de informações que se define o preço das corridas solicitadas através de aplicativos, como o Uber, ou que se define o preço de uma hospedagem realizada através do Airbnb.

A partir dessa lógica, nota-se que cada vez mais os sujeitos são rastreáveis em seus hábitos de consumo, deslocamento, posições políticas, religiosas e assim por diante. Esses rastreamentos formam uma profusão de dados impossíveis de serem analisados pelas mãos humanas em tempo hábil. Por isso, diversos mecanismos de inteligência artificial têm sido criados num movimento que parece nos aproximar da chamada governança algorítmica, isto é, do momento em que as máquinas começam a tomar decisões que antes cabiam aos humanos. Com efeito, uma vez que um sistema é programado e entende o padrão de funcionamento desejado, é possível que ele comece a operar sem a necessidade constante de intervenção humana.

Na esteira dessa nova dinâmica, num fenômeno que contém algumas semelhanças surgem, em diversos lugares do mundo, empresas que calculam a pontuação ou *score*, que mede o quanto um determinado consumidor tende a ser um bom pagador, com base em informações sobre seu histórico financeiro. A análise desse tipo de informação promete auxiliar empresas dos mais variados ramos, como financeiras, lojas de eletrodomésticos, seguradoras e operadoras de telefonia, a decidir sobre concessão de empréstimos, financiamentos, consórcios e demais linhas de crédito.

Isto posto, pretende-se discutir aqui como se dá a dinâmica do *credit score* no Brasil a partir do modelo adotado pela Serasa Score, principal empresa do ramo no país. É abordada também a maneira como a lógica de atuação das empresas privadas pode se modificar a partir da adoção do sistema de *credit score*. A metodologia está baseada na perspectiva de estudo de caso, apontada por Robert Yin (2005).

com perfil próximo ao dele. Muito se discute sobre a eficácia desse modelo, tendo em vista que ele suprime as possibilidades de trocas com indivíduos com perfis diferentes.

Importa ressaltar a escassez de estudos sobre o sistema de pontuação de crédito no Brasil. Quando há, a abordagem está mais voltada para o campo das ciências econômicas e da análise estatística, quando geralmente se propõem modelos com menos probabilidade de erro, e não do campo do consumo e das ciências sociais como se almeja aqui.

A RELAÇÃO HOMEM-OBJETO NA ERA DIGITAL

Um dos principais elementos que reflete a ação humana são os objetos. Essa relação parte do reconhecimento humano de suas limitações e da necessidade de criar ferramentas que o auxiliem a lidar com o mundo. A partir da chamada revolução digital, Lucia Santaella (2013) aponta que a relação homem-objeto deixa de ser dicotômica, uma vez que os objetos se tornam seres emergentes, dotados de inteligência e sensorialidade. Antes sencientes, os objetos passam cada vez mais a interagir com as pessoas e entre si, gerando um universo informacional cada vez mais complexo e multifacetado, passível de ser explorado tanto para fins comunicacionais quanto cognitivos. Para a autora, o contexto web revoluciona a maneira como as pessoas interagem com as tecnologias, mas também na forma como se codificam as informações: “Os espaços multidimensionais, que as redes fizeram emergir, têm um impacto significativo na aquisição personalizada e customizada do conhecimento” (SANTAELLA, 2013, p. 14).

As possibilidades digitais estendidas aos objetos³, ainda segundo Santaella, reconfiguram nossa percepção espaço/tempo, gerando o que a autora chama de hipermobilidade. Para ela “Estamos, ao mesmo tempo, em algum lugar e fora dele. Tornamo-nos intermitentemente pessoas presentes-ausentes.” (2013, p. 16). Por essas questões, Santaella defende que a condição humana contemporânea passa pela ubiquidade.

³ Também conhecida como internet das coisas.

Na interação com esses objetos, um sem fim de dados são gerados, através de transações bancárias, uso de cartões de crédito, aceite de termos de uso para acesso a softwares (sem o qual muitas vezes é impossível acessá-los), além de preferências quanto a programas de televisão, frequência de compra e gasto médio em supermercados, deslocamentos diários e conversas telefônicas. Muito se especula que caminhamos para um modelo em que as máquinas serão capazes de aprender sobre nossos gostos e nos propor iniciativas nas mais diversas frentes.

Todo esse processo se dá de forma gradual, o que impele que as pessoas se acostumem cada vez mais com a presença da tecnologia em seus cotidianos. Isso evita o estranhamento e a resistência frente àquilo que é radicalmente novo. De início, os aparelhos celulares podiam armazenar nossa lista de contatos. Agora, já com o acesso à internet, de certo modo, democratizado, toda sorte de mídias pode ser guardada e acessada a partir de diferentes lugares. Curiosamente, caminhamos para um momento em que enquanto o espaço virtual se amplia, o físico fica menor, haja vista o tamanho das residências que tem diminuído sistematicamente.

Com todo esse frenesi na busca por informações de possíveis clientes, preservar os dados se tornou um valor importante para os usuários e as empresas, com investimentos que se superam a cada ano, buscam obter a confiança do mercado acerca do uso legítimo dos dados a que têm acesso. Mas a questão é mais ampla e se estende, também, ao âmbito político, vide as desconfianças mundiais acerca do uso indevido de dados pela britânica Cambridge Analytica com o intuito de influenciar resultados da eleição presidencial americana de 2016, da qual Donald Trump saiu vencedor. A companhia nega que tenha usados os dados para interferir no pleito.

A partir do exposto, pode-se inferir que vem se desenhando um modelo econômico, político e social baseado na recolha e análise de dados, antes restritos à vida privada. Os governos, as empresas privadas e demais instituições com acesso a essas informações podem usá-las para exercer certa influência na decisão de compra de um produto ou mesmo para estimular certos posicionamentos individuais ou coletivos. Em suma, quem tem informação, tem poder.

AS SUTILEZAS DO CONTROLE EM SUA VERSÃO UBÍQUA

Cabe, numa análise sociológica como a que pretendemos, expor algumas considerações sobre o que se entende como poder. Pioneiro nos estudos sobre o tema, o sociólogo alemão Max Weber, defende em *Economia e Sociedade*, publicado pela primeira vez em 1922, que a influência pode se dar de duas formas. A primeira delas é o poder, que consiste na capacidade de induzir ou influenciar o comportamento de outra pessoa e acontece de três maneiras: a coerção, como ameaça; a manipulação, que é mais sutil que a anterior, porque muitas vezes o sujeito não percebe estar sendo vítima de manipulação, e, por último, a aplicação de normas estabelecidas. Já a dominação, segundo Weber, é o direito adquirido de se fazer obedecer e exercer influência dentro de um grupo (Weber, 2000).

A dominação pode fundamentar-se como motivo de submissão a tradições e costumes institucionalizados, situação que Weber chama de autoridade tradicional, e que acontece, por exemplo, nas monarquias, onde o poder advém do fato de o sujeito ser filho de um rei, ou nas tribos indígenas, onde o mais velho assume o posto de pajé, um líder sábio e visto como um orientador pelos demais. Outro tipo de dominação está ligado à autoridade racional-legal, em que regras são estabelecidas racionalmente e aceitas por todos, como no caso de um patrão, que detém autoridade sobre seus funcionários, ou a polícia, que faz cumprir as leis de um país. O último caso decorre das qualidades excepcionais de determinados indivíduos e é chamado de autoridade carismática. Grandes líderes religiosos, como Jesus Cristo, ou os que se tornaram exemplos para a humanidade, como Nelson Mandela, se encaixam nesse tipo. A partir do exposto, podemos apreender que a influência decorre tanto de uma situação empírica, no caso da submissão às leis e as sanções resultantes de seu descumprimento, como da capacidade simbólica, como ocorre no caso da autoridade carismática, em que a subordinação do sujeito se dá de maneira espontânea, sem prejuízo a quem não se deixa influenciar.

No que tange às formas de exercer influência, atualmente, predomina um modelo que pressupõe a democracia e a igualdade entre os sujeitos. Podemos observar isso ao analisar o caso de grandes empresas

privadas que agem através do sistema de autoridade racional-legal, mas buscam uma aparente horizontalização da tomada de decisões, com a figura do líder se portando como um facilitador do trabalho dos demais. Essa sensação de participação pode parecer mais acentuada do que de fato é. Entende-se, portanto, que hoje, o sujeito que reúne as características de um líder carismático tende a obter mais sucesso pois “conquista” um número maior de pessoas. O mesmo acontece com empresas e modelos de ação que se presumem democráticos.

Ao discorrer sobre essa tendência à aceitação maior de líderes que pareçam democráticos, Foucault assegura que se a função do poder fosse só reprimir, agindo através “da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil” (1979, p. 147). Por conseguinte, importa àqueles que detêm o poder que outros sujeitos se voluntariem por sua causa, através de seu desejo, o que pode acontecer através da influência.

Em diferentes obras, Foucault e Deleuze apontam uma importante virada no modo de vida ocidental. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) trata das sociedades em um tempo em que as instituições poderiam ser caracterizadas como disciplinares. Nesses moldes, as instituições exerciam seu poder através de opressão. A Igreja Católica, por exemplo, impôs por séculos aos seus fiéis, condutas extremamente severas sob pena de condenação divina e perpétua. Por sua vez, os governos da Roma antiga aplicavam penas rigorosas em praça pública na tentativa de coibir os cidadãos de cometer crimes.

Na contemporaneidade, Deleuze (2000) acredita que as sociedades disciplinares sucumbiram a um mecanismo mais sutil de poder, chamado de sociedade de controle, onde os próprios indivíduos internalizam o controle e colaboram para que ele ocorra, vide o hábito de publicar nas redes sociais

as atividades diárias e, também, a instalação de câmeras nas casas e empresas. É como se vivêssemos numa inversão do panóptico de Bentham⁴.

A percepção de controle se acentua de tal modo que os indivíduos se tornam seus próprios vigilantes. Nesse sentido, a ideia de sucesso na pós-modernidade pode ser compreendida como uma combinação de fatores como o culto à alimentação saudável, a prática de esportes, a busca pelo corpo perfeito, pelo relacionamento amoroso perfeito, o culto à beleza e a supervalorização do empreendedorismo, aliado à imposição de metas pessoais cada vez mais difíceis de serem alcançadas, num processo de normatização da felicidade.

De certo modo, podemos concluir que todo esse controle sobre a vida dos indivíduos dá a eles, ainda que de forma inconsciente, uma falsa sensação de segurança e de previsibilidade dos fatos. Talvez por isso, não se veem grandes movimentos de resistência ou negação desse controle. Atua-se numa espécie de servidão voluntária, num paralelo às palavras de Étienne de La Boétie.

A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA PREDOMINANTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Partimos do pressuposto que o conceito de cultura se dá na troca, nem sempre igualitária, entre os sujeitos. Essa troca, como propõe o já citado José Carlos Rodrigues (2006), ocorre em algum lugar entre o máximo da igualdade e o máximo da diferença. No extremo desse pensamento, dois iguais não têm o que trocar, visto que suas semelhanças estão dadas. Dois excessivamente diferentes, por sua vez, também não têm o que trocar, visto que suas diferenças não permitem nem mesmo um entendimento recíproco.

⁴ O panóptico foi um modelo de vigilância criado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, que permite a um vigilante observar todos os prisioneiros numa cadeia. A ideia de inversão do panóptico reflete sobre a possibilidade de que todos poderiam exercer a vigilância e, também, ser vigiados, principalmente por conta dos avanços nas tecnologias de informação.

Há de existir um meio termo, que é o campo onde circula a comunicação e a troca.

Seguindo essa lógica, Rodrigues (2006) aponta um paradoxo interessante na sociedade atual. Ao mesmo tempo em que ela é calcada na cultura de massa, emerge nela um comportamento extremamente individualista, em que os sujeitos buscam deixar marcas de sua personalidade em suas ações. Isso se explica a partir da noção de que, no extremo da homogeneização da cultura de massa, que dá às pessoas certa segurança (visto que são todos iguais), a busca das pessoas é por alguma diferenciação. Isso quer dizer que a mesma cultura que se funda na igualdade, promove uma busca incessante pela desigualdade, seja na aparência, através dos corpos, nas tatuagens, nas roupas, ou no campo simbólico, por meio de seus hábitos de consumo, culturais ou nas posições políticas e religiosas que adotam.

Uma das faces desse fenômeno está ligada à personalização do consumo, em que a publicidade tem investido muito. As empresas privadas, portanto, já perceberam essa lógica e, ao mesmo tempo em que dirigem seus anúncios às massas, parecem falar a cada um, o que é visto de forma positiva, já que, como dito há pouco, os sujeitos buscam alguma diferenciação dos demais.

Muitos dos hábitos de consumo, então, já são rastreáveis através da observância do *big data*, isto é, do conjunto de dados que os sujeitos fornecem a partir de suas interações digitais. Essa leitura é realizada através do uso de algoritmos que se caracteriza por “uma sequência finita de instruções precisas e não ambíguas, que podem ser executadas em um intervalo de tempo e uma quantidade de esforço finitos e com o objetivo de resolver uma classe específica de problemas.” (GINDRE, 2018, p. 2). A leitura desses dados e a tomada de decisão sobre o que ofertar ao consumidor passam pela política variável de preços, em que um dos fatores é a possibilidade de o cliente arcar ou não com a dívida, se dá através do método indutivo.

Esse método, ao qual se dedicam os teóricos da Teoria do Conhecimento, trabalha com a ideia de que há padrões de ocorrência nas situações e que através desses padrões é possível prever situações futuras. A

indução deriva do positivismo, sistema criado por Auguste Comte e que entre seus pilares defende que a observação sequencial de fenômenos permite derivar leis de uma forma indutiva. Um dos autores que questionam esse modelo é Karl Popper, em seu livro *A lógica da pesquisa científica* (1993). Nessa obra, Popper usa de um argumento simples, mas suficiente para contestar o método indutivista. O autor nota que até 1697, quando uma expedição na Austrália observou a existência de cisnes negros, acreditava-se que todos os cisnes eram brancos, uma vez que a observação sequencial deles sugeria essa inferência. A partir da crítica dessa percepção, Popper cria o método hipotético-dedutivo que consiste na proposição de uma solução para um problema, que sofre falseamento, ou seja, é testada. Com essa proposta, Popper faz com que a possibilidade do erro se torne presente no modo de pensar científico, em vez de ser um mal a ser evitado.

Apesar da prevalência do método hipotético-dedutivo, atualmente, a lógica algorítmica recupera e tem se baseado no método indutivo ao buscar certa coerência e verossimilhança no comportamento humano, mesmo que esse método não constitua uma previsão exata e suficiente para, por exemplo, resolver as demandas das pessoas e das empresas na oferta de produtos e serviços. Como toda ferramenta nova, observa-se certo frenesi diante das tantas possibilidades de solução que ela pode apresentar. Certamente, há avanços consideráveis, se faz importante ponderar que um número muito restrito de novas ferramentas representa, de fato, mudanças de paradigmas.

O MODELO DE *CREDIT SCORE* BRASILEIRO

Antes de prosseguir a discussão faz-se necessário qualificar a noção de crédito presente nesta pesquisa.

A concessão de crédito constitui uma prática na qual pessoas jurídicas que possuem um bem o confiam àqueles que não o possuem, como estratégia de obtenção de vantagens, como o lucro. A concessão de crédito permite a movimentação da economia e, portanto, é incentivada e regulada pelo Estado. Através dessa prática, por exemplo, é possível adquirir um

equipamento financiado para uma fábrica, na tentativa de tornar suas práticas mais eficientes, o que pode aumentar seu lucro e, por consequência, gerar receitas para o setor público, através da arrecadação de impostos. O ciclo do crédito se encerra quando o tomador de crédito o devolve, muitas vezes arcando com juros, que recompensam aquele que concedeu o crédito.

Quando essa devolução não ocorre e há prejuízo para o credor, o nome do tomador de crédito fica negativado e, sendo assim, ele não tem direito de acesso a crédito. As empresas privadas, então, trabalham com o fator risco de crédito, na tentativa de evitar um calote. Tradicionalmente, isso é feito pela consulta de adimplência, que no Brasil ocorre através de órgãos como o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e a Serasa Experian. Esses órgãos permitem a consulta do nome do consumidor e dão à concedente de crédito a informação de que esse nome está “limpo” ou “sujo”. Na prática, o sistema se limita a averiguar se o consumidor tem ou não uma dívida vencida.

Há alguns anos, outro regime, o de *score de crédito*, vem sendo difundido, como forma de aprimorar a análise de crédito. O *score* é o resultado dos hábitos de pagamento e relacionamento do cidadão com o mercado de crédito. A criação de empresas do gênero no Brasil segue uma tendência mundial, em que se destacam os modelos adotados em países como a China⁵, o Canadá⁶ e os Estados Unidos⁷. De acordo com Lewis (1992), a história do *credit score* remonta a 1945, quando foi desenvolvido o primeiro modelo estatístico de análise de crédito. Desde então, fatores como a massificação do acesso ao crédito tem exigido mais objetividade e velocidade nas análises, o que é facilitado pelo avanço das tecnologias digitais.

⁵ O modelo chinês conhecido como Zhima leva em conta diversos fatores, inclusive os amigos que o sujeito tem nas redes sociais. Isso porque presume-se que amigos de maus pagadores tendem também a ser maus pagadores.

⁶ Já o modelo canadense toma em consideração o uso do cartão de crédito para definir o *credit score*. Se a pessoa não usa o cartão, ela não é pontuada.

⁷ O modelo mais conhecido de *credit score* estado-unidense é o FICO.

Em geral as empresas que realizam *credit score*, sejam elas varejistas ou financeiras⁸, defendem inúmeros benefícios que o *score* pode trazer. O argumento principal é de que numa economia dinâmica como a atual, em que há diversas linhas de crédito e certa facilidade de acesso a elas, um único critério já não é suficiente para definir se o cliente será considerado um bom consumidor, o que significa que arcará com suas dívidas.

A equação que gera o *score* considera os pagamentos de dívidas em dia, mas, além disso, baseia-se na análise de fatores como o histórico de dívidas negativadas, relacionamento financeiro com empresas e dados cadastrais atualizados. Alguns modelos de *score* observam ainda dados como idade, profissão, estado civil, endereço e renda do consumidor.

A pontuação vai de 0 a 1000 e quanto mais alta estiver, mais indica que o consumidor é um bom pagador. Para as pessoas jurídicas, o benefício está estritamente ligado à análise do risco em conceder crédito, pois é possível observar e prever, com base no histórico do consumidor, a tendência para o cumprimento de suas dívidas. Já para o consumidor, as empresas de *score* alegam que a informação ajuda no controle da vida financeira ao apontar situações em que o consumidor deve estar atento, como o atraso no pagamento de dívidas.

No Brasil, uma das principais empresas que trabalham como o sistema de *score* é a Serasa⁹. O modelo do *score* da Serasa é dinâmico, isto é, atualiza todas as vezes que se faz uma consulta sobre ele. Através do site da empresa, além de consultar o *score*, é possível realizar um comparativo com consumidores na mesma faixa etária e residentes na mesma região. A

⁸ No Brasil, desde a década de 1990, o modelo de concessão de crédito passou por um processo de terceirização que transferiu o risco do não pagamento das dívidas às empresas do setor financeiro, a partir da inserção dos cartões de crédito nas transações financeiras. Sendo assim, na maioria das vezes em que há parcelamento da dívida, o consumidor contrai a dívida com as financeiras e não diretamente com a loja em que adquiriu o produto.

⁹ Disponível em: <https://www.serasaconsumidor.com.br/ensina/aumentar-score/o-que-e-score-de-credito/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

finalidade é verificar a pontuação em comparação com perfis próximos. Outro recurso disponível é o número de consultas feitas por empresas ao nome do consumidor.

Apesar do crescimento na adoção do critério de *score*, a lisura na definição das pontuações é bastante questionada. No caso brasileiro, a justiça já foi acionada em várias oportunidades por consumidores que se sentiram lesados diante das pontuações recebidas¹⁰. Isso porque, as empresas de análise de crédito não explicitam a metodologia que leva ao *score*. A título de exemplo, quando se realizam os comparativos mencionados há pouco, não é possível consultar quantos consumidores foram analisados; o que se considera como faixa etária; ou mesmo os limites do que se chama de região em que os consumidores estão inseridos. Da mesma forma, não se tem acesso aos nomes das empresas que consultaram o *score* do consumidor. A informação disponível se restringe ao número de consultas realizadas no último mês.

Esse não é, portanto, um sistema consolidado a partir de uma única metodologia. Cada empresa que trabalha no modelo de *credit score* tem critérios próprios na criação dos *scores* e, do mesmo modo, as empresas que utilizam os *scores* como ferramenta de trabalho têm liberdade para tomar suas decisões. Efetivamente, isso significa que um *score* alto não garante o acesso ao crédito, tampouco um *score* baixo inviabiliza esse acesso.

Desse modo, o modelo de *credit score* adota um discurso de objetividade, que é valioso para a dinâmica social atual, visto que parece ser mais democrático. Entretanto, na prática, isso não ocorre. Não há dúvidas de que o sistema sofisticada a análise de crédito ao analisar uma série de variáveis. Mas não há informações sobre todas essas variáveis consideradas para a definição do *score*. Quais dados são utilizados? Quais suas fontes? Como foram conseguidos?

¹⁰ Alguns dos processos judiciais envolvendo o tema podem ser consultados através do endereço: <https://www.conjur.com.br/2018-dez-08/opiniaosistema-score-credito-violadireitos-consumidor>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia baseada na *machine learning* parece inaugurar uma nova fase do liberalismo, em que há uma tendência das empresas, cada vez mais, se tornem dependentes da inteligência artificial. A quantidade de dados disponíveis e a velocidade das demandas dos clientes impõem às empresas, que atuam em grande escala, uma rapidez de processamento que vai além das possibilidades de análise humana. É assim que se aproxima o momento em que as máquinas realizam o trabalho de leitura de dados e, já em muitos casos, decidem sobre a oferta de produtos. Como o fenômeno é bastante recente, ainda é difícil prever como se desenvolverá.

O que se percebe, então, é um avanço do controle sobre os sujeitos, a ponto de eles não terem clareza do que é feito das informações que fornecem sobre si mesmos em suas interações digitais. No que se refere a leis sobre esse setor, no Brasil, em 2014, entrou em vigor o Marco Civil da Internet, mas uma lei ainda mais específica, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), começou a valer em 2020. No que tange ao ponto discutido neste trabalho, um dos principais pontos que a LGPD defende é o de que as relações em ambiente digital também devem estar pautadas no Código de Defesa do Consumidor. Há um avanço, visto que em muitos países ainda nem se discute de forma organizada o assunto. Todavia, também há muito o que se fazer.

Tradicionalmente, o que se vê é que há grande preocupação com a transparência na prestação de contas no setor público, mas não no privado. Contudo, considerando os impactos sociais, ambientais e econômicos advindos do avanço no uso desse tipo de tecnologia sobre a lógica de atuação das empresas privadas, nos perguntamos se não seria necessário exigir mais transparência nos critérios adotados pelos modelos de *credit score*.

A Uber, por exemplo, que foi citada na introdução deste trabalho, adota as informações dos usuários na definição de seus preços, mas alega que a maneira como esses preços são definidos se trata de segredo comercial. É nesse tipo de situação que as leis do setor devem se fazer valer.

Por último, importa acrescentar que o modelo do *big data*, da *machinelearning* ou análise de dados através de inteligência artificial mostra-se eficiente em muitos aspectos, sendo o mais palpável deles o do consumo, mas não exclui a necessidade de aprofundamento da semântica na leitura, que pode evitar ou, ao menos, minimizar distorções do modelo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mauro Correa. *Estratégias para o desenvolvimento de modelos de credit score com inferência de rejeitados*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Matemática e estatística da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45133/tde-14102008-204609/publico/DissertacaoMauro.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2019.
- CARVALHO, Pedro da Costa. *CreditScoring*. Monografia (Graduação). Departamento de economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Pedro_da_Costa_Carvalho.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2019.
- DE LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. Comentários: Claude Lefort. Pierre Clastres e Marilena Chauí. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GINDRE, Gustavo. *Rumo à governança algorítmica - análise sociotécnica dos algoritmos de credit score: o caso chinês*. Disponível em: https://www.2018.sh.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538687699_ARQUIVO_O_Scientiarum-2018-GustavoGindre.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2019.
- LEWIS, E. *Na Introduction to Credit score*. Califórnia: Fair Isaac. 1992.
- POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993.

RODRIGUES, José Carlos. *Comunicação e significado*. Rio de Janeiro: Mauad X: Editora PUC-Rio, 2006.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação Ubíqua - Repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Editora Paulus, 2013.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

EFEITOS ESPECIAIS GERADOS EM TEMPO REAL BASEADO NO SISTEMA DE PARTÍCULAS DO MOTOR DE JOGOS UNITY3D, APLICADO A ESTÚDIO VIRTUAL

Sérgio Carlos Portari Júnior

Rodrigo Daniel Levoti Portari

Antônio Carlos Sementille

Os setores de televisão e cinema estão cada vez mais buscando maneiras de produzir conteúdos atrativos ao público a custos menores. As produções que combinam imagens do mundo real com animações virtuais em 3D com maior qualidade têm sido exploradas, produzindo resultados que cada vez mais dificultam a identificação das partes reais e virtuais. (GRAU et al., 2017).

Em um *pipeline* tradicional, animações virtuais e efeitos especiais são inseridos apenas na etapa de pós-produção, o que pode causar uma série de problemas para atores e diretores no momento da captura das imagens, pois existe a dificuldade de determinação de um ponto de referência que indica onde a animação estará inserida na produção final (AGUILAR; EMENTILLE; SANCHES, 2019).

Com a utilização de estúdios virtuais, têm-se novas possibilidades criativas em design de cenários e efeitos visuais, principalmente em tempo de produção. Por exemplo, como estúdios virtuais podem operar em tempo real, os envolvidos em uma produção podem ver os resultados imediatamente sem esperar possíveis atrasos extensos de pós-produção. (GIBBS et al., 1998).

Em se tratando desses efeitos visuais, não é fácil criar uma simulação convincente que misture elementos reais, tais como atores ou objetos

cenográficos, e elementos de efeitos visuais virtuais, como fumaça, água ou fogo. Existem poderosos motores gráficos que utilizam os recursos das GPUs¹, os quais tentam reproduzir esses efeitos visuais com utilização de partículas simuladas desses elementos (YONGSONG; XIANJUN, 2011).

O projeto ARSTUDIO 2.0, desenvolvido no laboratório SACI (Sistemas Adaptativos e Computação Inteligente), campus da UNESP, de Bauru, como dissertação de mestrado de Ivan Abdo Aguilar, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Sementille (AGUILAR, 2017), descreve um estúdio virtual que utiliza técnicas de realidade aumentada no motor de jogos² Unity3D³. Um dos pontos elencados como trabalhos futuros é a implementação e “uso de efeitos de partículas (fumaça, fogo, neve, chuva, entre outros) para aumentar a abrangência do sistema com os efeitos especiais”.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é realizar o estudo e desenvolvimento de um sistema de efeitos especiais, para aplicação em tempo real, com o uso do sistema de partículas do Unity3D (UNITY3D, 2019), visando o aperfeiçoamento do sistema ARSTUDIO 2.0.

SISTEMAS DE PARTÍCULAS E UNITY3D

O Unity3D possui sistema de partículas completo. Esse fato pode ajudar os desenvolvedores a criar aplicações com simulações de efeitos especiais interessantes e realistas. Um sistema de partículas é uma técnica que une simulação física e pequenos gráficos em movimentos (*sprites*), ou

¹ Graphics Processing Unit – Unidade de Processamentos Gráficos - processadores dedicados para a renderização de gráficos em tempo real, presente nas modernas placas de vídeo de computadores.

² Um software, normalmente utilizado para a geração de jogos digitais, que contém, pelo menos, componentes como um sistema de renderização de gráficos 3D, um sistema de física e um sistema de áudio (GREGORY, 2009).

³ Um motor de jogos, desenvolvido pela empresa Unity Technologies, que tem suporte para uma gama de plataformas (GREGORY, 2009).

modelos 3D, ou outro tipo de objeto gráfico, para simular certos tipos de fenômenos naturais que são difíceis de serem reproduzidos com uma renderização convencional (ZHANG; HU, 2017).

Para os autores, o processo de estabelecimento do sistema de partículas no Unity3D é o seguinte:

- A hipótese da composição de partículas. As partículas em um sistema de partículas têm formas contínuas ou discretas em seu espaço e funcionam constantemente, têm distribuição no espaço e no tempo;
- A hipótese da relação entre partículas. Uma é a partícula no sistema de partículas que não se cruza com outros objetos na cena, a outra é não interceptável e impenetrável entre as partículas.
- A hipótese das propriedades das partículas. Cada partícula no sistema não é abstrata, todas elas têm um número de propriedades.
- O mecanismo de vida útil das partículas. Cada partícula em um sistema de partículas tem uma vida útil.
- O mecanismo de movimento das partículas. Partículas está sempre se movendo em sua vida.
- O algoritmo de desenho de partículas. (ZHANG; HU, 2017)

Ainda segundo os autores, um sistema de partículas não é considerado um sistema estático simples, pois com o passar do tempo as partículas mudam de forma, se movem continuamente e novas partículas se juntam ao sistema, enquanto outras são removidas. Para dar mais realismo ao sistema de efeitos visuais baseados em partículas, os posicionamentos randômicos das partículas são simulados por funções matemáticas para controlar as suas trajetórias. Como exemplo, podemos citar um algoritmo que simula a trajetória de fogos de artifício virtuais com sistemas de partículas, conforme proposto por DONG, ZHAN; ZHANG (2010).

Os autores supracitados descrevem que a queima de fogos de artifício é dividida em duas etapas: subindo e explodindo. Os fogos de artifício partirão de um ponto próximo ao solo, chamado ponto de ignição (próximo ao eixo $y = 0$), e terão um ponto de explosão randômico no ar (eixo $y > 0$). Quando a partícula está subindo do ponto de ignição em direção ao ponto de explosão, a velocidade e a posição da partícula são atualizadas da seguinte forma:

$$\begin{cases} V_x^t = 0 \\ V_y^{t+1} = V_y^t + \int_t^{t+1} a dt \\ V_z^t = 0 \end{cases} \quad (1) \quad \begin{cases} P_x^t = xtemp \\ P_y^{t+1} = P_y^t + \int_t^{t+1} V_y dt \\ P_z^t = ztemp \end{cases} \quad (2)$$

Nas equações (1) e (2), V_x^t e V_y^t representam os componentes de velocidade nas direções dos eixos x e y no instante t , a representa o componente da aceleração no eixo y , considerado $a=-2.0$ no experimento, P_x^t e P_y^t representam a posição no instante t .

Quando a partícula estiver explodindo no ponto de explosão, a velocidade e posição das partículas obedecerão às equações:

$$\begin{cases} V_x^t = Xspeed \\ V_y^{t+1} = V_y^t + \int_t^{t+1} a dt \\ V_z^t = Zspeed \end{cases} \quad (3) \quad \begin{cases} P_x^{t+1} = P_x^t + \int_t^{t+1} V_x dt \\ P_y^{t+1} = P_y^t + \int_t^{t+1} V_y dt \\ P_z^{t+1} = P_z^t + \int_t^{t+1} V_z dt \end{cases} \quad (4)$$

Os componentes $Xspeed$ e $Zspeed$ irão variar de acordo com o tipo de geométrico em que o fogo de artifício terá na renderização. O mais comum é a geometria esférica, e é calculado de acordo com as fórmulas:

$$Xspeed = R * \cos \frac{\theta}{2} * \pi \quad (5) \quad Zspeed = R * \cos \frac{\theta}{2} * \pi \quad (6)$$

Nas equações (5) e (6), R é o raio das esferas a serem renderizadas, e o ângulo θ é utilizado para controlar a direção do movimento, e varia de 0 a 360.

Para dar efeito real e uma boa continuidade entre os frames, DONG, ZHANG e ZHANG (2010) sugerem ainda que seja utilizada uma textura, no momento da renderização, adicionada às partículas geradas colocadas em primeiro plano. Com a utilização das texturas também será possível obter diferentes formas de simulação de explosões apenas com a mudança dessas texturas.

Para finalizar, os autores sugerem a utilização de um parâmetro que controla o tempo de vida das partículas, em que cada partícula ativa vai decrementando esse parâmetro até atender a uma determinada condição programada, quando a partícula deve ser retirada da cena.

O objetivo principal deste trabalho é realizar o estudo do sistema de partículas do Unity3D (UNITY3D, 2019) na criação de sistemas de efeitos especiais, para aplicação em tempo real em estúdios virtuais, visando primordialmente o aperfeiçoamento do sistema ARSTUDIO 2.0 proposto por Ivan Abdo Aguilar (AGUILAR, 2017).

Espera-se que, com o estudo, seja possível desenvolver um sistema de efeitos especiais para chuva, neve, fumaça e outros, a partir do sistema de partículas do Unity3D, fazendo com que as partículas se adaptem aos objetos virtuais inseridos na cena.

Para realizar os testes, será necessário integrar o sistema de efeitos especiais desenvolvido ao ARSTUDIO 2.0, utilizando as informações de profundidade obtidas dos sensores desse sistema, para trabalhar a malha de silhuetas de atores em tempo real e fazer as partículas se adaptarem a essas malhas na cena.

A utilização de estúdios virtuais em produção de conteúdos para TV e cinema já está consolidada. Existem diversas soluções a baixo custo que permitem desde pequenos produtores a grandes estúdios trabalharem com essa tecnologia.

Conforme mostrado ao longo dos anos, desde GIBBS et al. (1998), que realizou um estudo das tecnologias de estúdios virtuais em seu desenvolvimento, as possibilidades que cresciam com essa nova ferramenta para as produções mais ágeis e com qualidade, até GRAU et al. (2017), que apresenta uma versão consolidada de estúdio virtual, o *pipeline* da produção do conteúdo em estúdio virtual segue o mesmo *pipeline* dos estúdios tradicionais, em que os efeitos especiais são inseridos na pós-produção.

Com a utilização de motores de jogos para realizar o retorno do conteúdo em tempo real para diretores e atores, já demonstrados como viáveis, como visto, por exemplo, em GOUSSENCOURT; BERTOLINO (2015), AGUILAR (2017) e em GRAU et al. (2017), espera-se que a aplicação dos efeitos especiais em tempo real proporcione efetivo ganho nos custos de produção, reduzindo o tempo em pós-produção e permitindo melhores resultados, com melhores acertos nos registros de posicionamento dos efeitos especiais junto a objetos virtuais ou atores na cena.

METODOLOGIA

Um dos objetivos deste trabalho refere-se a adicionar o sistema de efeitos especiais ao projeto ARSTUDIO 2.0 (AGUILAR, 2017), com a utilização do sistema de partículas presentes no UNITY3D (UNITY3D, 2019). Então, para um melhor desenvolvimento, o trabalho será dividido em quatro etapas distintas.

Na primeira etapa, será desenvolvido um estudo sobre o sistema de partículas do motor de jogos Unity3D (UNITY3D, 2019), bem como a criação de um protótipo independente do ARSTUDIO 2.0, de Aguilar (2017).

Em seguida, na segunda etapa, serão realizados estudos aprofundados sobre os efeitos especiais em produções para TV e cinema, suas etapas, métodos e procedimentos, adequados a produções em estúdios tradicionais e virtuais.

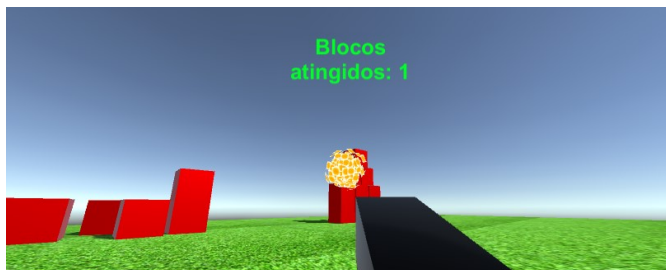
Na terceira etapa, será realizado um estudo completo sobre o ARSTUDIO 2.0, de Aguilar (2017), seu funcionamento e seu desenvolvimento.

Por fim, a quarta etapa consiste em desenvolver a integração do protótipo criado na terceira etapa, com o ARSTUDIO 2.0 (AGUILAR, 2017), realização de testes e análise de seus resultados.

O estudo encontra-se no início da segunda etapa. Alguns testes com o sistema das partículas do Unity3D (apresentado na seção anterior) mostra que os motores de jogos permitem criações de efeitos especiais diversos, uma vez que sua finalidade é a criação de mundos virtuais complexos que simulam a realidade.

Na figura 1, é possível ver uma esfera de fogo, ao centro, em uma aplicação desenvolvida no Unity3D para teste do sistema de partículas, que simula a destruição (em forma de explosão) do objeto atingido por um disparo feito pelo usuário.

Figura 1: Teste de partículas no Unity3D.



Fonte: Os autores

A partir dessas considerações, o que podemos pretender com a utilização de modelos virtuais que podem ser aplicados em tempo real em um estúdio de televisão? Quais são as implicações e possibilidades que se descortinam para esse meio que com a concorrência das mídias digitais têm se desdobrado para garantir a audiência dia após dia? Questões como essas serão exploradas no decorrer das próximas páginas, demonstrando como a mídia jornalística pode se valer das inovações tecnológicas para se reinventar e apresentar diversidade em seus conteúdos.

TECNOLOGIA EM ESTÚDIO A SERVIÇO DA INFORMAÇÃO

A televisão, enquanto meio audiovisual, vale-se de todas as possibilidades para conquistar seu telespectador. Nos programas jornalísticos, o mesmo princípio se aplica: não se trata apenas dos apresentadores em bancada chamando as reportagens produzidas por repórteres nas ruas, mas de todo um aparato que envolve diversas tecnologias, câmeras, animações, telões, entre outras tecnologias que agregam ao conteúdo ofertado na tela para o espectador.

O ambiente da apresentação de um telejornal diz muito sobre o perfil do programa que se está assistindo e ainda traz informações adicionais a quem está do outro lado da tela. Guimarães (2003), por exemplo, observa, no estudo das cores na mídia, que há um código cromático presente em cada uma das edições dos telejornais da Rede Globo de Televisão, os quais acompanham as horas do dia em que são apresentados:

De volta aos estúdios de televisão, as cores podem ainda representar cenograficamente os períodos do dia e participar do cotidiano do telespectador: os telejornais da Rede Globo conseguem esse efeito acompanhando a passagem do tempo por meio de cores, que vão da luminosidade do amarelo do nascer-do-sol até o azul-negro da noite profunda do último telejornal. (GUIMARÃES, 2003, p. 145)

Percebe-se que a difusão das informações no âmbito do jornalismo vai muito além daquilo que é dito ou narrado pelos repórteres, devendo se levar em conta toda uma conjuntura cenográfica que compõe a informação que será transmitida. Conscientes de que, além dos apresentadores, o ambiente construído influencia na percepção, comumente os programas televisivos promovem alterações em seus estúdios jornalísticos, buscando trazer inovações tecnológicas que permitam dar maior dinamismo ao programa, agregando também um valor de “contemporaneidade” a esses programas, mesmo que estejam no ar com o mesmo nome há quase 50 anos.

Os atuais modelos de cenários jornalísticos que temos, desenvolveram-se em cima de dois fatores: avanços tecnológicos nos equipamentos de transmissão ao vivo e a chegada, difusão e consolidação das imagens em alta definição pelo país. Mesmo com um atraso no cronograma e, considerando que parte do país ainda não receba o sinal local com a qualidade de HDTV, é fato que a mudança no formato das transmissões influenciou bastante na preocupação com estúdios e cenários.

Já em 2006, antes mesmo da chegada efetiva do sinal digital à casa dos brasileiros, PATERNOSTRO já nos preparava para as mudanças que chegariam:

A HDTV, a High Definition Television ou a televisão de alta definição, é uma das maiores mudanças tecnológicas desde o aparecimento da TV em cores. Ela traz imagens mais amplas, mais detalhes, contraste e definições iguais à imagem do cinema. Comparada aos padrões de televisão que assistimos até agora, a imagem HDTV tem uma definição de luminosidade vertical e horizontal muito superior. [...] A imagem da TV de alta definição chega a conter cinco vezes mais informação do que a imagem da TV convencional. (PATERNOSTRO, 2006, p. 66-67)

Considerando que, entre este texto e o início dos anos 2000, temos hoje transmissões em ultra alta definição (4k) no Brasil e, em países como Japão e Inglaterra, já se transmite imagens televisivas em super ultra alta definição (8k).

Percebe-se, então, que junto com esse ritmo acelerado na qualidade das imagens, o telejornalismo procurou se renovar, não apenas com câmeras tecnologicamente mais novas, mas também na estrutura dentro dos estúdios. A título de exemplo, podemos considerar o programa Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, que promove mudanças constantes no cenário como uma forma de promover maior imersão do público a seu conteúdo.

A última grande mudança ocorreu em 21 de junho de 2017⁴, quando a própria redação do programa passou a fazer parte do cenário. Ocupando 1.370m² instalados no Rio de Janeiro – cidade sede da emissora – o estúdio passou a integrar o cenário junto com a bancada principal e apresentadores, como visto na Figura 2.

Ao centro da grande sala, onde trabalham os jornalistas de TV e Internet, está um palco principal, onde telas em alta definição transmitem efeitos cênicos no plano de fundo, ao mesmo tempo em que se permite visualizar a equipe de produção e redação em pleno trabalho, mesmo durante o programa.

⁴ Fonte:
<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-redacao-integrada-da-globo.ghtml>

Figura 2: Estúdio e Redação do Jornal Nacional.



Fonte: Rede Globo de Televisão

Além disso, o programa passou a utilizar modelagens virtuais em diversas ocasiões, projetando, na bancada ou no plano de fundo, animações que interagem diretamente com seus apresentadores.

O próprio conteúdo jornalístico de divulgação dessas novas estruturas destaca a importância do estúdio para esse programa: “No fundo da redação, uma tela de LED retrátil – com 16 metros de largura, três de altura e cerca de três toneladas – dá um efeito 3D nos recursos gráficos do estúdio. As artes projetadas podem ser vistas de diferentes perspectivas, segundo o movimento das câmeras” (GLOBO, 2017).

Ao ser entrevistada pela própria emissora, a apresentadora Renata Vasconcelos confirma a importância do estúdio para o programa: “É um estúdio imponente. A identidade visual bem acompanhada de uma razão de ser, associando beleza e funcionalidade. Tecnologia e elementos do cenário trabalham em função da notícia. É uma maneira de levá-la ao público de forma mais clara e rápida e, por que não? E mais bonita também” (VASCONCELOS, 2017).

Fica evidente pela entrevista da apresentadora do telejornal que há uma preocupação estética na apresentação da notícia, que se agrega a outros

valores caros ao jornalismo, tais como agilidade e clareza. Assim, diante do que temos percorrido até o momento, acreditamos termos evidenciado a importância que o estúdio e as possibilidades de efeitos têm para o jornalismo. Essas informações adicionais acrescentam dinamismo à informação, valendo-se dos recursos tecnológicos surgidos especialmente nos últimos 10 anos.

Dessa forma, a presente proposta de se criar mundos virtuais complexos que possam ter aplicações diretas ao jornalismo, leva em consideração a importância do estúdio, do cenário e da tecnologia nas transmissões televisivas, permitindo, também, ofertar conteúdo jornalístico de qualidade associado a cenários virtuais que promovam maior imersão do telespectador com o programa.

Um software de baixo custo, como o ARSTUDIO 2.0, pode ser capaz de produzir esses mesmos efeitos sem necessitar de grandes alocações de espaços, possibilitando que pequenas produtoras ou canais locais de televisão possam se utilizar dos mesmos recursos visuais em tempo real utilizados pelas grandes redes de televisão.

Um exemplo prático é o Realtime Pipeline, aplicação comercial desenvolvida em parceria pelas empresas Brainstorm, Octane Render, Black Magic, Mo-Sys e Unreal Engine. É um software similar ao ARSTUDIO 2.0 que utiliza outro motor gráfico de jogos (o Unreal Engine) que produz resultados similares (BIKERTON, 2019).

No Realtime Pipeline a utilização de efeitos em tempo real com os recursos de partículas já estão presentes. Segundo Bikerton (2019), “O Realtime Pipeline é um sistema tudo em um que possibilita a inclusão de efeitos especiais em composições de tempo real”.

Bikerton (2019) complementa ainda que o projeto necessita de uma tela verde de 500m² e permite composição em tempo real, permitindo ao diretor, ator e figurantes trabalharem juntos com *feedback* imediato. A figura 3 apresenta como o Realtime Pipeline foi utilizado em um teste em Madrid.

Figura 3: Realtime Pipeline em funcionamento em Madrid.



Fonte: Broadcast (2019)

No Realtime Pipeline, algumas animações de elementos do filme em 3D precisam ser inseridas na pós-produção, mas animações com efeitos de partículas podem ser adicionadas em tempo real de produção, comprovando que a técnica pretendida por este trabalho é viável e possível de ser utilizada.

Em um telejornal como o Jornal Nacional da Rede Globo, esses efeitos poderiam ser utilizados, por exemplo, na produção animada das previsões do tempo sobre o apresentador, uma vez que se for chover, podem ser aplicadas partículas de água de chuva caindo sobre ele e algum objeto, como um guarda-chuva virtual. Em outras ocasiões, partículas de neve poderiam se acumular nos ombros e cabeça do apresentador. Também seriam possíveis utilizações de efeitos de vento com poeira, neblina, nevoeiro, nuvens, fumaça, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, I. *ARSTUDIO 2.0: um sistema de estúdio virtual para geração de conteúdo midiático baseado no motor de jogos Unity3D*. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP – Bauru. 2017. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151188>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- AGUILAR, I; SEMENTILLE, A; SANCHES, S. *ARSTUDIO - A low-cost virtual studio based on Augmented Reality for video production*. *Multimed Tools and Application*. Springer, Estados Unidos. 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1007/s11042-019-08064-4>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- BIKERTON, J. *On-set VFX and virtual production system unveiled*. *Broadcast*. 2019. Disponível em <<https://www.broadcastnow.co.uk/tech/on-set-vfx-and-virtual-production-system-unveiled/5138023.article>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- DONG, W; ZHANG, X; ZHANG, C. *Firework Simulation Based on Particle System in Virtual Scene*. *MEDIACOM*, 2010. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/251988422_Firework_Simulation_Based_on_Particle_System_in_Virtual_Scene>. Acesso em: 10 out. 2019
- GIBBS, S; et al. *Virtual studios: an overview*. *IEEE Multimedia*, vol. 5, pp 18–35. 1998. Disponível em <<https://ieeexplore.ieee.org/document/664740>>. Acesso em: 05 out. 2019.
- GRAU, O; et al. *Dreamspace: A Platform and Tools for Collaborative Virtual Production*. *SMPTE Motion Imaging Journal*, vol. 126, no. 6, pp. 29-36, 2017. Disponível em <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=8004540&isnumber=8004447>>. Acesso em: 09 out. 2019.
- GREGORY, Jason. *Game Engine Architecture*. 2 ed. CRC Press, 2009. 1052 p.
- GOUSSENCOURT, T; BERTOLINO, P. *Using the Unity® game engine as platform for advance real time cinema image processing*. *International Conference on Image Processing (ICIP)*. vol 1, pp 4146-4149. 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/308838269_Using_the_Unity_game_engine_as_a_platform_for_advanced_real_time_cinema_image_processing>. Acesso em 10 out. 2019.

GUIMARÃES, L. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.

PATERNOSTRO, V. *O texto da TV*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2006.

UNITY3D, *Unity*, 2019. Disponível em: <<https://unity3d.com/unity>>. Acesso em: 10 out. 2019.

YONGSONG, Z.; XIANJUN, C. *Study of special effect simulation by particle system editor*. 2011 IEEE 2nd International Conference on Computing, Control and Industrial Engineering. 2011. Disponível em <<https://ieeexplore.ieee.org/document/6008057>>. Acesso em: 10 out. 2019.

ZHANG, B; HU, W. *Game Special Effect Simulation Based on Particle System of Unity3D*. 16th International Conference on Computer and Information Science (ICIS), IEEE/ACIS. pp 595-598. 2017. Disponível em <<https://ieeexplore.ieee.org/document/7960062>> Acesso em: 10 out. 2019.

INFLEXÕES DO GRUPO DE PESQUISA COMUNICAÇÃO E EQUIDADE: DESIGUALDADES E INTERFACES TECNOLÓGICAS

Marcela Fernanda da Paz de Souza

Eduardo Meireles

Michele Pereira Rodrigues

Elizangela Ávila

Júlio César Rocha Conceição

A reflexão sobre a desigualdade abrange distintas abordagens capazes de pensar as desvantagens de acesso aos recursos produtores de valor, materiais, informacionais e tecnológicos, simbólicos, educacionais, culturais e infraestrutura regional. Os processos construtores da desigualdade são analisados em mecanismos que, tais como uma engrenagem, permitem com que grupos sociais privilegiados acessem qualidade de vida, bem-estar e saúde, por exemplo.

Esses processos atuam de forma plural e multidimensional (THERBORN, 2006), de forma microssocial, entre indivíduos, na vida cotidiana e nas estruturas de nível macrossocial. Nesse eixo de análise, existem três tipos de desigualdade: a) vital, cujos acessos à saúde e ao bem-estar estão condicionados por fatores sociais e "estão destruindo milhões de vidas humanas todos os dias por ano" (p. 146); b) existencial, que acarreta a restrição de atuação de categorias de mulheres, de raça, em áreas como a política, por exemplo, operando por discriminação e diferenças de *status*. Essa forma de desigualdade "significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito, e é um forte gerador de humilhações" (p. 146); c) desigualdade material ou de recursos, há distintas formas de posse de ativos. Há a desigualdade de acesso, de oportunidades ao capital cultural e há a desigualdade de recompensa, de resultado – renda ou riqueza (as medidas mais comumente utilizadas). Conforme Therborn (2006), embora esses

tipos distintos de desigualdade ajam interacionalmente entre si, e sobre a vida das pessoas, por possuírem mecanismos reprodutores distintos de desigualdade. São quatro os mecanismos reprodutores básicos: a) distanciamento, quando uma pessoa fica à frente de outra pessoa na corrida pelos acessos; b) exclusão, quando há uma barreira que dificulta um melhor acesso a boas oportunidades. Na ótica de Charles Tilly, há um mecanismo que dialoga com este, reserva de oportunidades; c) hierarquia, instituições e sociedades constituídas em escadas, o que permite a opressão e a subjugação e d) exploração, mecanismo reprodutor de desigualdade não apenas em Therborn (2006), mas em outras abordagens como a de Engels e Marx (2007) e Tilly (2005). Esse mecanismo implica na apropriação do lucro do esforço de trabalho por parte dos proprietários dos meios de produção.

"Desigualdade de quê?". Para Amartya Sen (2001), há uma inviabilidade de se reduzir a desigualdade em apenas uma variável, diante da diversidade humana, das distintas características internas, externas e circunstanciais, com uma pluralidade de variáveis focais para serem analisadas nos mecanismos reprodutores de desigualdade. O ponto fundamental para Sen é a igualdade de capacidade de realizar funcionamentos, que "refere-se à igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levarem suas vidas; focaliza-se sobre o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos" (SEN, 2001 *apud* SOUZA, 2010, p. 35). A capacidade implica tanto o acesso aos recursos, como os talentos e as habilidades para utilizá-los de distintas formas, é a "oportunidade real ou substantiva para realizar seu bem-estar (p. 35)". Outro conceito chave é o de funcionamento, o qual corresponde aos estados e ações e o bem estar é a qualidade do estado do indivíduo. Dessa forma, se eu tenho capacidade para realizar funcionamento, eu tenho oportunidades de acesso e habilidades para realizar funcionamento, para ter qualidade do estado, do bem estar. A relação entre capacidade e bem estar deve ser pensada em conjunto capacitário.

Já na leitura de Charles Tilly (2005), a desigualdade é categórica, cujos grupos de homens e mulheres, brancos e pretos, entre outras categorias, são separados em lados distintos de uma fronteira categórica,

determinando o acesso desigual aos recursos produtores de valores. E são as fronteiras e os significados conferidos a essas relações sociais as geradoras das identidades. Para Tilly, entre os mecanismos geradores de desigualdade estão a exploração, (I) – reúne o esforço de outras pessoas para produzir um valor por meio de um determinado recurso e (II) – exclui as outras pessoas do valor total acrescentado por seus próprios esforços (TILLY, 2006), e a reserva de oportunidade, refere-se à limitação da disposição de um recurso produtor de valor aos membros de um grupo. O que se tematiza nesse ponto é a presença de barreiras, de exigências que causam bloqueios nas redes de relações sociais, além disso, podem-se verificar as relações de poder. Nesse aspecto, há o fechamento de posições nas oportunidades e nas categorias (TILLY, 2005).

Há, ainda, os mecanismos de ‘emulação’ e o de ‘adaptação’, cuja responsabilidade é garantir a efetividade das categorias. O primeiro termo refere-se à forma como as organizações se reproduzem a partir de modelos de desigualdade que obtiveram sucesso. Por sua vez, a adaptação está relacionada à forma como se cria e se rotiniza um ‘conhecimento local’ constituído a partir destes modelos. (PANTALEÓN, 1988; TILLY, 2005 *apud* SOUZA, 2010, p. 32)

A apresentação das abordagens dos pensadores demonstra diferentes modelos de se pensar a desigualdade e, todas pensadas internacionalmente, ajudam a compreender o constructo complexo da desigualdade. No que tange à proposta deste capítulo, busca-se demonstrar a relação entre a desigualdade e o desenvolvimento tecnológico, sendo essa uma das matrizes mais poderosas para a geração das novas bases da desigualdade.

Há distintas bases das desigualdades vinculadas a diferentes recursos e, entre os séculos XX e XXI, novos ativos de recursos produtores de valor, resultantes dos avanços tecnológicos, mudaram o cenário do fosso da desigualdade, indicando novos caminhos de exclusão.

Quadro I. Bases recentes da desigualdade.

SÉCULO XVIII e/ou XIX	SÉCULOS RECENTES
Meios coercitivos;	Capital financeiro;
Mão-de-obra especializada e/ou efetivamente coordenada;	Informática;
Animais domesticados para alimentos ou produção de trabalho;	Ciência e conhecimento técnico-científico;
Terras e os recursos naturais;	Mídia.
Máquinas que convertem matéria-prima produzem bens ou serviços de transportes ou serviços de informação.	

Fonte: Adaptado de Tilly (2005, p. 23-24)

Essas novas bases da desigualdade são controladas por uma reduzida *network* e produzem benefícios para um grupo pertencente a um dos lados da fronteira categórica (TILLY, 2005). É importante, nesse momento, situar que a "tecnologia é um tópico extenso que pode significar muitas coisas para as pessoas" (SILVA, 2003), Farias e Azevedo (2007) procuram demonstrar o conceito de tecnologia construído na historicidade das Revoluções Industriais e Digitais, sem uma conclusão definitiva.

O que importa destacar é o caráter mediador das plataformas tecnológicas e da economia nas relações sociais, as quais, integradas entre si, promovem "mudanças substanciais (indústria 4.0) nas relações de produção e socialização" (COSTA, 2020, p. 15). Construindo-se uma ponte de reflexão entre a tecnologia e a desigualdade é oportuno indicar o argumento de Gidermarkes Costa e Silva:

O fato é que a compreensão da temática da tecnologia tem sido marcada pelas divergências sobre seus efeitos positivos e/ou negativos para a sociedade moderna. Distante de um consenso sobre a relação entre tecnologia e sociedade, as reflexões caracterizam-se, até recentemente, pela existência de duas posições aparentemente antagônicas. O certo é que a tecnologia tem uma penetração cada vez maior no seio da sociedade moderna, de modo que não é fácil negar benefícios sociais advindos do desenvolvimento tecnológico; porém é temerário, para não dizer ingênuo, defender tal desenvolvimento

como algo que tem levado à melhoria contínua para o conjunto dos seres vivos do planeta Terra. (SILVA, 2005, p. 121)

Durante as reuniões emergenciais remotas com periodicidade quinzenal e, algumas vezes, semanal, o Grupo de Pesquisa debateu a temática supracitada relacionada com os tópicos de discussão indicados abaixo:

Quadro II: Tópicos de Discussão - Reunião Emergencial Remota.

Indústria e Tecnologia
Tecnologia da Informação e da Comunicação
Algoritmos
Desigualdade e Saúde

NOTAS PARA INFLEXÃO

O controle da tecnologia e o desenvolvimento de novas formas produtivas é estratégica para o capital e para os gestores de grandes empresas e *clusters*, em contraponto com um alto percentual de informais. Há pesquisas sobre o subdesenvolvimento como a realizada na escola estruturalista, que demonstra uma barreira entre nações com o centro capitalizado e modernizado, e a periferia com um alto percentual de informais. De certa medida, alguns desses trabalhadores autônomos, por terem acesso à tecnologia nas atividades remuneratórias, conseguem acumular capital (COSTA, 2010). Nesse caso, é possível indicar que embora tenha ocorrido uma expansão de postos de trabalho nos anos 2000, com as grandes empresas concentrando tecnologia, capital e informação há uma concentração de precariedade na globalização econômica (SOUZA, 2014). Indicando Alves (2007), Souza (2014, p. 70-71) demonstra que a III Revolução Industrial trouxe a “tecnologia da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais” e esta modificou as formas nas quais a precarização é construída na vida social.

O controle desses ativos tecnológicos são as matrizes geradoras das grandes fortunas, quem detém os meios intangíveis, controla, detém, em sua

grande parte, os tangíveis. Para fins da proposta deste capítulo, é importante compreender que essa forma de capitalismo intensifica uma profunda desigualdade, com o processo cumulativo, o *snowball effect*. A chave é o dividendo. As aplicações financeiras permitem uma reaplicação pela incapacidade de se conseguir gastar a renda auferida na aplicação inicial (DOWBOR, 2020), sendo mais interessante do que investir em processos produtivos tradicionais. A palavra central nesse cenário é o controle. Entre as empresas com os maiores valores de mercado no ano de 2018, podem ser citadas as gigantes da área da tecnologia: Facebook, *Alphabet*, Microsoft Corp., Berkshire Hathaway, *holding financeira*, que atua em diversos setores como enciclopédias, meios de comunicação, seguros, entre outros; e a *Tecent*. Como Dowbor explica, esse gigantismo, capaz de proporcioná-las um Produto Interno Bruto (PIB) superior a muitos países, só é possível pelo controle e extração de dividendos (DOWBOR, 2020).

Considerando que o objetivo da informação e da comunicação é tudo aquilo que leva à evolução do indivíduo com a intenção de simplificar a realização de suas tarefas. Uma das marcas dessa evolução são os computadores, tablets e principalmente os smartphones. O emprego de Tecnologias de Informação e de Comunicação ocorre em inúmeras áreas de automatização da ação humana, acendendo dia após dia em diversas áreas, na indústria, segurança, educação, saúde, cultura, econômica entre outras. Nunes Alonso (2010, p. 155) aponta que a sociedade da informação “é caracterizada pelos trabalhadores do conhecimento, no qual usam suas habilidades na criação, geração e disseminação de novos conhecimentos”. Essa coletividade tecnológica e organizada socialmente na geração, no processamento e na transmissão da informação, cria a cada dia novas fontes de produtividade demandadas pelo mercado por exigência da globalização. Essa sociedade está pautada no desenvolvimento intelectual dos indivíduos para realizar tarefas que agregam novos conhecimentos e capacidades que contribuem para a inovação tecnológica, principal motor no desenvolvimento econômico mundial.

A dificuldade que enfrentamos é a de lidar com a exclusão digital existente no Brasil que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo:

[...] É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar. (LEMOS, 2007, p. 16)

No Brasil, e no mundo, a sociedade se viu coagida a modificar o seu ritmo cotidiano em virtude da pandemia do novo coronavírus, praticando novos hábitos, o *home office*¹, tornando-se uma opção de trabalho em casa, criação de aulas remotas² em múltiplos níveis de ensino, consultas médicas realizadas por chamadas de vídeo. Esses eventos hodiernos são capazes de concretizar a inclusão social por intermédio da inclusão digital? No que tange as TIC's, muitas famílias não têm computadores, smartphones e equipamentos afins em suas residências, muitos não possuem internet³ em seus lares, com isso, milhares de estudantes não estão assistindo às aulas remotas, outros milhares de cidadãos não conseguem receber o auxílio emergencial⁴ por meio de aplicativos ou em caixas eletrônicos, precisando ir aos bancos e lotéricas. Muitos desses indivíduos são inabilitados, não aprenderam como utilizar tais aparelhos e serviços tecnológicos necessários à concretude dessas ações.

¹ Ferramentas de videoconferência se popularizaram e passaram a ser utilizadas diariamente para reuniões de trabalho e pessoais.

² O entendimento é que ministrar os conteúdos *on-line* coloca em condição de desigualdade estudantes que não têm acesso a computadores e internet em casa (vale lembrar que o acesso a bibliotecas, por exemplo, segue fechado). O problema não está na suspensão das aulas, mas no fato de termos, ainda, um grande contingente de jovens em situação de exclusão.

³ A Relatoria Especial sobre a Liberdade de Expressão do Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o acesso à internet como um direito humano previsto no artigo 19.3 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

⁴ O acesso ao Auxílio Emergencial, benefício do governo federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, depende do uso de dois aplicativos, um para cadastro e outro para o saque.

[...] a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos da informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância. (SILVEIRA, 2001, p. 18)

Uma pesquisa⁵ do Comitê Gestor da Internet no Brasil, divulgada em 2019, apontou que 58% das casas brasileiras não têm acesso a computadores, e 33% não têm internet – nem mesmo no smartphone. Há locais nas zonas rurais, onde o sinal de internet sequer chega. Há um enorme contingente de pessoas à margem da era da informação, essa é uma situação de desigualdade que impede não apenas iniciativas imediatas como as aulas *on-line* em tempos de pandemia, mas que reflete de forma importante nas esferas econômica, política, social e cultural, existindo um grande contingente de cidadãos e cidadãs em situação de exclusão social e digital.

É corrente nos debates acadêmicos as potenciais transformações que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) podem promover socioeconomicamente, de compartilhamento cultural (CORRÊA, 2011; RIBEIRO *et al*, 2013), de ampliação do ensino, além da possibilidade de democratização e de fortalecimento de participação popular na política por meio das *networks* (GOHN, ano) e das mídias sociais (MAGNONI; CAMARGO; MIRANDA, 2017). De toda forma, o acesso efetivo às TICs está comprometido em razão dos distintos níveis de exclusão digital - sociodemográfico, econômico, oportunidades - e de desigualdade na capacidade e habilidades de usos marcadas pela interseccionalidade das pessoas atingidas pelas desvantagens de direitos (HELSPER, 2018). Em

⁵ Fonte:
<https://www.nsctotal.com.br/columistas/dagmara-spautz/sem-internet-nem-computador-pandemia-expoe-exclusao-digital-em-sc>, acesso em: 22 ago. 2020.

direção a essa reflexão, Silva, Ziviani, Ghezzi (2019) explicam os processos de exclusão no acesso à internet.

Outro fator determinante para o acesso à internet está relacionado com o alto custo do serviço, conforme destacado. Aspectos socioeconômicos como raça, emprego, condição de atividade na PEA, renda, idade e gênero também impactam os hábitos dos usuários. A análise dos dados nos possibilita dizer que a falta de acesso à rede repete as mesmas adversidades e exclusões já verificadas na sociedade brasileira no que se referem a analfabetos, menos escolarizados, negros, população indígena e desempregados. (SILVA; ZIVIANI; GHEZZI, 2019, p. 46)

Conforme Helsper, se a princípio as pesquisas se debruçavam sobre o acesso às tecnologias, atualmente elas estão se direcionando a pesquisas dos usos sociodigitais, dos contextos sociais e geográficos, com a aplicação teórica e metodológica da interseccionalidade na análise da desigualdade digital. Na análise de Sirma Bilge, o conceito implica em “uma teoria transdisciplinar que visa compreender a complexidade de identidades e desigualdades sociais através de uma abordagem integrada” (BILGE, 2009, p. 70).

Uma das faces da desigualdade debatidas no grupo pode ser observada se analisarmos o tratamento dado por empresas privadas às informações geradas a partir das interações das pessoas nos ambientes digitais. Pesquisas realizadas sobre um determinado assunto (e nesse caso até o tempo que o usuário passa em uma página é observado), preferências de compras, curtidas e pessoas com as quais tem contato são alguns exemplos dessas interações.

Segundo Philip Kotler (2012), professor estadunidense e uma das principais referências dos estudos sobre marketing, o conhecimento sobre o perfil do público-alvo é uma das chaves para o sucesso das marcas. Baseado nessa premissa, bancos de dados cada vez mais complexos compostos de informações dos clientes têm se tornado um dos maiores ativos das empresas na atualidade.

Pelo lado do usuário, há uma máxima comum entre pesquisadores do assunto que diz que quando não se paga pelo produto, possivelmente, o

usuário e as informações que ele produz é que são o produto. De fato, cada uma dessas interações gera dados a partir dos quais algoritmos “aprendem” a identificar o perfil do usuário e o tipo de conteúdo com o qual ele tem afinidade (GINDRE, 2018). Dessa forma, é possível sugerir a esse usuário produtos que ele tem maior probabilidade de compra ou conteúdo que ele tenha maior propensão a adesão. É possível dizer, analisando esse contexto, que quanto mais os usuários interagem em ambientes digitais, mais as máquinas criam condições para absorver informações sobre o usuário.

Um dos usos mais recentes desse conjunto de informações se baseia no histórico de compras e pagamentos dos usuários para avaliar as condições de crédito que esse usuário terá direito. No Brasil, por exemplo, esse tipo de serviço é atualmente oferecido pela Serasa Experian, que criou um sistema de pontuação de crédito para cada usuário que é consultado por milhares de empresas privadas, varejistas e financeiras, quando pretendem oferecer um produto ou serviço, ou mesmo quando o próprio usuário busca a empresa atrás de crédito. É a partir dessa consulta e da pontuação desse usuário que se definem taxas de juros e condições de financiamento.

O que se questiona em relação a esse modelo de concessão de crédito é, sobretudo, a necessidade de transparência na descrição dos dados que são considerados para a definição da pontuação específica de cada usuário. Não se sabe, por exemplo, o quanto prejudica a pontuação do usuário o atraso no pagamento de dívidas e o quanto de juros isso acarreta para cada transação financeira que realiza. Essas informações não estão presentes entre os termos de uso dessa plataforma da Serasa Experian.

Esse tipo de serviço carece, a nosso ver, de maior regulação tendo em vista que pode acentuar desigualdades já existentes quando se trata da concessão de crédito no país.

E essa interseccionalidade, com as particularidades ontológicas de cada categoria (SIRMA, 2009), pode basilar o acesso desigual às tecnologias biomédicas, de prevenção e de cuidado com a saúde nas regiões mais pobres do mundo. Nesse sentido, é oportuno refletir sobre uma das faces mais desafiadoras da saúde pública e sanitária do século XXI, a Pandemia da

COVID-19 - novo coronavírus (SARS-CoV-2) (WERNECK; CARVALHO, 2020).

A desigualdade no acesso aos recursos tecnológicos, biomédicos e humanos para o tratamento do vírus comprovam como as categorias de categorias de cor, sexo, regiões habitacionais e classe determinam as vantagens dos grupos dispostos de um dos lados da fronteira categórica e, além disso, a ausência de capacidades em realizar funcionamentos desses indivíduos em desvantagens tornam mais difícil a cura, especialmente, quando aliadas às comorbidades, como diabetes, problemas pulmonares e hipertensão. A Organização Mundial da Saúde declarou o cenário pandêmico no dia 11 de março de 2020 (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

De acordo com o Boletim Epidemiológico 31 do Ministério da Saúde brasileiro, no país, entre a primeira notificação de COVID-19, 26 de fevereiro de 2020, ao dia 14 de setembro de 2020 já havia sido confirmados 131.625 óbitos por COVID-19. O Norte é a Região com maior incidência de casos (3.148,0/100 mil hab.) e mortalidade (77,1 óbitos/100 mil hab.). Já o Sudeste é a Região com o maior número de óbitos (59.218/100 mil hab.) e mortalidade (67/100 mil hab)⁶. No índice de Síndrome Respiratória Aguda (SRAG), a maior incidente está na faixa etária de 60 a 69 anos, com a maior parte dos casos entre os homens, com 70.900, e, de mulheres, 53.166.

Com a pandemia, a desigualdade tende a aprofundar, indicando o ponto nevrálgico e a já histórica exclusão racial ao bem-estar e aos conhecimentos e aos ativos de saúde.

a ausência das informações desagregadas por raça ou etnia ou que quando coletadas apresentam um preenchimento precário, sabe-se que negras e negros irão sofrer mais severamente os impactos da pandemia e seus vários desfechos negativos. (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 1)

⁶ Dados referentes à data de 13/09/2020, extraídos do Painel Coronavírus, no Portal <https://covid.saude.gov.br/>. Data de acesso: 14 set. 2020.

O alto custo de aquisição de produtos de prevenção e de cuidado restringe o acesso da população de países pobres a vacinas, por exemplo. Isto mostra como a tecnologia e a inovação, se não utilizadas de forma colaborativa e emancipadora, tornam-se um fator preditivo de desigualdade. O acesso desigual a esse conhecimento – na produção e distribuição; no controle; na permanência de barreiras - priva populações inteiras à liberdade e ao bem-estar (TILLY, 2005; SEN, 1995 *apud* TILLY, 2005). A inovação gerada com base tecnológica e pelas pesquisas inferem sobre as diferentes possibilidades de recursos biomédicos e de propriedade intelectual entre países (SUTZ, 2015) com diferentes condições socioeconômicas e de chances de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões em curso no Grupo de Pesquisa Comunicação e Equidade dialogam com a prerrogativa que a ciência e a tecnologia são fatores sintetizadores de uma poderosa arma da produção de ativos e quando compartilhadas e implementadas com o objetivo da promoção do bem comum, fortalecem-se como vigorosos caminhos de emancipação humana e transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson & SANTANA, Gislane Pereira. *Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas*. In: Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, jan./jul. 2010.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da —década neoliberal (1990-2000). In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2020. D.O.I: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782002000200006>.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. Apresentação. In: *Tecnologias da informação e comunicação: competência, políticas e tendências*. (Org.): KUBOTA, Luis Claudio. [et al.]. – Brasília: Ipea, 2012.

COSTA, Laís Silveira. Aportes da teoria crítica da tecnologia à análise da inovação nos serviços de saúde. In: *Interface (Botucatu)*. 2020; 24: e190723
<https://doi.org/10.1590/Interface.190723>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/icse/v24/1807-5762-icse-24-e190723.pdf>

Acesso em: 07 AGO 2020. D.O.I: <https://doi.org/10.1590/Interface.190723>

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, abr. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-9792010...>. Acesso em: 16mar.201

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

GINDRE, Gustavo. *Rumo à governança algorítmica - análise sociotécnica dos algoritmos de credit score: o caso chinês*. Disponível em:
https://www.2018.sh.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538687699_ARQUIV_O_Scientiarum-2018-GustavoGindre.pdf. Acesso em: 09/09/2020.

HELSPER, Ellen Johanna. Introdução. In: *Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo*. (ed.) Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 ago. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; IWAN, Setiawan. *Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEMOS, A. (Org). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MAGNONI, Antonio Francisco; CAMARGO, Aline Cristina; MIRANDA, Giovanni Vieira. A internet como indutora da participação política: mídia, tecnologia e engajamento nos ambientes digitais. In: *Comunicologia*. Brasília, UCB, v.10, n.2, p. 182-201, jul./dez. 2017.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz *et al.* Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Anál. Social*, Lisboa, n. 207, 2013, p. 288-320. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000200002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 26 jun. 2020.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, Gildemarks Costa e. *A tecnologia como um problema para a teoria da educação*, 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/como-citar-tese-de-doutorado/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula; GHEZZI, Daniela Ribas. As tecnologias digitais e seus usos. *Texto para discussão- Instituto de Pesquisa Econômica. Aplicada*.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_uuu2470.pdf . Acesso em: 15 jul.2020.

SILVEIRA, S. A. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SIRMA, Bilge. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. In: *Diogène*, v.225, n.1, p. 70-88. Disponível em: <<https://www.cairn-int.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2020. D.O.I.: <<https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>>.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza. *Mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal: uma análise entre as regiões metropolitanas e a cidade de Juiz de Fora*, MG. 2014. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUTZ, Judith. Is There a Role for Innovation in Health Equity? In: CASSIOLATO, José; SOARES, Maria Clara (org.) *Health innovation systems, equity and development*.1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. In: *Novos Estudos*, n.87, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a09n87.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 2, 2005, p. 47-63.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00068820, 2020.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500101&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2020. D.O.I: <<https://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>>.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Alan Tomaz de Andrade é mestrando do Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT)- FAAC/UNESP, Bacharel em Comunicação Social- Jornalismo e membro do Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa (Neocriativa). E-mail: alantomazpesquisas@gmail.com.

Ana Maria Teles é jornalista no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Formiga. Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Educacional de Divinópolis/Universidade Estadual de Minas Gerais (Funedi/UEMG). Especialista em Comunicação Organizacional pela Faculdade Estácio de Sá e em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). E-mail: aninhateles11@yahoo.com.br.

Antônio Carlos Sementille possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (1994), doutorado em Ciências (Curso de Física - opção Computacional) pela Universidade de São Paulo (1999) e livre docência em Interfaces Avançadas pela UNESP (2010). Atualmente é professor associado, regime de dedicação exclusiva (RDIDP), na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Bauru), Assessor Ad hoc da FAPESP e CAPES. Desde 07/2009 é docente e orientador do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciência da Computação - UNESP/Bauru, bem como, docente e orientador do Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Mídia e Tecnologia - FAAC - UNESP/Bauru. antonio.sementille@unesp.br.

Carlos Henrique Sabino Caldas é doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018). Pesquisador do GEA-UNESP (Grupo de pesquisa em estudos audiovisuais) e do e-PUBLICC-UEMG (Grupo de pesquisa em Publicização, Comunicação e Cultura). É professor do Departamento de Letras, Linguística, Comunicação e Artes no curso de Publicidade e Propaganda e do mestrado em Propriedade Intelectual e transferência de tecnologia para inovação da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: carlos.caldas@uemg.br.

Eduardo Meireles é doutor e mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal do Estado de São Carlos. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), membro permanente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade do Estado de Minas Gerais e coordenador do mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação/Rede PROFNIT/UEMG. Realizou estágio pós-doutoral no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: eduardo.meireles@uemg.br.

Elizangela Ávila é graduanda de Administração na Instituição de Ensino Superior UEMG-Frutal. Membro efetiva na Avance Consultoria Junior. Já atuou como bolsista e voluntária em projetos de extensão. Atualmente é micro-empresendedora no ramo automobilístico. Interessa-se por temas relacionados às minorias, diversidade, pré-conceitos e afins. E-mail: elizangela.adm.1983@gmail.com.

Gabriela Silva de Carvalho é mestranda em Mídia e Tecnologia pela UNESP de Bauru. Jornalista. Idealizadora do documentário colaborativo *A favela inspira* e pesquisadora de jornalismo comunitário. E-mail: gscarvalho09@hotmail.com.

Júlio César Rocha Conceição é professor dos Cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais. Ministrando as disciplinas de Jornalismo Ambiental, Edição em Rádio,

Marketing de Eventos e História e Crítica da Publicidade e Propaganda. Coordenador da Agência Inova de Publicidade e Propaganda. Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade - linha de pesquisa: Comunicação e Identidades. Pós-graduação em Cultura, Artes Visuais e Comunicação através da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante dos Grupos de Pesquisa; LabDim - Laboratório de Discursividades Midiáticas e Práticas Socioculturais e Comunicação e Equidade, certificados no CNPq. E-mail: julio.conceicao@uemg.br.

Karol Natasha Lourenço Castanheira é doutora em Comunicação Social pela UNESP. Professora do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais/Frutal. E-mail: karol.castanheira@uemg.br.

Levi Henrique Merenciano é professor Dr. em Linguística e Língua portuguesa e professor de Semiótica, ligado ao Departamento de Letras, Linguística, Comunicação e Artes no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais. Pesquisador do GEA-UNESP (Grupo de pesquisa em estudos audiovisuais) e do e-PUBLICC-UEMG (Grupo de pesquisa em Publicização, Comunicação e Cultura). E-mail: levi.merenciano@uemg.br.

Luiz Antonio Feliciano é doutor em Educação pela UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas; Mestrado em Multimeios pela UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas; Graduado em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela UNITAU-Universidade de Taubaté (2000); Professor efetivo da UEMG-Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Frutal, nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda; Membro do grupo e-PUBLICC-Pesquisa em Publicização, Cultura e Comunicação, da UEMG-Frutal; Desenvolve pesquisa nas áreas de fotografia, juventude e cidade. Atua como fotógrafo profissional desde 1994. E-mail: luiz.feliciano@uemg.br.

Michele Pereira Rodrigues é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Comunicação, bacharela em Interdisciplinaridade das Ciências Humanas e em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. É membro dos grupos de pesquisa "Narrativas Midiáticas e Dialogias", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e "Comunicação e Equidade", vinculado à Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), ambos certificados pelo CNPq. E-mail: michelepereiraa@gmail.com.

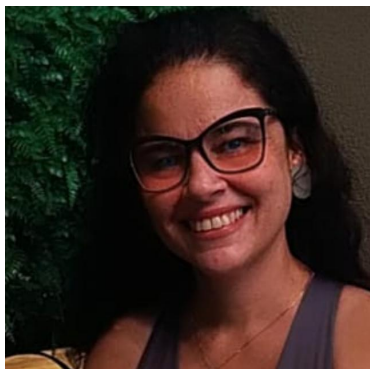
Priscila Florentino De Melo Merenciano é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp, campus de Araraquara, com tese na área de Semiótica. É professora no CEFET-MG, Campus de Divinópolis, na área de Língua Inglesa. E-mail: teacherpriscilamelo@gmail.com.

Priscila Kalinke da Silva é doutora em Comunicação Social pela UEMSP. Professora do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais/Frutal. E-mail: priscila.kalinke@uemg.br.

Rodrigo Augusto Rodrigues Puhl é graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT. E-mail: rodrigoaugustopuhl96@gmail.com.

Sérgio Carlos Portari Júnior possui graduação em Ciência da Computação pelo Centro Universitário de Rio Preto (1999), Mestrado em TV Digital na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2013) e é doutorando em Mídia e Tecnologias Digitais na mesma instituição. Atualmente é professor efetivo 40 horas, docente no curso de Sistemas de Informação e chefe do Departamento de Ciências Exatas e da Terra da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade de Frutal e professor adjunto I na Faculdades Barretos. E-mail: sergio.junior@uemg.br.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Marcela Fernanda da Paz de Souza é professora Adjunto Nível A Grau VI no curso de Jornalismo e docente no Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). Pós-doutora em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista PNPd - linha Estado e Políticas

Públicas. Doutora e mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Linha Políticas Públicas e Desigualdade Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Realizou doutorado sanduíche em Sociologia no Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Clássica de Lisboa, com a bolsa Capes/PDSE. Especialista em Planejamento e Gestão Social (UFJF) e Aperfeiçoamento em Gestão Pública para Gênero e Raça (UFMG) e Estatística (UFJF). Pesquisa as áreas de comunicação, desigualdades, gênero, raça e grupos étnicos. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Equidade registrado no Diretório do CNPq e na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UEMG. E-mail: marcela.souza@uemg.br.



Rodrigo Daniel Levoti Portari é professor Adjunto, Nível B, da Unidade de Frutal da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), atuando no curso de Jornalismo. Chefe do Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes.

Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Rio Preto (2004), mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista

Júlio de Mesquita Filho (2009) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: morte, violência, jornalismo, jornalismo local e regional. E-mail: rodrigo.portari@uemg.br.



Dôuglas Aparecido Ferreira é professor Assistente da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação Social - Interações Midiáticas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015) com período de intercâmbio na Ural Federal University (UrFU - Ecaterimburgo - Rússia) para cursar disciplinas no Departamento de

Comunicação de Marketing e Branding. Especialista em Gestão de Marcas e Identidade Corporativa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013) e bacharel em Comunicação Social (Gestão da Comunicação Integrada) - Habilitado em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009). Membro do GRIS - Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (UFMG). Vencedor do Prêmio ABRAPCORP 2017 de Teses e Dissertações. E-mail: douglas.ferreira@ufmt.br.



Aqui estão algumas das questões que permeiam esta coletânea em vários de seus capítulos: “Como pode haver inovação sem que os discursos sejam renovados?”; “Sem troca, há possibilidade de educação?”; “Como saber selecionar tanta informação eletrônica que desfila à frente do aluno e do professor?”; “Como proceder perante informações que ‘jorram’ da tela?”; “Sem uma base letrada, o brasileiro fará bom uso das tecnologias?”; “Espaço público para apenas um gênero?”; “Quais dados são utilizados? Quais suas fontes? Como foram conseguidos?”. A ciência é feita de incógnitas e questionamentos. Talvez falte, no contexto brasileiro, aprender mais sobre dúvidas e incertezas do que procurar respostas prontas, e isso nos faz avançar em termos comunicacionais e tecnológicos, leva-nos a compreender melhor os modos de vida e conhecimento que constituem nosso país, nossa cultura e nossas inovações, repertórios, linguagens e formas distintas de ler o mundo e as realidades que nos permeiam. Mais do que respostas, esta obra oferece boas perguntas.

Tamires Ferreira Coêlho (Cuiabá, 2020)

